

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2026

NÚMERO 22.993 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Milícia, violência, espionagem e corrupção na prisão de Vorcaro

Dono do Master volta à cadeia. Luiz Mourão, o "Sicário", se enforca na PF e tem morte cerebral

Expondo uma trama que ultrapassa as investigações das fraudes bilionárias do Banco Master, a Polícia Federal prendeu ontem, pela segunda vez, o banqueiro Daniel Vorcaro e revelou a possível existência de um grupo criminoso que corrompia servidores do Banco Central e vigiava rivais, com ameaças físicas a ex-funcionários e jornalistas. Segundo a PF, havia uma "milícia privada" a serviço do empresário. Por ordem do ministro André Mendonça, relator do caso no STF, foram presos, além de Vorcaro, o cunhado dele Fabiano Zettel, o policial federal Marilson Roseno e Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, considerado um dos executores dos serviços, chamado de "Sicário" num grupo de WhatsApp chamado "A Turma" que discutia ações violentas. Ele também seria o responsável pela invasão de sistemas da PF, do Ministério Público e até da Interpol e do FBI. Numa cela da PF em Belo Horizonte, Mourão (foto menor) tentou o suicídio na prisão, por enforcamento, e foi constatada a morte cerebral.

Polícia Militar de MG



Estadão conteúdo



Dois servidores do BC são acusados de favorecer o Master e receber propina

Ordem cruel: "Quebrar dentes" do jornalista Lauro Jardim e "moer" funcionária

Os próximos passos da ajuda ao BRB

Câmara Legislativa vai enviar ao Executivo, para sanção, o projeto de lei que permite o uso de imóveis do GDF como garantia a eventuais empréstimos do Banco de Brasília. Objetivo é garantir R\$ 6,6 bilhões de reforço no caixa para enfrentar a crise do Master. Aprovada em sessão acalorada, proposta provocou atritos entre Buriti e alguns deputados aliados.

Benjamin Figueredo/CB/D.A Press



Alerta sobre a Serrinha

A inclusão de uma área na Serrinha do Paranoá entre os imóveis que poderão ser usados pelo BRB provoca protestos de moradores da região. No *Podcast do Correio*, a ativista Lúcia Mendes destacou a relevância do terreno no abastecimento hídrico do DF.

PÁGINAS 2 A 4. NAS ENTRELINHAS, 4, BRASÍLIA-DF, 5, E EIXO CAPITAL, 14

Quebra de patente em discussão

Projeto de lei propõe a licença compulsória com o objetivo de reduzir preços e ampliar acesso às canetinhas.

Leis garantem trabalho feminino



Carlos Vieira/CB/D.A Press



O poder dos remos — A equipe brasiliense Kaluanã treina para o Brasileiro de Va'a 2026. Homens e mulheres disputam, neste fim de semana, no Lago Paranoá, seletiva para Mundial. PÁGINA 18

Suspensa quebra de sigilo de amiga de Lulinha

Decisão do ministro Flávio Dino, do STF, beneficia Roberta Luchsinger. Amiga do filho do presidente Lula, ela é alvo da CPI do INSS, que determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresária. PÁGINA 5

PEC da Segurança é aprovada na Câmara

PÁGINA 6

Ed Alves/CB/D.A Press



Comovente adeus a pai e filha

Um cortejo de motos marcou o sepultamento da influenciadora Karla Thaynnara e do pai dela, o policial militar da reserva José Carlos Andrade, ontem. Amigos lembraram momentos de convivência com a jovem e lamentaram a morte precoce. PÁGINA 15

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



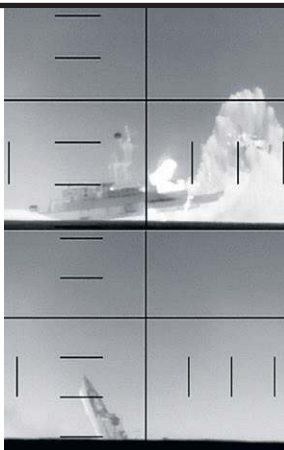
Festear a mulher

GDF prepara 170 ações especiais para marcar o mês mais feminino do ano, disse a secretária da Mulher, Giselle Ferreira. PÁGINA 17

AFP

Ataque a fragata do Irã no Índico

Submarino dos EUA dispara torpedo e afunda navio de guerra de Teerã na costa do Sri Lanka. Pelo menos 87 marinheiros morrem e dezenas estão desaparecidos. Israel ameaça matar novo líder supremo.



Artigo

Kai Enno Lehmann

"Uma guerra e os seus (muitos) objetivos mal definidos"

PÁGINAS 9 E 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

A milícia privada do dono do Master

Polícia Federal diz que Vorcaro mantinha uma estrutura de vigilância para obter informações sigilosas e intimidar adversários. O banqueiro e o cunhado dele são presos por ordem de Mendonça. Um dos detidos na ação tentou suicídio horas depois

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD

Preso pela segunda vez, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, foi alvo da terceira fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal. Agora, não apenas os crimes financeiros são investigados, mas também a existência de um grupo criminoso estruturado, uma “milícia privada” a serviço do banqueiro, para monitorar e ameaçar adversários empresariais, autoridades, ex-funcionários e jornalistas, conforme apuração da PF.

As ações foram autorizadas pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso na Corte. O cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel, também foi preso. Os dois estão no Centro de Detenção Provisória (CDP) 2 de Guarulhos, na Grande São Paulo, após passarem por audiência de custódia na Superintendência Regional da PF.

O policial federal Marilson Roseno e Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão também foram alvos de mandado de prisão. Mourão, conhecido como Sicário, atentou contra a própria vida horas depois e teve morte cerebral (**leia reportagem na página 3**). Os dois faziam parte de um grupo que ficaria responsável por levantar informações, monitorar e até mesmo ameaçar pessoas conforme interesse de Vorcaro.

Mendonça expediu 15 mandados de busca e apreensão em São Paulo e Minas Gerais, além de ordens de afastamento de cargos públicos e sequestro e bloqueio de bens de até R\$ 22 bilhões, com o objetivo de interromper a movimentação de ativos vinculados ao grupo investigado e preservar valores potencialmente relacionados às práticas ilícitas apuradas.

No celular de Vorcaro, os investigadores encontraram um grupo chamado “A Turma”. Esse esquema, liderado por ele, foi dividido em quatro núcleos de atuação. Um deles foi apontado como de “intimidação e obstrução de justiça, responsável pelo monitoramento ilegal de adversários, jornalistas e autoridades”.

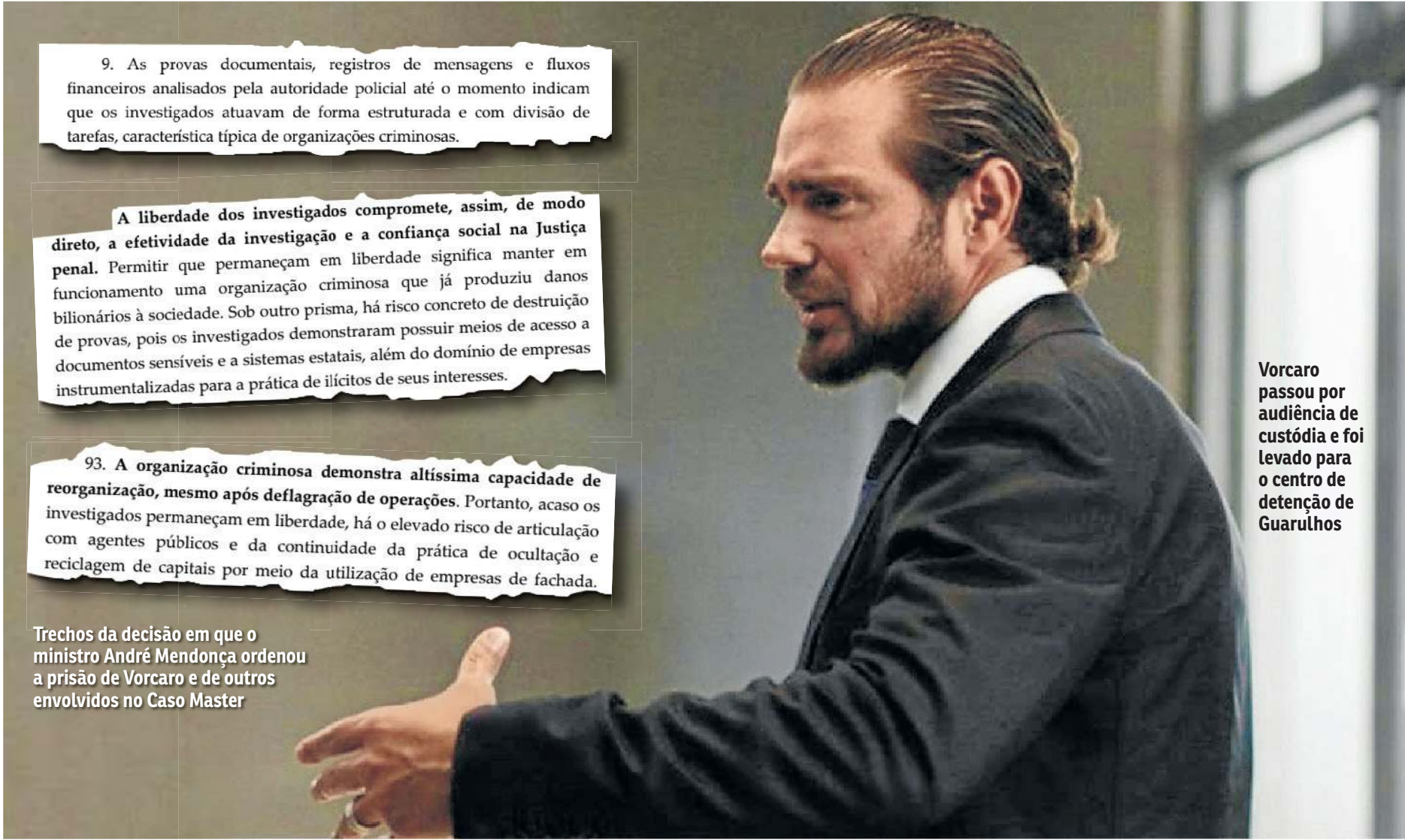
O relator afirmou que a investigação demonstra indícios consistentes da prática de crimes contra o sistema financeiro nacional; contra a administração pública; além de organização criminosa e lavagem de dinheiro; e delitos contra a administração da Justiça.

“As provas documentais, registros de mensagens e fluxos financeiros analisados pela autoridade policial até o momento indicam que os investigados atuavam de forma estruturada e com divisão de tarefas, característica típica de organizações criminosas”, escreveu o magistrado.

Segundo a Polícia Federal, a prisão de Vorcaro é necessária diante da suspeita de periculosidade do ex-banqueiro e de suas atuações de ameaça e intimidação, o que coloca em risco a integridade física de determinadas pessoas. Os investigadores afirmaram que o dono do Master estava infiltrado no submundo do crime com uma “milícia privada” para continuar delinquindo mesmo em prisão domiciliar.

“Considerando os fatos novos e contemporâneos apresentados agora a esta Suprema Corte, bem como a comprovada periculosidade do agente, não apenas ao sistema financeiro nacional, mas para todos aqueles que lhe são desafetos, cuja resposta oferecida pela organização criminosa é rápida, premeditada e violenta, com o uso reiterado de coação e grave ameaça por uma espécie de milícia privada, a Polícia Federal

Reprodução



Vorcaro passou por audiência de custódia e foi levado para o centro de detenção de Guarulhos

A estrutura da milícia privada que blindava Daniel Vorcaro

Documentos da Operação Compliance Zero revelam como o grupo operava com R\$ 1 milhão mensais para realizar monitoramento ilegal, acessar dados do FBI e intimidar jornalistas e autoridades em defesa dos interesses do Banco Master



NÚCLEO	PRINCIPAIS ENVOLVIDOS	FUNÇÃO PRINCIPAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Financeiro	Daniel Vorcaro e Fabiano Zettel	Estruturação de fraudes no sistema financeiro e captação agressiva de recursos (CDBs) com juros acima do mercado	Realizar operações de alto risco e sustentar o conglomerado financeiro
Corrupção institucional	Paulo Sérgio Neves e Belline Santana (Servidores do BACEN)	Prestação de "consultoria privada" ilegal, vazamento de informações sigilosas e revisão de documentos antes de serem enviados ao Banco Central	Facilitar a vida regulatória do Banco Master e antecipar fiscalizações
Lavagem de dinheiro	Fabiano Zettel, Ana Claudia de Paiva e Leonardo Palhares	Uso de empresas de fachada (como Super Empreendimentos e Varajo) para simular contratos e ocultar o caminho das propinas	Ocultar o patrimônio real e financiar as atividades ilícitas do grupo
Intimidação e obstrução	Luiz Phillipi Mourão (o "Sicário") e Marilson Roseno (PF aposentado)	Monitoramento ilegal de adversários e jornalistas, acesso a dados do FBI/Interpol e uso de ameaças físicas ("sacodes")	Silenciar críticos, interromper investigações e proteger o "Projeto DV"

Editoria de arte/CB/D.A Press



A defesa nega categoricamente as alegações atribuídas a Vorcaro e confia que o esclarecimento completo dos fatos demonstrará a regularidade de sua conduta"

Trecho da nota da defesa do banqueiro

considera que a decretação da prisão preventiva", diz a PF, em trecho reproduzido por Mendonça na decisão.

O ex-banqueiro também manteve interlocução próxima com dois servidores que ocupavam posições estratégicas no Banco Central (BC) e trabalhavam como “uma espécie de empregado/consultor” de Vorcaro, fornecendo informações privilegiadas. São eles: o ex-diretor de fiscalização do Banco Central Paulo Sérgio Neves de Souza e Belline Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (**leia reportagem na página 4**).

A Segunda Turma do Supremo agendou para 13 de março o início do julgamento da decisão de Mendonça. O colegiado também é composto por Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques e Dias Toffoli — que deixou a relatoria do caso após a divulgação de relatórios da Polícia Federal que mencionavam seu nome em dados extraídos do celular do ex-banqueiro.

Ainda não há confirmação se Toffoli participará do julgamento. O magistrado confirmou que é sócio da Maridt — companhia que era dona de 33% do resort Tayayá e que foram vendidos para fundos de investimentos do pastor Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro do dono do Master.

A PF identificou a ocultação de mais de R\$ 2,2 bilhões em uma conta vinculada ao pai de Vorcaro,

Henrique Moura Vorcaro, mantida na empresa Reag.

“Enquanto o Fundo Garantidor de Crédito sangrava para cobrir o rombo bilionário deixado pelo Banco Master no mercado financeiro, montante que alcança quase 40 bilhões de reais, Daniel Vorcaro ocultava de seus credores e vítimas mais de 2 bilhões de reais junto à empresa conhecida por lavar dinheiro das mais perigosas organizações criminosas do Brasil, conduta ilícita que se perpetuou mesmo após ter sido posto em liberdade”, diz trecho do documento.

Vorcaro foi preso, pela primeira vez, em novembro do ano passado, no aeroporto de Guarulhos, tentando fugir do país em um avião particular com destino a Malta. A instituição financeira teve a liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central no mesmo mês.

Defesas

A defesa de Vorcaro afirmou que ele “jamais tentou obstruir o trabalho das autoridades ou da Justiça” e negou “categoricamente as alegações atribuídas” a ele. Também disse confiar “que o esclarecimento completo dos fatos demonstrará a regularidade de sua conduta”. “Reitera sua confiança no devido processo legal e no regular funcionamento das instituições”, acrescentaram os advogados de Vorcaro.

As defesas de Roseno e Mourão não foram localizadas. Fabiano Zettel, cunhado do ex-banqueiro, é considerado suspeito por causa de sua intimidade com Vorcaro. De acordo com os investigadores, eles podem ter informações relevantes sobre fraudes supostamente cometidas nos últimos anos pela instituição financeira. Por meio de nota, a defesa dele disse que o cliente “está à inteira disposição das autoridades”.

“Tendo tomado conhecimento da deflagração da 3ª Fase da Operação Compliance Zero, a defesa de Fabiano Campos Zettel informa que seu cliente já se apresentou à Polícia Federal. Em que pese não ter tido acesso ao objeto das investigações, Fabiano está à inteira disposição das autoridades”, diz o comunicado.

PODER

“Sicário” tem morte cerebral

Contratado de Vorcaro executava atividades voltadas à obtenção de informações sigilosas e à intimidação de desafetos do banqueiro

» GIOVANNA SFALSN

Preso pela Polícia Federal, ontem, pela terceira da Operação Compliance Zero, Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o “Sicário” do dono do Master, Daniel Vorcaro, cometeu suicídio quando estava sob custódia, na Superintendência Regional da PF em Minas Gerais.

O braço direito de Vorcaro foi encontrado desacordado na cela e socorrido por policiais federais. Ele foi levado ao hospital, mas os médicos constataram a morte cerebral. As informações são de que ele usou a própria camisa para se enforcar.

“Ao tomarem conhecimento da situação, policiais federais que estavam no local prestaram socorro imediato, iniciando procedimentos de reanimação e acionando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A equipe médica deu continuidade ao atendimento no local, e o custodiado será encaminhado a rede hospitalar para avaliação e para atendimento médico”, disse a PF, em nota, horas antes.

Já a defesa de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão disse, também por nota, “que esteve com ele durante o dia, até por volta das 14h, quando ele se encontrava em plena integridade física e mental”. “A informação sobre o incidente de supostamente ter atentado contra a própria vida foi conhecida após a nota de esclarecimento emitida pela Polícia Federal”, frisou. “A defesa acompanha os fatos e se encontra no Hospital João XXIII. Porém, até este momento, não há qualquer confirmação sobre o estado de saúde de Luiz Phillipi.”

Sicário é investigado como um dos contratados diretamente por Vorcaro para “execução de atividades voltadas à obtenção de

Divulgação



Mourão foi preso na Operação Compliance Zero, mas atentou contra a própria vida quando estava em custódia

informações sigilosas, monitoramento de pessoas e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses do grupo investigado”, conforme ressalta a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que determinou as prisões.

Papel central

Segundo Mendonça, Sicário exercia papel central na coordenação operacional de um grupo informal denominado “A Turma”, que atuava na coleta de informações e

monitoramento de pessoas consideradas adversárias, como autoridades e jornalistas.

Para os investigadores, mensagens interceptadas indicam que Vorcaro acionava Mourão para monitorar e intimidar funcionários que se opunham às suas ordens e vontades.

Em um dos diálogos, o banqueiro relata que estaria sendo ameaçado por uma funcionária e ordenou que Sicário “moesse essa vagabunda”.

Em outro bate-papo no WhatsApp, Mourão se oferece

para mobilizar “A Turma”, estrutura usada para coleta de informações, a fim de constranger um empregado que teria feito uma gravação indesejada de Vorcaro.

As conversas incluem ainda troca de dados pessoais e pedidos para “levantar tudo” sobre dois funcionários, incluindo um chef de cozinha.

Para a Polícia Federal, há fortes indícios de que Mourão recebia R\$ 1 milhão de Daniel Vorcaro por intermédio do cunhado do banqueiro, Fabiano Zettel, também preso ontem. (Com Agência Estado)

30. As investigações também apontam que LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO realizava consultas e extrações de dados em sistemas restritos de órgãos públicos, incluindo bases de dados utilizadas por instituições de segurança pública e investigação policial. Tais acessos teriam ocorrido mediante utilização de credenciais funcionais pertencentes a terceiros, permitindo a obtenção de informações protegidas por sigilo institucional. A partir dessa metodologia, de acordo com a autoridade policial, o investigado teria obtido acesso indevido aos sistemas da própria Polícia Federal, do Ministério Público Federal, e até mesmo de organismos internacionais, tais como FBI e Interpol (v.g. fl. 71 do e-Doc. 1).

31. Além disso, foi identificado que o investigado participava de tratativas destinadas à obtenção de dados pessoais e institucionais de autoridades, jornalistas e outros indivíduos considerados de interesse da organização, repassando tais informações a integrantes do grupo responsável pela tomada de decisões estratégicas.

39. MOURÃO também se dispõe a colocar “A Turma” para intimidar outro funcionário de VORCARO, que supostamente teria feito uma gravação indesejada deste. Nas mensagens, há troca de documentos pessoais do funcionário que seria intimidado (fl. 78 do e-Doc 1). Além disso, VORCARO faz determinação expressa a MOURÃO para “levantar tudo dos dois”, que seriam o seu funcionário e um chefe de cozinha a ele associado (fl. 80). A uma certa altura, DANIEL VORCARO expressamente menciona a MOURÃO,

“O bom de dar sacode no chef de cozinha primeiro. O outro já vai assustar”. (fl. 84)

40. Em outra ocasião, VORCARO diz a MOURÃO que sua empregada o estaria ameaçando e diz:

“DV: Empregada Monique me ameaçando. É mole? Tem que moer essa vagabunda.”

MOURÃO responde: “O que é para fazer?”

DV: “Puxa endereço tudo” (fl. 88)

41. E a **dinâmica violenta** revelada pelas conversas entre VORCARO, responsável por emitir as ordens, e MOURÃO, como *longa manus* da prática violenta, atinge até mesmo jornalistas que publiquem notícias contra DANIEL VORCARO.

Na decisão, o ministro André Mendonça destacou, inclusive, diálogos entre Vorcaro e Mourão nos quais tramavam ações violentas

Ed Alves CB/DA Press



Segundo Mendonça, intenção era “calar a voz da imprensa”

Ordem para “quebrar dentes” de jornalista

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAELA PEIXOTO

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso ontem, teria cogitado uso da violência contra o jornalista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*, por causa de publicações do profissional que iam contra o seu interesse. A Polícia Federal identificou mensagens no celular do banqueiro em que ele fala em “dar um pau” e “quebrar todos os dentes” do colunista.

De acordo com as investigações, Vorcaro teria determinado a Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, apelidado de “Sicário”, que forjassem um assalto e agredisse o jornalista. Mourão era o responsável por executar medidas destinadas a “identificação, localização e acompanhamento de pessoas que mantinham relação com investigação ou críticas” ao Master.

Vorcaro ordenou um ataque ao jornalista após a publicação de notícias contrárias aos seus interesses: “Quero mandar dar

um pau nele. Quebrar todos os dentes. Num assalto”, diz.

“A partir de todos esses diálogos, verifica-se a presença de fortes indícios de que Vorcaro determinou a Mourão que forjassem um assalto, ou simulasse cenário semelhante, para prejudicar violentamente o jornalista em questão e, a partir do episódio, calar a voz da imprensa que ousasse emitir opinião contrária aos seus interesses privados”, diz trecho da decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

As trocas de mensagens ocorreram pelo WhatsApp entre Vorcaro e seus principais colaboradores. A estrutura foi denominada por eles como “A Turma” e era usada para intimidação e monitoramento ilegal de adversários.

Por meio de nota, *O Globo* repudiou a violência. “A ação, como destacado pelo ministro André Mendonça, visava ‘calar a voz da imprensa’, pilar fundamental da democracia. Os envolvidos nessa trama criminosa devem

ser investigados e punidos com o rigor da lei”, destacou.

A Associação Nacional de Jornalistas (ANJ) também se posicionou, por meio de nota. Segundo a entidade, “a tentativa de intimidar um profissional de imprensa por meio de violência constitui ataque inaceitável à liberdade de expressão”. “Métodos dessa natureza, próprios de práticas mafiosas, são incompatíveis com o Estado de Direito e merecem a mais firme rejeição da sociedade brasileira”, acrescentou.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SJPMRJ) manifestaram “seu mais veemente repúdio às gravíssimas denúncias reveladas pelas investigações da Polícia Federal, que apontam a existência de um plano criminoso para intimidar e agredir o jornalista Lauro Jardim, colunista de *O Globo* e da *Rádio CBN*”.

“Trata-se de um ataque direto à liberdade de imprensa, ao direito à informação e aos pilares fundamentais

da democracia. A Fenaj e o Sindicato reafirmam que qualquer tentativa de intimidação, ameaça ou violência contra jornalistas não é um fato isolado, mas parte de um ambiente de constante hostilidade contra a imprensa no Brasil. Atacar um jornalista é atacar toda a sociedade, que depende da informação livre, crítica e independente”, frisou.

“Moer”

Em outra mensagem obtida pela Polícia Federal, Vorcaro, ao sentir-se ameaçado por uma funcionária, escreveu: “Empregada Monique me ameaçando. É mole? Tem que moer essa vagabunda”. Em seguida, ordenou que fosse levantado o endereço dela.

Conforme a PF, Vorcaro também tentou intimidar dois outros funcionários: um chefe de cozinha dele e um que teria feito uma gravação do banqueiro. “O bom de dar sacode no chefe de cozinha primeiro. O outro já vai assustar”, enfatizou o dono do Master, segundo o relatório da PF.

Stefani Reynolds / AFP



Grupo usou técnica hacker para invadir sistemas, como o do FBI

Invasão a sistemas de PF, MPF e até FBI

A Polícia Federal afirmou — segundo a decisão do ministro André Mendonça, do STF — que o banqueiro Daniel Vorcaro ordenou a Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o Sicário, as invasões aos sistemas da própria corporação, do Ministério Público Federal (MPF) e até mesmo de organismos internacionais, como o FBI e a Interpol.

A PF colheu indícios de que Vorcaro e sua equipe usaram uma técnica hacker conhecida como “Spear Phishing” para roubar senhas de funcionários do Ministério Público Federal, invadir o sistema do órgão e obter acesso a documentos de investigações sigilosas.

Por meio dessas ações, também conseguiram abrir caminho para acessar sistemas de investigação de organismos internacionais, como a Interpol e o FBI.

Esse foi um dos motivos para

Mendonça ter decretado as prisões preventivas de Vorcaro e outras três pessoas, cumpridas ontem.

Os investigadores classificaram a operação como “sofisticada” e ainda estão se aprofundando para saber a extensão da invasão. A suspeita surgiu a partir dos diálogos do banqueiro, que indicaram a contratação de hackers e a encomenda desse serviço para a invasão dos sistemas.

Essa técnica consistiu em enviar e-mails ou outras formas de comunicações para os funcionários do Ministério Público com aparência de veracidade e que solicitava a inserção de seus dados de acesso e senha do sistema interno da instituição.

Por meio desses ataques, pessoas ligadas a Vorcaro conseguiram invadir o sistema interno e obter dados dos gabinetes de vários investigadores, até conseguir puxar documentos de investigações sigilosas do

interesse direto do banqueiro.

Em sua decisão, Mendonça descreveu o acesso da equipe de Vorcaro aos dados sigilosos. “Tais acessos teriam ocorrido mediante utilização de credenciais funcionais pertencentes a terceiros, permitindo a obtenção de informações protegidas por sigilo institucional. A partir dessa metodologia, de acordo com a autoridade policial, o investigado teria obtido acesso indevido aos sistemas da própria Polícia Federal, do Ministério Público Federal, e até mesmo de organismos internacionais, tais como FBI e Interpol”, escreveu o ministro.

A defesa de Vorcaro disse que “o empresário sempre esteve à disposição das autoridades, colaborando de forma transparente com as investigações desde o início, e jamais tentou obstruir o trabalho das autoridades ou da Justiça”.



Tais acessos teriam ocorrido mediante utilização de credenciais funcionais pertencentes a terceiros, permitindo a obtenção de informações protegidas por sigilo institucional”

André Mendonça, ministro do STF

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vorcaro muda de patamar...

As ameaças do ex-controlador do Master Daniel Vorcaro a várias pessoas levam os políticos a tirarem o ex-banqueiro da posição de um sujeito esperto, que havia descoberto um método de ganhar dinheiro fácil e enrolar alguns. Agora, Vorcaro ganhou a imagem de um “bandido, gangster e mafioso” capaz de usar as mesmas técnicas de intimidação do crime organizado, sejam milicianos, sejam traficantes. Por isso, não será surpresa se pelo menos parte do apoio político for retirado.

» » » »

... e de apoio/ Entre os parlamentares, cresce a pressão para que seja instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), algo que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), continua relutando em fazer (**leia notas nesta coluna**). O Parlamento retomou seus trabalhos há mais de um mês, depois do longo recesso, e ainda não houve sequer uma sessão do Congresso para leitura do pedido e futura instalação da investigação.



Se foi assim com jornalista...

... imagine o que Vorcaro não faz com aqueles que participaram de seus ilícitos. Esse era o comentário nas rodas de políticos nos restaurantes de Brasília no almoço de quarta-feira. Tem muita gente especulando sobre o que o ex-banqueiro possa tentar fazer, ainda que esteja preso.

Precedente & prorrogação

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, de suspender a quebra de sigilo da empresária Roberta Luchsinger, abre precedente para que os outros cinco alvos que tiveram o sigilo quebrado na mesma votação recorram ao STF para suspender os pedidos de forma individual. Essa é uma das preocupações da CPMI do INSS neste momento. A outra é a dificuldade em prorrogar a CPMI, algo que Alcolumbre pretende dar ao governo depois de não interferir na quebra de sigilo de Fábio Lula da Silva, o Lulinha.

Corrida pelo destaque

Ao saber que os senadores planejam recorrer ao Supremo Tribunal Federal para abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master no Senado, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) foi estudar para fazer o mesmo com a sua CPMI, que aguarda leitura em sessão do Congresso Nacional para instalação. Na avaliação de Jordy, a CPMI é o caminho, não a CPI, onde o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pode controlar o desenrolar dos trabalhos.

Pressionem Alcolumbre

Carlos Jordy descobriu que, para recorrer ao STF para tentar garantir a CPMI, precisará esperar a realização de uma sessão do Congresso Nacional. E, se Davi Alcolumbre não fizer a leitura do pedido, aí, sim, caberia o recurso ao Supremo. Acontece que o presidente do Senado é o senhor do tempo sobre a convocação da reunião das duas Casas legislativas.

Riscos políticos

Parlamentares calculam que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a escala 6x1 dos empregados de diversos setores promete virar um “perde-perde” para os deputados. É que quem não votar a favor será desmoralizado na base eleitoral, e quem votar favoravelmente ao projeto e, porventura, a nova lei desencadear menores salários e desemprego, sofrerá o mesmo efeito.

CURTIDAS

Hora da conversa/

Na próxima terça-feira, o relator da regulamentação dos trabalhadores por aplicativos, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE, **foto**), se reunirá com os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, para chegarem a um consenso sobre o texto.



Ed Alves/CB/D.A Press

Entrave/ O ponto de discussão tem sido a remuneração mínima por entrega que Boulos defende ser R\$ 10, e o setor quer R\$ 7,50. Contudo, durante a reunião-almoço da Frente Parlamentar do Comércio e Serviço (FCS), o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Jr., sugeriu uma remuneração por hora de trabalho. Coutinho gostou da sugestão e pediu que a Abrasel apresentasse a proposta formalmente o mais rápido possível.

Espírito republicano.../ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará na posse do novo presidente do Chile, José Antonio Kast, na próxima quarta-feira, 11 de março, de forma a acompanhar de perto a mudança de espectro político no país. “A ida do presidente Lula à posse de José Antonio Kast é um gesto político que vai além do protocolo diplomático. Trata-se de um movimento que sinaliza pragmatismo em um momento de crescente polarização ideológica na América Latina”, diz o especialista em risco político Eduardo Galvão.

... e estudo/ Esse cenário de transição e reconfiguração regional é matéria-prima de Eduardo Galvão em seu livro, *Riscos Políticos na América Latina*, obra que utiliza casos como o chileno para evidenciar como alternâncias de poder e novos alinhamentos ideológicos impactam investimentos, estratégias corporativas e o ambiente regulatório, consolidando a política como variável central na tomada de decisões empresariais no continente. A sessão de autógrafos será nesta quinta-feira, das 18h30 às 21h, no Ibmecc Brasília, SIG quadra 04, edifício Capital Financial Center, bloco A.

CPMI DO INSS

Dino suspende quebra de sigilos

Decisão beneficia empresária Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha, alvo da comissão de inquérito

» ALÍCIA BERNARDES

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministro viu irregularidades na votação no colegiado do Senado

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, a decisão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS que havia determinado a quebra de sigilos bancário e fiscal da empresária Roberta Luchsinger, próxima a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. A medida foi tomada após a defesa questionar a legalidade da votação em bloco realizada pelo colegiado, que aprovou, de uma só vez, 87 requerimentos de convocações e pedidos de acesso a dados.

Na liminar, Dino entendeu que a deliberação conjunta, sem exame individualizado, pode afrontar exigências constitucionais. Segundo ele, quebras de sigilo envolvem restrição de direitos fundamentais e, por isso, exigem fundamentação específica e análise detalhada de cada caso. O ministro fez um paralelo com a atuação do Judiciário, afirmando que não se admite autorização de medidas amplas e genéricas — as chamadas fishing expeditions — sem motivação adequada, entendimento que também deve ser observado por comissões parlamentares de inquérito ao exercerem poderes típicos de autoridade judicial.

A votação foi conturbada e incluiu a quebra de sigilos do próprio Lulinha, filho do presidete Luiz Inácio Lula da Silva. Parlamentares da base governista protestaram contra o formato adotado, alegando ausência de debate individualizado, mas a decisão foi mantida. O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP),

chegou a analisar questionamentos sobre a condução dos trabalhos e optou por preservar o resultado proclamado pela comissão.

A liminar beneficia diretamente a empresária que recorreu ao STF, mas pode ter efeitos mais amplos. Como a quebra de sigilo de Lulinha foi aprovada na mesma votação, advogados avaliam que a decisão abre caminho para questionamentos semelhantes. A CPMI investiga suspeitas de fraudes e irregularidades relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social e apura possíveis prejuízos a aposentados e pensionistas.

Presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) afirmou que, até o momento, a CPMI não foi oficialmente notificada da decisão de Dino. Segundo o parlamentar, os integrantes do colegiado tomaram conhecimento da liminar pela imprensa. Em

entrevista, ele disse receber a medida com “profunda indignação” e “preocupação institucional”, argumentando que a própria presidência do Congresso já havia considerado regular o procedimento adotado na sessão.

Viana sustentou que os requerimentos continham justificativas por escrito e que a prática de votações em bloco é comum no Legislativo. Para ele, a decisão monocrática pode comprometer o funcionamento de CPIs, que têm prazo determinado para concluir seus trabalhos. A Advocacia do Senado avalia apresentar um recurso ao STF. Apesar das críticas, o senador afirmou que a comissão cumprirá a determinação judicial, mas defendeu a necessidade de “reequilibrar a relação entre os Poderes” e preservar as prerrogativas investigativas do Parlamento.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 754

CIEE completa 62 anos de história promovendo a inserção de jovens e estudantes no mundo do trabalho

A ONG atua há mais de seis décadas como agente integrador entre instituições de ensino e mercado de trabalho, além de ter forte atuação em ações sociais

A maior ONG de inclusão social e trabalho jovem da América Latina, o **Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE**, completou **62 anos** de atuação no dia 20 de fevereiro. A Instituição já inseriu **mais de 7 milhões** de jovens e estudantes no mundo do trabalho por meio de programas de estágio e aprendizagem, ampliando seu papel como ponte entre empresas, jovens e estudantes em todo Brasil.

O Programa de Estágio é destinado aos estudantes a partir de 16 anos, matriculados no ensino médio, técnico ou superior, e o **Programa de Aprendizagem** é voltado aos jovens entre 14 e 24 anos incompletos que estejam cursando ou concluído o ensino fundamental ou médio. Para pessoas com deficiência não existe limite de idade para participação no programa de aprendizagem.

Além da inserção profissional, o **CIEE** também desenvolve iniciativas socioassistenciais e de protagonismo juvenil. As ações contribuem para o papel do **CIEE** em transformar vidas através da educação e do trabalho.

Para conhecer mais sobre o **CIEE** e sua história, é necessário entrar no **Portal CIEE** na aba “Conheça o CIEE” pelo link: portal.ciee.org.br/conheca-o-ciee/ ou QRcode.



portal.ciee.org.br/conheca-o-ciee/

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE
IMPARÁVEL



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Feminicídio mata mais as negras

Levantamento divulgado ontem mostra que 5.729 feminicídios ocorreram entre 2021 e 2024, e que 62,6% das vítimas eram mulheres pretas ou pardas. Maioria dos agressores eram companheiros ou ex

» RAFAELA BOMFIM*

A proximidade do Dia Internacional da Mulher, celebrado no domingo, 8 de março, evidencia um cenário persistente de violência letal. Levantamento divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra que o feminicídio segue atingindo majoritariamente mulheres adultas, sobretudo negras, dentro de suas próprias casas e, em muitos casos, pelas mãos de parceiros ou ex-companheiros. Em 2025, segundo o estudo, foram 1.568 feminicídios no país. É o maior número dos últimos dez anos, aumento de 4,7% em relação a 2024. O levantamento também fez uma análise mais aprofundada com os 5.729 crimes do tipo ocorridos entre 2021 e 2024.

Desse, 3.587 eram mulheres negras, o equivalente a 62,6% dos registros, enquanto 2.107 eram brancas, representando 36,8%. Indígenas e amarelas somam 0,3% dos casos. Metade das vítimas tinha entre 30 e 49 anos, faixa etária considerada produtiva e reprodutiva.

O grupo de 30 a 39 anos concentra 28,3% das ocorrências, seguido por 40 a 49 anos, com 21,7%. Embora adolescentes e crianças também apareçam nas estatísticas — 5,1% têm até 17 anos — a incidência maior recai sobre mulheres adultas. Já em relação aos autores, 59,4% eram companheiros das vítimas, 21,3% ex-companheiros e 10,2% outros familiares, reforçando o caráter doméstico dos crimes.

Para o Fórum, os números indicam que a violência contra mulheres negras não pode ser analisada apenas sob a ótica de gênero. “Mulheres negras estão, em média, mais expostas a condições de vulnerabilidade socioeconômica, menor acesso a serviços públicos de proteção e maior presença em territórios marcados por precariedade institucional”, destaca o estudo.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Marcha das Mulheres Negras, realizada na capital federal em novembro, clamou por direitos e pelo fim da violência racial e de gênero

Proteção

O enfrentamento ao feminicídio esteve no centro da participação da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), ontem, na II Conferência de Segurança Pública, em Brasília. Ela apresentou resultados do Programa Antes que Aconteça, que coordenou, e defendeu o fortalecimento da rede de atendimento. Em palestra, ela defendeu que a emissão de medidas protetivas com agilidade pode reduzir os casos de feminicídio.

A parlamentar também relatou experiência pessoal ao tratar de formas sutis de agressão. “Violência doméstica não é apenas física. Há vigilância, isolamento, controle. É tão

sutil que você não percebe”, disse. Ela descreveu situações de monitoramento e restrição de convívio social como comportamentos que antecedem agressões mais graves. “Ciúme não é demonstração de amor. Vigilância é desconfiança”, declarou.

Também apelou para a participação masculina no enfrentamento. “Vocês estão em grupos e conversas onde nós não estamos. Podem dizer: ‘Essa fala não foi legal’. Se fosse com sua filha, você não gostaria”, afirmou, ao relatar episódio em que contestou comentário considerado inadequado em grupo de colegas parlamentares.

* Estagiária sob a supervisão de Victor Correia

» Estupro no RJ

Os últimos dois suspeitos de estuprar uma jovem de 17 anos em um apartamento de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, entregaram-se ontem à Justiça. Vitor Hugo Simonin, de 18 anos, e Bruno Felipe dos Santos, 18, estavam foragidos e se apresentaram a delegacias na capital fluminense. Matheus Veríssimo Zoel Martins, de 19, e João Gabriel Xavier Bertho, também de 19, já haviam se entregado na terça-feira. Os quatro são réus por estupro coletivo e cárcere privado, e teriam atraído a garota para o local com o objetivo de cometer o crime, em janeiro deste ano. Parte dos acusados também é suspeita de participar de um segundo estupro, que teria ocorrido em 2023 na casa de Matheus. A vítima teria, à época, 14 anos de idade, e não denunciou o crime por medo de retaliações, segundo sua mãe, que denunciou o caso à polícia. Além de Matheus, os investigadores apuram se os outros suspeitos também participaram do caso, descoberto após a primeira denúncia.

» Entrevista | REEM ALSALEM | RELATORA ESPECIAL DA ONU

Guerras impõem retrocesso dos direitos

» GABRIELLA BRAZ

A escalada de conflitos armados, como as guerras entre Rússia e Ucrânia e no Oriente Médio, alerta para as violações de direitos de grupos civis, especialmente para o aumento da violência contra as mulheres.

Em entrevista ao **Correio**, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, destacou a negligência dos territórios e apontou retrocessos nos direitos das mulheres. Natural da Jordânia, ela atua no cargo independente desde 2021, e esteve no Brasil para uma aula magna na Universidade de Brasília (UnB).

“Desde Gaza, onde a maioria das vítimas eram mulheres e crianças, houve um declínio significativo na proteção”, pontua. “Qualquer ataque deve se esforçar para diferenciar entre alvos civis e não civis, e isso está sendo ignorado de forma drástica”.

A relatora citou como exemplo o ataque de Israel e dos Estados Unidos a uma escola no Irã, no último sábado, que matou 153 meninas e feriu mais de 90, segundo o governo iraniano.

Além dos ataques armados, Alsalem alerta contra outros tipos de agressões. “Vemos o uso deliberado

da violência sexual como estratégia de guerra e subjugação da comunidade. Vemos ataques deliberados a instalações de saúde e até mesmo a maternidades”, relata.

Dados alarmantes

Para a relatora, os dados sobre feminicídios no mundo representam o desafio mais alarmante, atingindo números epidêmicos. Mesmo altos, ela destaca que as ocorrências são “apenas a ponta do iceberg” devido à subnotificação dos casos.

“Em 2024, a ONU estimou que 83.000 mulheres foram mortas por feminicídio, e que cerca de 60% desses casos foram cometidos por parceiros íntimos ou familiares”, disse. Um dos motivos da subnotificação é a tipificação do crime. Ao contrário do Brasil, que tem classificação específica para o crime de feminicídio, alguns países tratam as ocorrências simplesmente como homicídios.

A escalada da violência também é preocupante no ambiente digital. Embora as discussões sobre o tema tenham ganhado fôlego, a especialista classifica a atuação pública como aquém do necessário.

“Os governos estão percebendo que precisam impor ou ter

Reprodução



Vemos o uso deliberado da violência sexual como estratégia de guerra, ataques a instalações de saúde e até mesmo a maternidades”

regulamentações que governem o espaço da internet, que também sejam obrigatórias para as plataformas digitais, para realmente prevenir o

abuso e a violência contra mulheres e meninas, incluindo não apenas ameaças, mas também o compartilhamento não consensual de

imagens, como os deepfakes, que estão em níveis epidêmicos”, comenta.

Direitos questionados

Alsalem também apontou retrocessos em relação a direitos já conquistados pela luta feminista. “Talvez tenhamos dado esses direitos como garantidos, mas agora eles estão sendo questionados novamente”, lamenta.

“A situação das mulheres no Afeganistão é o melhor exemplo de como metade da população mundial pode ser apagada, marginalizada, controlada, subjugada e excluída”, comenta. “Infelizmente, o mundo permitiu que isso acontecesse. Aliás, esta é a segunda vez que isso ocorre, pois o Talibã já estava no poder”, frisou.

Relatora da ONU também destacou que a garantia dos direitos essenciais passa pela participação feminina nos espaços decisórios. “É absolutamente necessário que as mulheres atuem mais na política”, declara. “Eu quero dizer que a política é predominantemente um ambiente masculino, os homens é que determinam as regras na política, é possível mudar a situação das mulheres se as mulheres atuarem”, enfatizou.

LEGISLATIVO

Câmara aprova PEC da Segurança

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados com orientação contrária somente da Federação PSol-Rede. O placar foi de 461 votos favoráveis e 14 contrários.

O texto, relatado pelo deputado federal Mendonça Filho (União-PE), promove a reestruturação do sistema de segurança no país, com a criação de mecanismos de integração entre União, estados e municípios. A matéria segue agora para análise do Senado.

Momentos antes da aprovação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), enalteceu o trabalho de Mendonça Filho na relatoria.

“A pauta da segurança pública é uma urgência nacional. A violência hoje é o maior problema do país. Entregamos hoje ao cidadão uma resposta desta Casa. O relator recorreu a praticamente todas as bancadas, assim como representantes do Governo. Tivemos mais de 40 audiências públicas, essa ampla escuta foi fundamental para a construção deste texto final”, disse Motta.

Ao longo das discussões, parlamentares divergiram sobre pontos centrais do texto. O deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) classificou a proposta como a mais rigorosa já analisada pelo Congresso em suas legislaturas, mas lamentou a retirada da redução da maioria penal do relatório final. “Estava previsto no texto a redução de 18 para 16 anos, eu pessoalmente acho pouco, acho que deveria ser 14 anos de idade”, declarou.

Já Chico Alencar (PSol-RJ), reconhecendo avanços no texto, apresentou ressalvas. “Nós valorizamos tanto as guardas municipais de proteção ao patrimônio público, de orientação da cidadania, mas a criação de polícias municipais pode ser um problema”, declarou.

PT aponta críticas

Momentos antes da votação da PEC, inicialmente proposta pelo governo federal, a Bancada do PT na Câmara, liderada por Pedro Uczai (SC), apresentou um conjunto de críticas ao substitutivo do relator, elencando dez pontos de preocupação.

O partido afirma que o novo texto enfraquece o papel da União na coordenação das políticas de segurança, limita a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública pela esfera federal e inclui dispositivos que podem reduzir garantias fundamentais.

Ao **Correio**, Uczai afirmou que, apesar das divergências, houve construção de entendimento para viabilizar a votação. Segundo ele, a bancada buscou retirar pontos considerados inconstitucionais e preservar garantias, mantendo, contudo, posição crítica em relação ao desenho final aprovado.

O texto estabelece diretrizes nacionais para integração de dados, padronização de procedimentos e cooperação operacional entre Polícia Federal, polícias civis e militares, corpos de bombeiros e guardas municipais.

A implementação deverá ocorrer por meio de leis complementares e ordinárias que regulamentarão o funcionamento do sistema, além da pactuação federativa para definir responsabilidades. A expectativa é de que a União coordene as diretrizes gerais, enquanto estados e municípios executem as ações de forma integrada.



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na quarta-feira		Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,24%	São Paulo	189.307	185.366			R\$ 5,218		R\$ 1.621	R\$ 6,075	14,90%	14,70%	
0,49%	Nova York	27/2	2/3	3/3	4/3	(- 0,89%)						

MERCOSUL-UE

Senado ratifica acordo

Enquanto senadores aprovavam, ontem, o tratado negociado há mais de 26 anos, o presidente Lula assinou decreto garantindo salvaguardas que protegem produtos brasileiros da concorrência externa

» ROSANA HESSEL
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Senado Federal aprovou, ontem, por unanimidade, o acordo provisório de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), o PDL 41/2026, e, com isso, o Brasil ratificou o tratado que vem sendo negociado com os europeus desde 1999 e foi formalizado, no Paraguai, em janeiro.

O Brasil é o terceiro país sul-americano a formalizar o acordo provisório que prevê a redução de tarifas para 91% dos produtos importados pelo Mercosul e 95% dos produtos importados pela UE.

O PDL 41/2026 ainda precisa ser promulgado pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). “Todos nós vamos guardar na nossa memória o dia de hoje, porque não é à toa que este acordo é sonhado há quase três décadas. O Parlamento brasileiro demonstra mais uma vez a maturidade institucional que nós temos, porque cada movimento como este é a constatação de que o Parlamento brasileiro está ao lado dos grandes temas de interesse da sociedade”, declarou Alcolumbre após a aprovação do projeto, acrescentando que a matéria uniu todos os parlamentares e foi um “um encontro de ideias em favor do Brasil”.

A expectativa dos senadores é de que ele entre em vigor a partir de 1º de maio. Para a relatora da proposta, senadora Tereza Cristina (PP-MS), o acordo envolveu concessões dos dois blocos, e, apesar de não ser perfeito, é necessário e benéfico para o Brasil, além de ser capaz de gerar benefícios concretos à população.

Conforme dados do governo brasileiro, Mercosul e UE reúnem, juntos, aproximadamente 718 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22,4 trilhões. O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e, em 2025, as trocas comerciais somaram US\$ 100 bilhões (R\$ 521 bilhões), com um superávit para o lado europeu de US\$ 522,8 milhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Após a aprovação do acordo, a senadora Tereza Cristina destacou que as negociações para esse acordo demoraram quase três décadas e, durante as conversas houve “muitos ajustes”, sem falar que a questão agrícola sempre foi um dos motivos de divergências para a conclusão do acordo.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Após a aprovação, por unanimidade, do relatório da senadora Tereza Cristina sobre o acordo de livre-comércio, senadores comemoram

“Temos as salvaguardas (da União Europeia) que causaram um pouco de insegurança, mas fizemos também as salvaguardas bilaterais e estamos prontos para acessar esse grande mercado de mais de 700 milhões de pessoas. Será um acordo exitoso para o Brasil e temos que nos adaptar para esse novo comércio bilateral entre os blocos”, disse a senadora e ex-ministra da Agricultura, ao lado dos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Humberto Costa (PT-PE). Ambos comemoraram o acordo e destacaram que ele será benéfico ao Brasil.

Trad, que preside a Comissão de Relações Exteriores do Senado, informou que será criado pelo colegiado um Grupo de Trabalho (GT) com técnicos legislativos e assessores com expertise na área do agronegócio e da indústria para acompanhar a implementação do acordo de livre-comércio. “Setores que se sentirem prejudicados vão poder mitigar as dificuldades no transcorrer da implementação deste acordo. Vamos dar a oportunidade para os setores envolvidos com essa composição do acordo para não se sentirem abandonados. Teremos uma assessoria pronta para dar toda a orientação necessária”,



Temos as salvaguardas (da União Europeia) que causaram um pouco de insegurança, mas fizemos também as salvaguardas bilaterais e estamos prontos para acessar esse grande mercado de mais de 700 milhões de pessoas”

Tereza Cristina, senadora e ex-ministra da Agricultura

afirmou. Segundo ele, o Mdic dará apoio fornecendo técnicos da pasta para dar as “condições de conhecimento para a o transcorrer da implementação do acordo”.

Salvaguardas

Em paralelo à votação do acordo no Senado, o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva assinou o decreto de regulamentação de salvaguardas do acordo bilateral entre Mercosul e UE. O objetivo das salvaguardas, de acordo com a publicação em edição extra do *Diário Oficial da União*, será proteger a indústria doméstica. Essa proteção ocorre pelo fato de trechos do tratado entre os blocos previrem a eliminação gradual de tarifas de importação de produtos da UE. Entre as medidas de proteção, estão a possibilidade de alterar o cronograma de redução tarifária, além do estabelecimento da quantidade de produtos que podem — ou não — entrar no Brasil sob uma determinada tarifa acordada entre os blocos. Segundo o decreto, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) será o órgão responsável por apurar as medidas de salvaguardas à produção nacional. Já a Câmara de Comércio Exterior ficará com a função da decisão final sobre de que forma o Brasil executará a proteção à indústria nacional. “Observados os termos do acordo comercial pertinente, as medidas de salvaguardas bilaterais poderão ser prorrogadas, desde que continuem necessárias para prevenir ou para

reparar prejuízo grave”, informou um trecho do decreto.

Ao comentar sobre o decreto de salvaguardas assinado por Lula, o senador Humberto Costa, por sua vez, reforçou que o acordo de livre-comércio entre UE e Mercosul garante muitas vantagens para o Brasil e os demais países do bloco sul-americano. “O acordo foi feito de maneira racional para preservar todos os setores da economia, pois a transição pode chegar até a 30 anos. O que permite que nosso país crie condições para a indústria nacional poder concorrer com os produtos europeus”, disse.

Nesse sentido, Costa destacou que, com o decreto de salvaguardas garante que, se houver qualquer desequilíbrio, seja na invasão de produtos europeus, seja de preços que prejudique a economia nacional, o país terá condição de estabelecer tarifas que deem esse equilíbrio. Além disso, as compras governamentais de produtos na área da saúde também ficarão restritas à produção nacional, para garantir os investimentos no Complexo Econômico e Social da Saúde. “Isso é um estímulo para que nós possamos desenvolver esse segmento tão importante”, acrescentou.

ORÇAMENTO

TCU aprova fiscalização permanente de emendas

Jefferson Rudy/Agência Senado



O relatório de Anastasia foi aprovado por unanimidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a realização de uma fiscalização contínua sobre a execução das emendas parlamentares. Os recursos apresentados no ano passado já começam a ser monitorados neste ano.

A decisão foi tomada pelo plenário da Corte ao analisar uma proposta de ação de controle elaborada pelo corpo técnico do tribunal. O processo, relatado pelo ministro Antonio Anastasia, foi aprovado por unanimidade.

A iniciativa prevê a abertura de processos de acompanhamento para monitorar como os recursos indicados por deputados e senadores estão sendo aplicados em diferentes áreas do governo federal. O trabalho utilizará sistemas e painéis informatizados do próprio tribunal para analisar dados e identificar possíveis irregularidades ou riscos na execução das emendas.

Caso as unidades técnicas identifiquem indícios de irregularidades durante a fiscalização, o tribunal poderá abrir representações específicas para adoção das medidas cabíveis, conforme as normas aplicáveis.

Segundo o TCU, o foco da fiscalização inclui aspectos como a concentração de recursos, a compatibilidade entre os valores destinados e os objetos contratados, além da análise de empresas contratadas com verbas oriundas das emendas parlamentares.

A Corte estabeleceu que será produzido ao menos um relatório anual com os resultados da análise. Após cada ciclo, um novo processo de acompanhamento será aberto, com sorteio de relator, para que o monitoramento ocorra continuamente.

Rastreabilidade

Na terça-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou a proibição de saques em dinheiro de recursos provenientes de emendas parlamentares. A decisão estabelece que os valores deverão ser movimentados exclusivamente por meios eletrônicos, como transferências bancárias ou Pix, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade dos recursos públicos.

Dino é relator da ação que declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto, esquema de distribuição paralela de emendas parlamentares durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ministro endureceu regras de transparência e rastreabilidade das emendas, suspendeu repasses sob suspeita e condicionou a execução do Orçamento da União à adoção de ajustes técnicos. Ele também estendeu essas exigências às emendas estaduais e municipais, cujos orçamentos são mais difíceis de rastrear.

Com o objetivo de orientar a população sobre como acompanhar a destinação das emendas parlamentares e denunciar possíveis irregularidades no uso desses recursos, o STF lançou no início deste mês, por determinação de Dino, a campanha publicitária “De Olho nas Emendas”.

MULTILATERALISMO

Lula e Sánches discutem guerra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, que vai realizar uma visita bilateral com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, marcada para 17 de abril, em Barcelona.

Em conversa por telefone, Lula e Sánches “reiteraram compromisso com o multilateralismo como caminho para construção da paz e do desenvolvimento sustentável”, segundo comunicado divulgado pela secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto.

Lula também confirmou participação na quarta reunião de alto nível do grupo “Em Defesa da Democracia”, prevista para o dia 18 de abril, também na cidade de catalã. A iniciativa foi lançada no ano passado e envolve os governos de Brasil, Espanha, Colômbia, Chile e Uruguai.

A situação no Oriente Médio, no contexto do conflito armado travado entre Estados Unidos e Israel contra o Irã, também foi assunto entre os dois líderes. Segundo a nota divulgada pelo Planalto, ambos compartilharam o desejo de que a guerra possa chegar a um fim com a maior brevidade

possível e que as negociações de paz possam ter início sob o amparo do direito internacional.

Contrário à guerra, o presidente do governo da Espanha provocou a irritação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após negar o uso de bases militares no sul do país para o lançamento de ataques contra o Irã. O norte-americano chegou a ameaçar cortar relações comerciais com o país europeu, mas Sánchez vem mantendo a posição de não cooperar em favor do conflito armado.

Apelo pela paz

Os conflitos também foram tema do discurso de Lula na abertura da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe. Ele fez um apelo para que líderes globais busquem a paz em meio ao cenário recente de guerras e que priorizem o combate à fome no lugar de gastos com armamentos.

“Se pegássemos o dinheiro que foi gasto, no ano passado,

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Pedro Sánches são contrários à guerra e devem se encontrar em abril para falar de temas bilaterais

em armamentos, em conflitos — o equivalente a US\$ 2,7 trilhões — e dividíssemos entre os 630 milhões de seres humanos que, no planeta, passam fome, daria pra ter distribuído US\$ 4.285 para cada pessoa. Vocês percebem que não precisaria ter fome no mundo se houvesse o bom senso dos governantes?”, disse o presidente.

Em sua fala, Lula fez um apelo direto aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU): França, Inglaterra, Rússia, China e Estados Unidos, para que se preocupem com o combate à fome.

“Está todo mundo pensando que vão se agravar os conflitos. E todo mundo quer mais armas,

todo mundo quer mais bomba atômica, todo mundo quer mais drone, todo mundo quer aviões de caça cada vez mais caros. E tudo isso não é feito para construir ou para produzir alimentos. Isso é feito para destruir e para diminuir a produção de alimentos ou destruir aquilo que já está plantado.” (Com Agência Brasil)



Aponte a câmera do celular para o QR Code e veja o vídeo do momento em que a fragata iraniana é torpedeada

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



EUA afundam fragata do Irã no Oceano Índico

Submarino americano torpedeou navio de guerra de Teerã com 180 tripulantes, matando pelo menos 87, na costa do Sri Lanka. Presidente Trump defende decisão de iniciar conflito. Israel ameaça assassinar o próximo líder supremo iraniano

» RODRIGO CRAVEIRO

Uma "morte quieta" foi o termo usado pelo secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, para descrever o ataque, no Oceano Índico, de um submarino norte-americano à fragata iraniana *Iris Dena*. O incidente — o primeiro do tipo envolvendo os EUA em 81 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial — ocorreu na costa do Sri Lanka e expandiu o conflito para além do Oriente Médio. Pelo menos 87 marinheiros do Irã morreram e dezenas estão desaparecidos. "Nós estamos apenas começando. Estamos acelerando, não desacelerando. O regime iraniano está acabado, e eles sabem disso, ou pelo menos saberão em breve", afirmou Hegseth. Os corpos dos marinheiros foram resgatados e levados para o necrotério do hospital de Karapitiya, na cidade cingalesa de Galle. Outro sinal de expansão da guerra foi a derrubada de um míssil iraniano (**leia na página 12**), que supostamente se dirigia à Turquia, por parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Enquanto escala os esforços diplomáticos para costurar um cessar-fogo, o Paquistão admite a hipótese de honrar um pacto de defesa com a Arábia Saudita e entrar na guerra.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu a sua decisão de ir à guerra. "Acho que se não tivéssemos feito isso primeiro, eles teriam feito com Israel e nos dariam uma chance, se fosse possível", disse o republicano. Trump classificou o conflito no Oriente Médio como "algo incrível que está acontecendo diante dos nossos olhos". A Casa Branca descarta, por enquanto, o envio de tropas para o Irã e começa a planejar o pós-guerra. "Acho que é algo que o presidente está considerando ativamente e debatendo com seus assessores e sua equipe de segurança nacional", respondeu a porta-voz Karoline Leavitt, ao ser questionada sobre a possibilidade de os Estados Unidos terem um papel no país.

Sob intensos bombardeios de Israel e dos EUA, Teerã assiste a um êxodo em massa: de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, cerca de 100 mil pessoas deixaram a capital iraniana somente entre sábado e domingo. O conflito também se intensificou no Líbano, com novos ataques aéreos por parte da aviação israelense e a incursão de tropas para além da fronteira entre os dois países. O movimento fundamentalista islâmico xiita libanês Hezbollah anunciou que, pela primeira vez neste conflito, travou combates homem a homem contra soldados do Exército judeu. Em discurso inédito desde o início da guerra, no sábado, Naim Qassem — líder máximo do Hezbollah que sucedeu ao xequete Hassan Nasrallah — descartou rendição. "Estamos enfrentando uma agressão (...) Nossa opção é confrontá-la até o sacrifício máximo, e não nos renderemos", declarou Qassem, em seu primeiro discurso desde que estourou a última rodada de combates.

Aliado do Hezbollah, o Irã prometeu alvejar "embaixadas israelenses

Ishara S. Kodikara/AFP



Profissionais de saúde do Sri Lanka carregam os corpos de marinheiros, no necrotério do hospital de Galle

AFP



Clérigos iranianos e voluntários da milícia Basij oram próximo aos escombros de delegacia, em Teerã

Senado avaliza campanha militar

Os senadores do Partido Republicano rejeitaram uma resolução apresentada pelos democratas exigindo que o presidente Donald Trump buscasse a aprovação do Congresso para uma ação militar contra o Irã. Por 53 votos a 47, o Senado derrubou a medida. O democrata John Fetterman votou com os republicanos para bloquear a resolução.

1.045

Total de iranianos mortos durante os bombardeios dos EUA e de Israel desde sábado, segundo Teerã

em todo o mundo", caso a sua representação diplomática em Beirute seja atingida. Teerã também ameaça atacar a usina nuclear de Dimona, no sul de Israel, na hipótese de uma tentativa de derrubada do regime teocrático islâmico. Israel prometeu matar o próximo líder supremo do Irã. "Qualquer dirigente eleito pelo regime terrorista iraniano para continuar comandando o plano de destruição de Israel, ameaçando os Estados Unidos, o mundo livre e os países da região, e reprimindo o povo iraniano, será um alvo de assassinato, não importa seu nome nem onde se esconda", avisou o ministro da Defesa, Israel Katz. Especialista do Carnegie Middle East Center, em Beirute, Yezid Sayigh lembrou ao **Correio** que muitos cidadãos americanos e membros do Congresso acreditam que Trump iniciou essa guerra sem obedecer a um processo constitucional adequado e sem a aprovação do Legislativo. "Há uma enorme dúvida sobre o que o

presidente Donald Trump tem feito em termos de política internacional. Como as forças dos EUA buscam destruir os ativos militares do Irã e está claro que tentam obliterar a Marinha iraniana, é lógico que os americanos alvejariam a fragata de Teerã em águas internacionais", explicou. "O incidente é horrível, sob o ponto de vista de perdas humanas, mas faz parte de um confronto militar." Sayigh acredita que a estratégia do Irã é de fazer com que as nações do Oriente Médio sintam-se ameaçadas, a fim de pressionarem os Estados Unidos a deter a ação militar. "Essa pressão é exercida sobre membros dos países do Golfo Pérsico que têm sido alvos de drones e de mísseis iranianos. Teerã pretende ameaçar os interesses dos Estados Unidos por todos os lugares. A ideia do regime é remover todas as limitações e contenções possíveis e provocar o maior dano que puderem no inimigo", avaliou.

Departamento de Guerra dos EUA/AFP



Em imagem de vídeo, navio de guerra é atingido (acima) e naufraga

Kawnat Haju/AFP



Bombeiros trabalham após bombardeio israelense, em Tyre (Líbano)

Para o paquistanês Umer Karim, pesquisador associado do Centro Rei Fasal para Estudos e Pesquisas Islâmicas (em Riad), o Irã adotou a tática de atacar qualquer instalação regional ligada a Israel. "O regime não se importa mais em deixar de atacar um ou outro país. Porque esta é uma guerra existencial para o Estado iraniano e para a República Islâmica. Por isso, eles jogarão todas as suas cartas. A mensagem é: 'se vocês não pararem, podemos atingi-los lá fora e interromper o fluxo econômico'", disse ao **Correio**. "Vejo isso como uma estratégia holística para tentar criar pressão sobre os vizinhos. A guerra está regionalizada e pode se espalhar ainda mais", alertou. Karim avalia que a Guarda Revolucionária Iraniana decidiu enviar parte de sua frota para águas internacionais. "O incidente na costa do Sri Lanka, envolvendo o torpedeamento da fragata *Iris Dena* mostra que os Estados Unidos não têm

interesse algum em permitir que alguns ativos da Marinha iraniana escapem. A intenção das forças americanas é destruir por completo a Marinha do Irã e anular a capacidade ofensiva marítima de Teerã", afirmou. Para o especialista, o risco de o conflito se espalhar para fora do Oriente Médio aumentou. "O Irã não interromperá os bombardeios a outros países e a alvos israelenses. Quanto maior o caos, maior o impacto sobre a economia regional e maior o custo para a continuação do conflito." Sobre a eventual entrada do Paquistão na guerra, em apoio à Arábia Saudita, Karim acredita que o ministro das Relações Exteriores paquistanês, Ishaq Dar, adotou um tom cauteloso ao abordar o tema. "Ele disse que os sauditas se aproximaram do Paquistão, no contexto do pacto de defesa, e que seu país deu garantias a Teerã em nome de Riad. Enfim, usou uma linguagem muito diplomática."

VISÃO DO CORREIO

Mulheres oprimidas por uma rotina de agressões

Há, de fato, o que se comemorar no 8 de Março, Dia Internacional da Mulher? Não se trata de pessimismo, mas de desafio aos Poderes da República e à sociedade, uma vez que as agressões das mais diversas formas fazem parte do cotidiano feminino ao longo de todos os anos. Chegamos ao século 21 e as mudanças são insuficientes para que haja uma verdadeira equidade de gênero no país.

Em 2025, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 1.568 mulheres foram vítimas de feminicídio no país — alta de 4,7% em relação a 2024 e um recorde na comparação com anos anteriores. Trata-se de crime considerado o ápice de engrenagem de violência que oprime adultas e meninas cotidianamente, com configuração de epidemia — a média é de quatro casos por dia. Basta um “não” ao que homens desejam para que mulheres sejam punidas com a sentença de morte. Prevalece o entendimento de que elas devem ser subordinadas aos caprichos deles, sobretudo de maridos e namorados.

Quem sobrevive carrega marcas profundas da violência de gênero. Em 2024, também segundo o FBSP, ocorreram 87.545 estupros no país. Das vítimas, 76,8% eram vulneráveis, 87,7% do sexo feminino, e 55,6% negras. A maioria dos casos (65,7%) ocorreu em casa e os agressores eram familiares (45,5%). Essa abjeta violência às mulheres também é praticada em bandos, como o estupro coletivo de uma jovem de 17 anos em área nobre do Rio de Janeiro que chegou ao noticiário nesta semana. A adolescente foi

vítima do crime bárbaro no fim de janeiro, após ser atraída por um ex-namorado para um apartamento em Copacabana onde estavam outros quatro homens. Todos a violentaram.

Acusados estão detidos e devem ser punidos como prevê a legislação. Mas não basta a privação de liberdade para esses jovens ou para quaisquer outros agressores. É preciso agir e modificar uma estrutura que funciona como salvo conduto para que homens — de qualquer idade e realidade social e econômica — enxerguem meninas e mulheres como objetos de uso comum. É consenso entre especialistas que essa mudança de paradigma passa pela educação de gênero.

As leis de proteção às mulheres foram aprimoradas e tornaram-se mais rigorosas no país, mas os avanços seguem insuficientes para impor aos homens que as respeitem em qualquer ambiente. Exemplos vêm, inclusive, daqueles que ocupam instâncias de decisão e poder, como os casos recentes de magistrados afastados por denúncias de crime sexual. Parlamentares também dão mau exemplo, como os recorrentes casos de deputadas, senadoras e ministras que são alvos de ataques misóginos em plenário e comissões.

Grandes mudanças na sociedade resultaram das lutas dos movimentos feministas. Desde a Constituição Cidadã, as mulheres são reconhecidas e têm direitos equiparados. Mas só isso não basta. É essencial que haja igualdade de gênero em todos setores, públicos e privados, como reconhecimento da importância das mulheres na sociedade. A começar pelos Três Poderes da República.



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbspres.com.br

Que ninguém nos dê flores

Há duas semanas, ocupei este espaço com a recordação de uma viagem a trabalho a Las Vegas, nos Estados Unidos, onde mulheres circulam enjauladas pela cidade em carretas de prostituição durante o dia, enquanto outras estão anunciadas em propagandas exibidas nos elevadores dos hotéis, sem restrição de horário. Enfatizei que não se trata de conservadorismo, mas da exposição excessiva da figura feminina como objeto à venda.

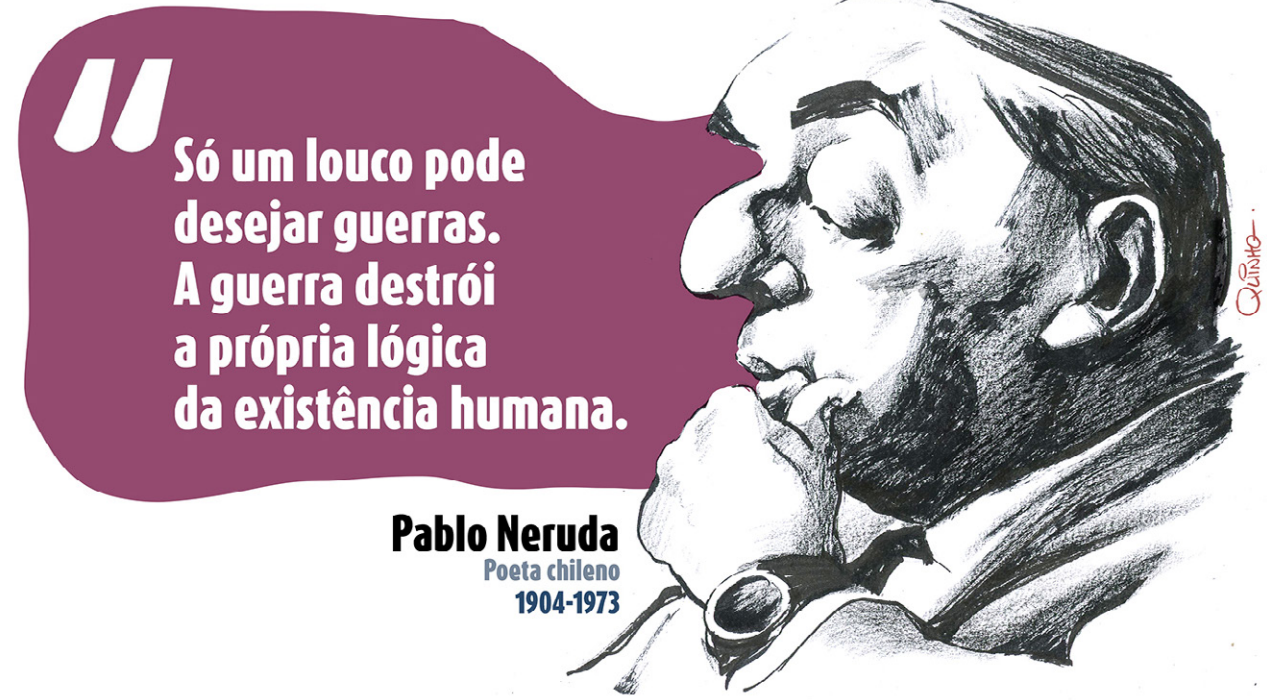
Lembrei também dos programas de televisão dos anos 1980, 1990 e 2000, quando o figurino das atrizes nos humorísticos era sempre biquínis, enquanto os homens apareciam rigorosamente vestidos; das atrações das tardes de domingo, com modelos disputando sabonete na banheira, para deleite dos apresentadores; da encarnação de fantasias sexuais masculinas, como sadomasoquista ou odalisca, no horário da tarde. E lamentei que algumas pessoas ainda dizem sentir saudades da programação da época, que não tinha “mimimi”.

Recebi muitos comentários de leitores. Uns disseram que o carnaval também é assim, cheio de “mulher pelada” em qualquer horário do dia. Mas, não, isso não tem nada a ver com nudez. Uma coisa é a mulher ou o homem escolher, por vontade própria, o modelito que quer usar para pular o carnaval num bloco. Outra é a imagem feminina ser associada o tempo inteiro a um objeto de desejo, seja nos

programas vespertinos, nos humorísticos, nas músicas, em áreas públicas de hotéis. De forma escancarada ou subliminar, meninos e meninas são bombardeados constantemente com essa mensagem: o corpo feminino existe para servir ao desejo masculino.

Volto a esse tema também por aqueles que comentaram, em tom jocoso: “Se Las Vegas é assim, vou para lá”. Mas, principalmente, volto a esse tema pela adolescente estuprada coletivamente por quatro homens e um jovem de 17 anos; pela freira de 82 anos, violentada e morta no Paraná; pelas mulheres atropeladas e arastadas nas ruas propositalmente; pela moça que pediu ajuda no metrô de São Paulo e foi recriminada pela roupa que usava; pelas vítimas de feminicídio de todo santo dia. Por todas aquelas espancadas, humilhadas, constrangidas, asediadas, perseguidas.

Que ninguém nos dê flores no dia 8. Deem, no lugar disso, educação a seus filhos homens. Ensine-os que o corpo da mulher é tão inviolável quanto o dele; que não é não; que mulheres não estão no mundo para servi-los, tampouco para saciá-los. Corrijam caso façam piadinhas sobre meninas, não deixem que se refiram a elas com desrespeito; lembre-os, o tempo inteiro, de que maltratar uma mulher não é prova de masculinidade, mas de covardia. Deixem as flores no canteiro, não é disso que precisamos.



Pablo Neruda
Poeta chileno
1904-1973

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

BRB

Consultando o Google, fiquei sabendo que somente Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pará, Sergipe, Minas Gerais e Distrito Federal continuam sustentando um banco estatal para chamar de seu. Por que será que os 21 restantes estados da Federação privatizaram essas estatais? Será que foi porque descobriram que esses bancos eram umas verdadeiras malas sem alça, que só davam prejuízo por serem mal administrados, porque eram fontes de falcatruas e que só serviam para poder nomear diretores apaniguados governamentais? Por favor, vendam o BRB em vez de querer vender patrimônio público para cobrir prejuízos que não foram causados pelos pobres contribuintes!

» Paulo Molina Prates

Asa Norte

Vorcaro

Daniel Vorcaro foi preso. Já deveria estar enjaulado faz tempo. Basta de impunidade. Vamos aguardar quanto tempo ficará em cana. Tem ricos advogados e colossal fortuna. Há dias, mandou R\$ 20 bilhões para a conta do pai dele. Leis precisam ser mais duras, e para todos. O jornalismo, de maneira geral, está de parabéns por exercer, sem medo, com isenção, seu trabalho. Sem dobrar a espinha nem ser benevolente com patifes engomados. O jornalista Lauro Jardim, do *O Globo*, ameaçado pelo arrogante Vorcaro, tem o apoio de todo cidadão que trabalha e sonha por um Brasil mais digno. Com mais qualidade de vida para a população, sobretudo para os mais carentes.

» Vicente Limongi Netto

Asa Sul

Candangos

O nosso candango maior, o *Correio Braziliense*, iniciou neste primeiro domingo de março a coluna *Candangos*, que, como o texto inicial anuncia, pretende revisitar cenas, monumentos e personagens da nossa cidade. Nada mais oportuno, sobretudo no ano em que celebramos os 70 anos da posse de JK na presidência da República e, com tristeza, os 50 anos da morte do maior estadista brasileiro. Revisitar a cidade, sua memória e história é uma forma de reacendermos o nosso pertencimento, a nossa beleza urbanística, arquitetônica e civilizatória. Parabéns ao *Correio*, à diretora de Redação, Ana Dubeux, e ao amigo e jornalista Jorge Henrique Cartaxo pela iniciativa.

» Silvestre Gorgulho

Asa Sul

Estupro

Há crimes que não deveriam caber em nenhuma manchete, porque são tão brutais que expõem o que estamos nos tornando. O estupro coletivo de uma adolescente no Rio é um desses crimes. Não há palavra que suavize, nem explicação que justifique, quando quatro jovens se organizam para destruir a vida de uma menina.

» Paccelli M. Zahler

Sudoeste

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O BRB é vítima, disse o presidente. Replico: não, presidente, vítimas somos nós, contribuintes indefesos.

Luis Baldez — Asa Sul

Socorro ao BRB: não ficou satisfeito? Eleição está aí! Exclua da vida pública os responsáveis pela aprovação.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Intenções de Trump com essas guerras: aí tem, ou melhor, aí Epstein..!

Vital R. de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

Se há um povo que tem muita sorte, é o povo norte-americano. Em todo país que invadem, encontram petróleo.

Marcus Aurelio de Carvalho — Santos (SP)

Maioridade penal

A redução da maioridade penal de 18 para 16 anos é tão relevante para o presidente da Câmara dos Deputados que a matéria tramita naquela Casa do Congresso Nacional desde o ano de 1993 — PEC 171/93, de autoria do ex-deputado federal Benedito Domingos, do Progressistas/DF. Sua Excelência acaba de anunciar que a proposta será retirada do texto da PEC da segurança pública que irá ser votada em plenário nesta quarta-feira. É lamentável!!!

» Jadir Maia de Almeida

Guará I

Oriente Médio

Finalmente, EUA e Israel concretizaram seu intento de transformar o Oriente Médio — e o mundo todo por extensão — no laboratório para engendrar a terceira guerra mundial, que tem tudo para ser um conflito com armas nucleares. O outro bloco de países — entre eles, Rússia, China e Coreia do Norte — até que se mantém relativamente tolerantes com os crimes de guerra e ações anti-humanitárias dos seus oponentes. Mas, por quanto tempo? Fossem eles autores de ações semelhantes, já teriam sido atacados. Essas ações são declarações de guerra explícitas, consagradas pelo direito internacional. Os dois líderes desses países usam o poderio bélico em detrimento da paz mundial, para os seus planos expansionistas, econômicos e no desesperado objetivo de se manter nos seus cargos. Mas isso é um tiro nos próprios pés, literalmente. No caso de um conflito mundial, ou mesmo restrito à área, o prejuízo à ordem mundial é fatal. Além do desprezo pelo meio ambiente, de forma generalizada, com mais guerra conseguirão outra frente para extinguir os seus oponentes, aliados e a si mesmos.

» Humberto Pellizzaro

Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Oriente Médio, Brics e os limites do Sul Global



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB e coordenador de relações internacionais na Uninter

A escalada militar entre Estados Unidos, Israel e Irã costuma ser analisada pelos aspectos mais imediatos. Discute-se dissuasão, capacidade militar e risco de ampliação da guerra no Oriente Médio. Esse foco é compreensível. Ainda assim, a crise revela algo mais amplo sobre a forma como o poder opera no sistema internacional. O episódio ajuda a entender como os países atuam em um ambiente marcado por interdependências profundas e por relações que nenhum governo controla por completo.

O caso do Brics ajuda a iluminar esse cenário. O grupo reúne economias do Sul Global e busca ampliar seu espaço de atuação na governança global. Ainda assim, a guerra atual mostrou como essa coordenação pode se tornar delicada. O Irã integra o agrupamento. Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita participam das atividades. Outros membros mantêm laços estratégicos com Washington ou com Israel. Diante desse quadro, não surgiu uma posição comum após os bombardeios e as retaliações. Não é falta de vontade. É estrutural.

Esse silêncio vai além da cautela diplomática e reflete a inserção desses países no sistema

internacional. O Brics não é uma aliança de segurança. É um espaço de articulação entre países que buscam ampliar sua margem de atuação em um sistema que não controlam plenamente. A convergência é possível em temas econômicos e institucionais. A coordenação se torna mais difícil quando crises militares alteram o conjunto de relações em que esses países estão inseridos.

A guerra no Golfo Pérsico evidencia esse limite. Países que cooperam em várias agendas podem ter percepções distintas sobre conflitos regionais. Cada governo precisa considerar suas relações comerciais, suas parcerias políticas e suas preocupações de segurança. Essas relações formam um ambiente de interdependência que condiciona as escolhas possíveis. Em um mundo organizado por fluxos financeiros, energéticos e tecnológicos, o poder depende menos de capacidades isoladas e mais da posição que cada país ocupa nas redes que estruturam essas relações. O resultado costuma ser uma diplomacia cautelosa, que preserva vínculos e evita rupturas.

Esse quadro revela mudanças importantes no funcionamento do sistema internacional. A política global já não se organiza só por alianças rígidas ou blocos definidos. Muitos Estados participam de diferentes fóruns e mantêm relações com vários centros de poder ao mesmo tempo. Um país pode cooperar economicamente com um parceiro, negociar tecnologia com outro e, ao mesmo tempo, manter diálogo político com diferentes atores.

Nesse ambiente, a autonomia externa assume um significado distinto daquele imaginado em

períodos anteriores. Ela não depende do isolamento. Depende da gestão de vínculos em um ambiente de assimetria. Autonomia passa a significar a capacidade de administrar relações diversas e de ajustar conexões dentro dessas redes. Potências médias procuram preservar espaço de decisão ao diversificar vínculos e evitar compromissos automáticos em disputas entre grandes potências.

A guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã torna essa lógica mais visível. Coalizões amplas conseguem articular posições sobre comércio, financiamento ou governança internacional. Já a coordenação diminui quando crises militares entram em cena, pois os vínculos externos de cada país passam a influenciar suas escolhas.

O episódio revela um paradoxo do momento atual. O peso econômico e político do Sul Global cresceu nas últimas décadas, e novas plataformas de cooperação ampliaram o espaço de articulação entre esses países. Ainda assim, esses arranjos mostram limites quando precisam lidar com crises internacionais que atingem diretamente alguns de seus membros.

A guerra no Oriente Médio não desafia apenas o equilíbrio regional. Ela também revela aspectos da política internacional em um sistema mais interdependente e menos previsível. Países cooperam em várias frentes e preservam margens próprias de decisão. A ordem que emerge desse processo não se organiza em blocos rígidos. Ela se forma em redes de relações nas quais a autonomia depende da capacidade de navegar interdependências que nenhum Estado controla plenamente.

Um sistema e um plano a serviço da educação brasileira



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cadeira Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

O ano em curso — apesar de ser um ano “curto”, em função da Copa do Mundo e das eleições — será estratégico para a educação brasileira: seja por conta da implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE), que ditará o pacto federativo que articula políticas educacionais entre União, estados, DF e municípios, visando garantir a qualidade, a equidade e o direito à educação básica e superior no Brasil; seja porque será o primeiro ano do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2025-2035; sem falar que será o ano em que ocorrerá a primeira revisão dos critérios de distribuição da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Estamos, assim, falando da implementação do regime de colaboração, sob a perspectiva do SNE, para o alcance das metas previstas para a educação em nosso país nos próximos 10 anos, em conformidade com o PNE, que só se efetivará se fizermos uma boa gestão, com o financiamento adequado.

Nesse contexto, a espinha dorsal do SNE consiste, a meu ver, no regime de colaboração entre os entes federados, visando superar a atual fragmentação do ecossistema educacional; e na gestão e no planejamento sob a perspectiva da construção de instâncias tripartites para definir metas, financiamento e suporte técnico em padrões mínimos de qualidade que estabeleçam normas de avaliação para as escolas e redes de ensino. Isso vai ser importante porque um dos calcanhares de Aquiles dos dois últimos PNEs foi a ausência de responsabilização no cumprimento das metas estabelecidas. Assim, espera-se que o SNE possa contribuir para dar maior clareza ao papel de cada um dos entes federados para que cumpram as 58 metas desse novo PNE sedimentadas em 18 objetivos.

Por exemplo, no que se refere ao último PNE (2014-2024), lembro-me bem de que, quando conseguimos, em 2009, retirar a educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) — mecanismo legal do Poder Executivo para usar livremente parte da arrecadação de um tributo que, a princípio, teria de ser aplicado em uma área específica —, os governos deveriam, em contrapartida, nas suas três esferas administrativas, em regime de colaboração, universalizar a oferta educacional dos 4 aos 17 anos até 2016. Isso foi incorporado ao PNE. Mas os resultados ficaram muito longe disso, e nada aconteceu. Essa e tantas outras metas não foram cumpridas, e ficamos por isso mesmo — o que só enfraquece o papel do PNE como principal instrumento de planejamento da educação brasileira.

Sobre o novo PNE, um ponto muito favorável foi a mudança do indicador de qualidade para a educação básica, saindo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o percentual de alunos com aprendizado adequado ao final de cada etapa escolar, tanto em língua portuguesa como em matemática. Não quero com isso tirar o mérito do Ideb, que cumpriu um exemplar papel de mobilização social em torno da educação — mas que, apesar disso, se mostrou insuficiente perante os desafios atuais vinculados à oferta de uma educação de qualidade para todos.

Ao trazer o percentual de alunos com aprendizado adequado, o novo PNE não só aumenta o rigor da qualidade em termos de aprendizagem, como dialoga diretamente com um dos parâmetros de financiamento da educação básica — o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), que, em 2025, injetou cerca de R\$ 5,4 bilhões nos municípios e estados brasileiros. Todavia, para se habilitar a esses recursos, as unidades da Federação precisam atender a cinco condicionantes, dos quais o mais desafiador — o terceiro condicionante — se refere à aprendizagem adequada e às reduções das desigualdades escolares. Para se ter uma ideia, dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 66,4% conseguiram em 2025 habilitar-se nesse quesito. Além disso, é esse binômio que está estritamente vinculado a outro mecanismo de financiamento em nosso país, o ICMS Educacional — um mecanismo que destina parte da cota municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (no mínimo 10%) aos municípios.

Assim, torna-se cada vez mais relevante aos municípios e estados estabelecer políticas com base em dados e evidências que possam melhorar o aprendizado adequado, além de reduzir as desigualdades escolares. Nesse contexto, desigualdades de aprendizagem tendem a se traduzir também em desigualdades de financiamento. Para enfrentá-las, o país tem agora um SNE em processo de implementação e um novo PNE que se encontra em fase final de aprovação no Senado Federal.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Entre o circo e o pão, escolhi a responsabilidade



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital e segunda vice-presidente da Câmara Legislativa

O BRB nasceu para ser instrumento de desenvolvimento do Distrito Federal. Um banco público criado para financiar infraestrutura, apoiar quem produz, fortalecer empresas locais e proteger o servidor. Essa sempre foi a sua missão.

Nos últimos anos, porém, assistimos a uma mudança profunda na sua condução. Arenas, camarotes, grandes patrocínios, expansão nacional, marketing intenso. A chamada “nação rubro-negra”, apresentada como estratégia de crescimento, gerou quase meio bilhão de reais em prejuízo. A Arena BRB não demonstrou retorno proporcional ao investimento realizado. Patrocínios foram firmados sem que a sociedade tivesse clareza objetiva sobre a contrapartida efetiva ao banco.

O espetáculo cresceu. E o risco também. Foram mais de R\$ 30 bilhões em aquisições de crédito e negociações envolvendo o Banco Master, alterando significativamente o perfil da instituição.

Na tribuna, fiz uma representação simbólica. Levei um banco de plástico para mostrar a fragilidade da carteira que estava sendo adquirida. Alertamos que estavam vendendo como couro algo que, pelos fundamentos apresentados, parecia plástico. Não era retórica. Era análise técnica de risco.

Muitos discordaram. Muitos acreditaram que

era ousadia, modernização, protagonismo. E aqui é preciso uma reflexão honesta. Quando a corte aplaude o espetáculo, quando a sociedade se encanta com o camarote, quando empresários celebram a expansão sem questionar os fundamentos, todos nós, de alguma forma, participamos desse processo. O “pão e circo” que estudamos nos livros de história não pertence apenas ao passado. Ele se repete quando o aplauso substitui a análise.

Permanecemos mais de 11 horas reunidos com o presidente do BRB, senhor Nelson Antônio, e parlamentares. Onze horas de questionamentos técnicos. E não saímos com um número claro e consolidado sobre o prejuízo total do banco.

O que foi apresentado é que um aporte de aproximadamente R\$ 6 bilhões poderia trazer estabilidade operacional. Isso não significa que esse seja o tamanho da perda acumulada. A dimensão completa do impacto ainda não foi apresentada de forma objetiva e consolidada. E existem outras situações em apuração. Isso é grave.

Também foi informado publicamente que membros da alta administração e agentes públicos têm financiamentos em condições diferenciadas junto ao banco. A sociedade precisa conhecer os critérios adotados. Banco público não pode operar com dois pesos e duas medidas.

Chegou à Câmara o PL nº 2.175/2026, propondo socorro por meio de nove terrenos vinculados a órgãos e empresas públicas. Contudo, não foram apresentados endereços, valores, nem as autorizações formais dos conselhos e das estruturas societárias envolvidas. Estamos falando de dados básicos: localização, valor, autorização, regularidade. Sem essas informações, não há como exercer responsabilidade parlamentar.

Não se trata de ser contra o banco. Trata-se de proteger o banco. Autorizar bilhões sem os elementos mínimos seria transferir à Câmara Legislativa a responsabilidade por decisões tomadas pela direção do banco e sustentadas politicamente pelo governo do Distrito Federal.

Saí da Câmara Legislativa com tristeza. Não por disputa política. Mas porque percebi que a situação pode ser mais grave do que se imagina. E, ainda assim, nos pediram pressa.

Não sabemos o tamanho exato do problema. Não sabemos se seis bilhões serão suficientes. Não temos os dados mínimos sobre as garantias oferecidas.

A Câmara Legislativa não poderia deliberar com base em estimativas abertas ou projeções genéricas. É dever institucional exigir documentação completa, laudos técnicos, pareceres jurídicos consolidados e demonstrações financeiras auditáveis. Esse é o padrão mínimo esperado em qualquer operação dessa dimensão.

Também é necessário compreender os desdobramentos de médio e longo prazo. Um banco público fragilizado impacta crédito, servidores, fornecedores e a própria credibilidade do governo perante o mercado. A solução precisa ser estrutural, não apenas emergencial.

Entre o espetáculo e a prudência, escolhi a prudência. Entre o aplauso fácil e a responsabilidade, escolhi a responsabilidade. O BRB é patrimônio do povo do Distrito Federal. E patrimônio público não pode ser tratado como palco. Patrimônio público exige governança sólida, critérios objetivos e respeito ao interesse coletivo acima de qualquer projeto circunstancial.

Que Deus nos abençoe e nos dê lucidez para proteger o que é de todos nós.



Otan diz ter abatido míssil iraniano rumo à Turquia

Governo turco convoca embaixador do Irã para cobrar explicações sobre o episódio e adverte que se reserva o "direito de responder a qualquer atitude hostil"

» PALOMA OLIVETO

A crise no Oriente Médio deflagrada pelo ataque conjunto de Estados Unidos e Israel ao Irã, no sábado, foi ampliada ontem, depois que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) afirmou ter interceptado e abatido um míssil iraniano na direção da Turquia, país-membro da aliança e que abriga uma base militar norte-americana. Em nota, o governo turco, que convocou o embaixador iraniano, afirmou que, embora ninguém tenha ficado ferido, poderá reagir diante de novas incursões. “Lembramos que nos reservamos o direito de responder a qualquer atitude hostil contra o nosso país”, diz o comunicado. O Irã não comentou a alegação.

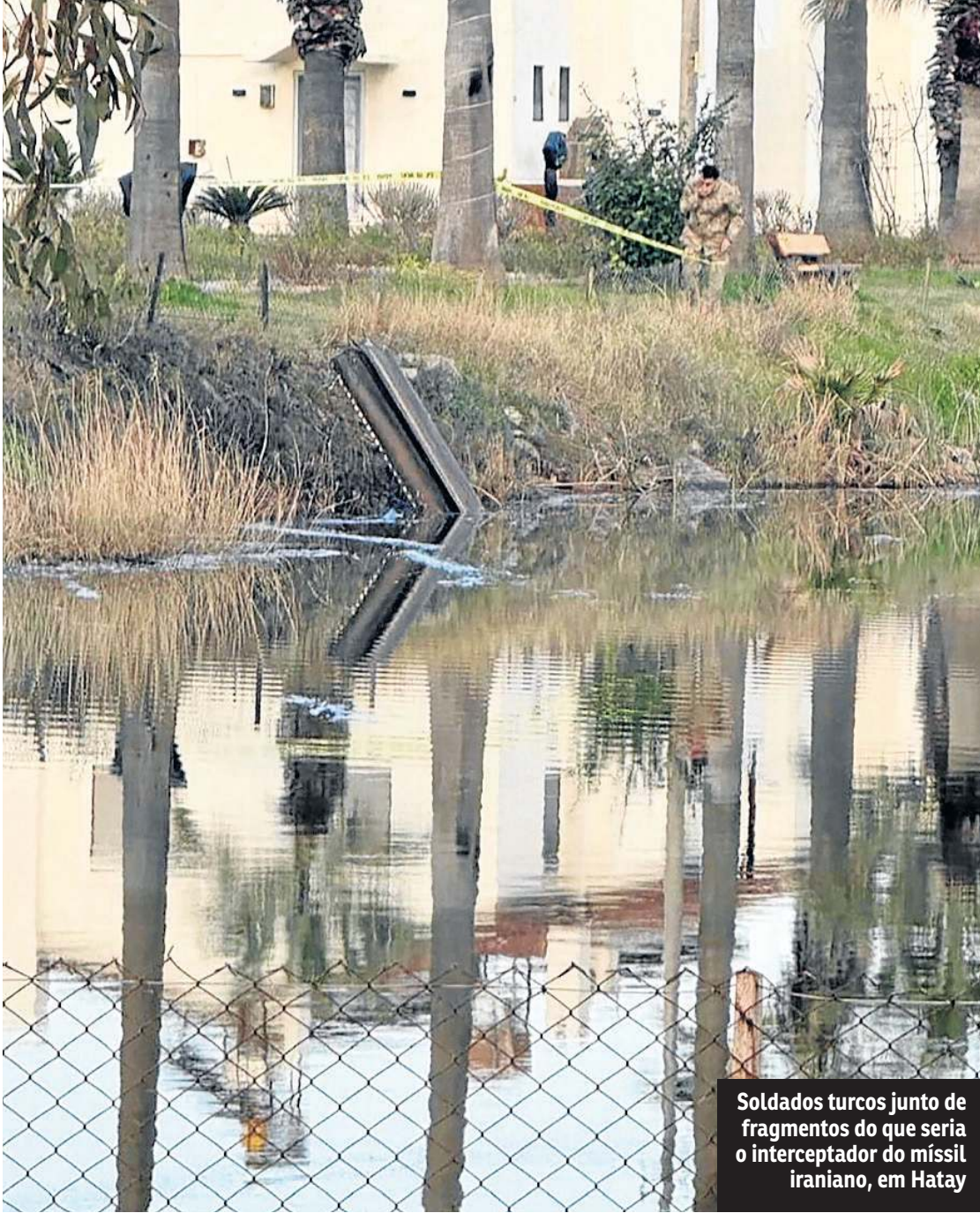
Segundo a Otan, o míssil balístico foi detectado na rota para o espaço aéreo turco, após cruzar os céus de Iraque e Síria. O artefato foi “interceptado e neutralizado em tempo hábil pelos elementos de defesa aérea e antimísil da Otan, posicionados no Mediterrâneo Oriental”, descreveu a

nota do governo turco. O explosivo caiu no distrito de Dortyol, na província de Hatay.

A agência de notícias France-Press (AFP), um alto funcionário turco que pediu anonimato afirmou que o país não era alvo do míssil. “Acreditamos que o alvo era uma base na parte grega do Chipre, mas o míssil desviou de sua rota”, declarou. No sábado, a Turquia condenou os ataques israelenses e norte-americanos ao Irã. Sem citar a Turquia, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, divulgou um comunicado nas redes sociais, endereçado aos países vizinhos e “amigos de Teerã”. “Buscamos, por meio da diplomacia, evitar a guerra, mas a agressão militar americano-sionista não nos deixou outra escolha senão nos defender”, disse. “Respeitamos a vossa soberania e acreditamos que a segurança e a estabilidade da região devem ser alcançadas por meio dos esforços coletivos e suas nações.”

No comunicado sobre a interceptação da Otan, o governo turco afirmou que, “embora a Turquia apoie a estabilidade

Demiroren News Agency/AFP



Soldados turcos junto de fragmentos do que seria o interceptador do míssil iraniano, em Hatay

e a paz regional, ela é capaz de garantir a segurança de seu território e de seus cidadãos, independentemente de quem seja a ameaça ou de onde ela venha”. A nota também pede o fim do embate: “Instamos todas as partes a se absterem de ações que possam agravar ainda mais o conflito na região”.

Vizinhos enfurecidos

O primeiro-ministro do Catar, xeique Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, condenou ontem os ataques iranianos contra os países do Golfo e, em um telefonema ao ministro das Relações Exteriores de Teerã, acusou o país de tentar “prejudicar seus vizinhos e arrastá-los para uma guerra que não lhes pertence”. Em um

comunicado, o ministério também destacou que o contato com Abbas Araghchi foi o primeiro de alto nível entre os dois países desde que os mísseis começaram a ser disparados, em resposta ao ataque israelense e norte-americano.

Desde sábado, quando o Irã foi bombardeado, 13 pessoas — das quais sete eram civis — foram mortas em países ao redor do Golfo,

Espanha aos EUA: "Não à guerra"

O governo da Espanha reagiu pronta e categoricamente a uma declaração da porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, a jornalistas, na tarde de ontem, de que o país europeu havia “concordado em cooperar” com o Exército dos Estados Unidos. “Nossa posição continua absolutamente inalterada, e desminto categoricamente qualquer mudança”, afirmou, na noite de ontem, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, reafirmando a recusa a permitir que os EUA utilizem bases espanholas para atacar o Irã.

Poucas horas antes da surpreendente fala da porta-voz de Donald Trump, o primeiro-ministro espanhol, o socialista Pedro Sánchez, foi explícito em uma declaração institucional no Palácio de La Moncloa, em Madri, pela manhã: “A posição do governo da Espanha se resume em quatro palavras: não à guerra”.

E prosseguiu, para evitar qualquer dúvida: “Não vamos ser cúmplices de algo que é ruim para o mundo, e que também é contrário aos nossos valores e interesses, simplesmente por medo das represálias de alguém”.

Na terça-feira, durante encontro com o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, na Casa Branca, Trump havia reagido irritado à decisão espanhola de não permitir o uso das bases de Rota e Morón, no sul do país, acusando a Espanha de se comportar como um “aliado terrível”. O norte-americano chegou a sustentar que suspenderia todo o comércio entre os dois países como retaliação.

Várias discordâncias

A nova refrega entre Sánchez e os EUA se soma à tensão que vem crescendo desde o início do segundo mandato de Trump. O

Não vamos ser cúmplices de algo que é ruim para o mundo, e que também é contrário aos nossos valores e interesses, simplesmente por medo das represálias de alguém"

Pedro Sánchez, primeiro-ministro da Espanha

mandatário espanhol já havia incorrido na fúria do norte-americano por se recusar a fazer a Espanha gastar 5% do PIB em defesa, como exigia o presidente dos EUA dos aliados da Otan, e por reprovar

duramente a conduta de Israel durante sua ofensiva em Gaza.

No plano interno, a posição de Sánchez dialoga com seu eleitorado de esquerda, a no máximo um ano das eleições gerais e em um momento em que ele é afetado por vários escândalos de corrupção em seu entorno. Com seu “Não à guerra” dessa quarta-feira, Sánchez retoma o slogan das grandes manifestações que ocorreram na Espanha contra a invasão do Iraque em 2003, na qual o então governo do conservador José María Aznar (do Partido Popular, o PP, conservador) se alinhou ativamente aos Estados Unidos.

Muitos espanhóis culpavam aquela participação espanhola pelos atentados jihadistas de março de 2004, que deixaram 192 mortos e levaram os socialistas ao poder nas eleições realizadas três dias depois.

Jim Watson/AFP



Trump x Sánchez: Líderes de EUA e Espanha acumulam divergências

»ARTIGO

Uma guerra e os seus (muitos) objetivos mal definidos

A guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã está em seu quinto dia e ainda podemos nos perguntar: para que serve essa guerra?

Querendo ser justo, o governo Israelense, e em particular o seu primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, deixaram bem claro o que eles querem dessa guerra: uma mudança de regime no Irã, um sonho de muitas décadas do mandatário israelense. Nós podemos discutir se tal objetivo é viável. Podemos discutir se a maneira como as Forças Armadas de Israel estão perseguindo esse objetivo é a mais adequada. Podemos discutir a (i)legalidade das ações israelenses, mas não há dúvidas sobre o objetivo do governo israelense.

Por parte dos americanos, não há nenhuma clareza sobre quais

objetivos o governo de Donald Trump quer alcançar, nem a maneira como quer fazer isso. Ao longo dos últimos dias, ouvimos que o objetivo é, sim, a mudança do regime diretamente por meio dessa guerra, ou por meio de uma revolta popular, instigada e facilitada pela guerra atual e, depois, apoiada pelos americanos. Já ouvimos falar na repetição do “modelo venezuelano”, ou seja, a troca do líder, mas não do regime. Já ouvimos que o objetivo é a destruição de todo poder bélico do Irã. Já ouvimos também sobre o objetivo mais limitado de destruir, de vez, o programa nuclear iraniano. Já ouvimos, do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que Israel iria atacar o Irã de qualquer jeito, e que, por esse motivo, os americanos teriam que participar.

Por si só, cada um desses objetivos seria difícil de ser alcançado. Não há, na história moderna das relações internacionais, um exemplo de mudança de regime utilizando somente forças aéreas e mísseis. Não há nenhum sinal de que as forças de segurança internas ou as Forças Armadas do Irã estejam abandonado o regime. Assim, é difícil imaginar que haja um novo movimento popular de protestos que pudesse levar à queda do regime. Não há, pelo que tudo indica, nenhum consenso, mesmo entre integrantes do governo americano, sobre o que, ou quem, deveria

Arquivo pessoal



KAI ENNO LEHMANN é professor associado do Instituto de Relações Internacionais da USP

substituir o atual regime que, apesar da morte do líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, parece estar mantendo o controle sobre o país. De qualquer forma, o Irã não é a Venezuela. Não sabemos o estado real do programa nuclear iraniano. Aquele mesmo programa que Donald Trump nos assegurou depois dos bombardeiros em 2025, tinha sido “obliterado”, mas que, agora, serve como uma das justificativas dessa guerra.

Vamos deixar de lado no momento a plena ilegalidade dessa guerra — tanto de acordo com o Direito Internacional, quanto de

acordo com a Constituição e a legislação americana. Vamos deixar de lado, também, a brutalidade do regime iraniano contra a sua própria população e os seus vizinhos. Vamos simplesmente constatar que é impossível ganhar uma guerra quando não há objetivos claramente definidos. Sem objetivos claros, não é possível desenvolver uma estratégia para alcançar tais objetivos.

Diante de um cenário assim, o que podemos esperar ao longo dos próximos dias e semanas? Por um lado, Israel vai tentar moldar o Oriente Médio de acordo com os seus interesses. Estamos vendo incursões israelenses no Líbano e bombardeiros na fronteira entre o Líbano e a Síria. É uma questão aberta se essa tentativa vai dar certo (bombardeios

contra cidades Israelenses indicam que talvez não seja tão fácil), mas o objetivo é claro.

Por outro lado, imagino que Donald Trump vá, em algum momento, declarar essa guerra como encerrada e os objetivos “alcançados”, seja quais forem. Não sabemos quando ele chegará nesse ponto, mas pesquisas de opinião pública nos Estados Unidos vão nos dar uma ideia: mesmo no início, essa guerra é muito impopular e, em algum momento, vai se tornar politicamente insustentável.

O que ele vai deixar como legado, tudo indica, é um país e uma região ainda mais instável e volátil do que já era, com consequências políticas e econômicas duradoras para o Oriente Médio e o mundo.

CASO MASTER

Projeto de socorro ao BRB aguarda sanção

Proposta está sendo consolidada pela Secretaria Legislativa da CLDF antes de ser enviada ao governador Ibaneis Rocha, que pode vetar as emendas apresentadas por parlamentares. Caso isso ocorra, texto volta à Câmara para nova apreciação pelos deputados

» MILA FERREIRA
» ANA CAROLINA ALVES

Terminou à meia-noite de hoje o prazo dado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para que o liquidante do Banco Master se manifeste sobre a solicitação de transferência para o BRB das carteiras vinculadas à instituição liquidada, e que ainda contém ativos considerados bons. Segundo o presidente do Banco de Brasília, Nelson de Souza, são R\$ 21,9 bilhões em carteiras oriundas do Master que ainda não foram devolvidos. Procurado pela reportagem, até o fechamento desta edição o STF não havia informado sobre a manifestação do liquidante. O processo corre em segredo de Justiça.

De acordo com Souza, esses recursos são cruciais para a recuperação do BRB, bem como os do Projeto de Lei nº 2.175/2026, do Executivo, que prevê soluções para a capitalização da instituição. O PL foi aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por 14 votos a 10, na terça-feira, e aguarda sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

A proposta está com a Secretaria Legislativa da CLDF, onde é feita a consolidação do que foi aprovado, incluindo as emendas ao texto e a revisão final. Ao todo, sete emendas foram acrescidas ao projeto. O governador pode ou não vetar emendas no texto. Se vetar, a proposta retornará à Câmara para uma nova apreciação, onde os vetos podem ou não ser derrubados.

Ainda na noite de terça-feira, começaram as retaliações do GDF aos três deputados da base governista que votaram contra o PL. Quatro administradores regionais, o chefe de gabinete da Administração Regional de Sobradinho II, o secretário de Projetos Especiais do DF, o diretor-presidente do Jardim Botânico e o coordenador da Regional de Ensino de Sobradinho II (**leia no quadro**) foram exonerados dos cargos. Os postos eram ocupados por indicações dos deputados Rogério Morro da Cruz (PRD), Thiago Manzoni (PL) e João Cardoso (Avante). As decisões do governador Ibaneis Rocha foram publicadas em edições extras do *Diário Oficial do Distrito Federal*.

O deputado Rogério Morro da Cruz, padrinho do agora ex-administrador de São Sebastião, afirmou que esperava a retaliação do

Ed Alves/CB



Banco de Brasília espera receber R\$ 21,9 bilhões em carteiras oriundas do Master que ainda não foram devolvidos pelo liquidante

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Manzoni teve três indicados exonerados

CLDF/Divulgação



“Não foi surpresa para mim”, disse da Cruz

Carlos Gandra/Agência CLDF



“Óbvio que foi uma retaliação”, afirmou Cardoso

chefe do Executivo local. “Não foi surpresa para mim. Mas estou tranquilo, tranqüilinho. E não me arrependo do meu voto”, declarou. Perguntado se pretende continuar na base de apoio a Ibaneis, o parlamentar informou não ter certeza. “Estou pensando. Preciso avaliar”, ponderou.

Para Thiago Manzoni, a deci-

são é uma prerrogativa do chefe do Executivo. “Se ele achou por bem exonerar, por conta da minha convicção quanto ao projeto do BRB, está tudo bem. As atividades são diferentes. A minha atividade parlamentar é votar e é ele quem toca o Governo do Distrito Federal da maneira como ele acha melhor”, afirmou.

Ao reconhecer a proximidade temporal entre o voto e as exonerações, o deputado avaliou que houve uma relação direta entre os fatos. “Obviamente houve. A votação acabou e ele exonerou. Então, obviamente, ele está dando um recado de que essas pessoas foram exoneradas porque eu votei contra o projeto. É a posição dele, eu res-

peito”, disse. Procurado, o deputado João Cardoso não quis se pronunciar sobre o assunto.

Oposição

A medida também teve repercussão na oposição. Durante a sessão ordinária de ontem, o deputado Chico Vigilante (PT) afirmou, em

plenário, ao comentar a prisão preventiva do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master, que a retaliação aos deputados que votaram contra o projeto de salvção do BRB o deixa ainda mais triste. “E sabe o que me deixa mais triste ainda? É ver deputados que votaram ontem (terça-feira) com consciência, enfrentando essa máfia, e aí o Governo do Distrito Federal vai retaliar em cima dos deputados. Nós não vamos aceitar retaliação por termos defendido o patrimônio do Distrito Federal”, discursou.

O deputado Fábio Félix (Psol) criticou as exonerações. “Parece que é isso que acontece com quem não obedece ao governador Ibaneis Rocha na Câmara Legislativa. Não tem avaliação de quem tá trabalhando direito, de quem trabalha bem, de quem trabalha mal, se o administrador de uma cidade é bom ou ruim, entrega ou não. A administração pública, hoje, é praticamente privada, porque o cumpre diretamente os interesses do governador de plantão ou a pessoa está fora”, rechaçou. Para ele, a medida foi “um recado de ameaça, assédio e de autoritarismo puro”.

Justiça

Félix protocolou, ontem, representação na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Pro-dema) pedindo a apuração de riscos ambientais relacionados à inclusão de uma área de 716 hectares na Serrinha do Paranoá, identificada no projeto como Gleba A, entre os bens que podem ser utilizados para reforço patrimonial do BRB.

Na representação, o distrital sustenta que a destinação da Gleba A para capitalização do banco pode violar dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do DF, da Política Nacional do Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da legislação distrital que rege o zoneamento ambiental e a alienação de bens públicos.

O deputado pede que a Pro-dema instaure procedimento para apurar eventuais irregularidades e avalie a adoção de medida cautelar para impedir a inclusão da área em atos de alienação ou garantia até que haja delimitação precisa, parecer ambiental e realização de audiência pública. Também solicita a análise da possibilidade de ajuizamento de ação civil pública com pedido de tutela de urgência, caso sejam constatadas violações ao regime de proteção ambiental.

Pedidos de impeachment arquivados

O embate político em torno do caso BRB-Master não se limitou às exonerações. A crise também se reflete no campo institucional, com uma sequência de pedidos de impeachment protocolados contra o governador Ibaneis na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que arquivou, ontem, mais dois processos.

Com as decisões, já são seis solicitações rejeitadas neste ano, todas relacionadas ao suposto envolvimento do chefe do Executivo no caso envolvendo o BRB e o Banco Master. Ainda restam dois pedidos pendentes de análise na Casa.

Os despachos de arquivamento foram assinados pelo presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB). Segundo os documentos, ele acatou parecer da Procuradoria-Geral da

Câmara, que recomendou o arquivamento sumário das representações após avaliar o teor das denúncias.

Ao todo, oito pedidos de impeachment foram protocolados na Câmara Legislativa neste ano. Todos alegam possível responsabilidade do governador no âmbito do caso BRB-Master. Os dois pedidos arquivados, ontem, foram apresentados por partidos de oposição — PT, PV, PDT, PCdoB e Rede — e pelo cidadão Ivan Pereira de Souza.

Também foi rejeitada uma solicitação protocolada pelo jornalista Antônio Vitor Leitão. No documento, ele atribuía ao governador supostos crimes de responsabilidade, incluindo crime contra o Sistema Financeiro Nacional, fraude e manipulação de mercado de

capitais, atentado contra o patrimônio do Distrito Federal, crime contra a economia popular e improbidade administrativa.

Ainda aguardam análise um pedido apresentado pela deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) e outro protocolado de forma apócrifa, assinado como “população do DF”. Até o momento, a Presidência da Casa não informou prazo para a apreciação dessas duas representações.

Já o prazo para a conclusão do inquérito da Polícia Federal (PF) que investiga as irregularidades da compra do Master pelo BRB termina em 17 de março. As investigações apontam que o prejuízo causado pelas operações feitas entre as duas instituições pode chegar a R\$ 12 bilhões.

Exonerações

Confira lista de servidores exonerados após aprovação do PL 2.175/2026:

- » **Marcos Araújo Pinto Teixeira** - secretário de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal (indicação de Thiago Manzoni);
- » **Roberto Medeiros Santos** - administrador regional de São Sebastião (indicação de Rogério Morro da Cruz);
- » **Bruno Erick Francisco Alvim de Oliveira** - administrador regional do Setor de Indústria e Abastecimento (indicação de Thiago Manzoni);
- » **Allan Freire Barbosa da Silva** - diretor-presidente do Jardim Botânico (indicação de Thiago Manzoni);
- » **Paulo Izidoro da Silva** - administrador regional de Sobradinho (indicação de João Cardoso);
- » **Diego Rodrigues Rafael Matos** - administrador regional de Sobradinho II (indicação de João Cardoso);
- » **Marco Aurélio Vieira de Souza** - chefe de gabinete da Administração Regional de Sobradinho II (indicação de João Cardoso);
- » **Marcílio Lacerda Almeida** - coordenador da Regional de Ensino de Sobradinho (indicação de João Cardoso).

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Adversários do mesmo campo

A sete meses das eleições, os partidos do campo de esquerda estão divididos em duas pré-candidaturas ao Palácio do Buriti e não há muitos sinais de que alguém pretende recuar. Na semana passada, com o endosso do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, teve os planos confirmados em jantar na casa do ex-secretário de Desenvolvimento Econômico Valdir Oliveira. Ontem, dirigentes locais do PSB se reuniram com o presidente nacional do partido, João Campos, que é prefeito do Recife. Saiu de lá com a bênção para a disputa ao GDF. Da mesma forma, o presidente do Iphan, Leandro Grass, foi confirmado pelo diretório regional, na noite de terça-feira, como o nome do partido que vai concorrer à sucessão de Ibaneis Rocha (MDB).



Exércitos

Nesse embate, cada um dos pré-candidatos reúne seus aliados. Ricardo Cappelli conta com o Cidadania e, especialmente, com o ex-governador e ex-senador Cristovam Buarque no palanque. Leandro Grass apoia a reeleição da senadora Leila Barros (PDT-DF). Com o PT, vão também o PCdoB, PV e PSol.



Justiça Federal no DF lança clube de cinema e literatura aberto à comunidade



São gratuitos e abertos ao público, incluindo todas as pessoas que trabalham no Judiciário, aposentadas e aposentados e pessoas da comunidade externa. O primeiro encontro ocorre hoje, das 16h às 18h. O filme selecionado é *Hamnet* (foto), atualmente em cartaz em salas de cinema do Distrito Federal, e a leitura de referência será o capítulo 1 do livro *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf, obra que está em domínio público. Para participar, basta ingressar no grupo oficial do Clube.

A Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) lançou o Clube de Cinema & Literatura da SJDF, iniciativa cultural que promove encontros mensais a partir de filmes e livros como ponto de partida para diálogo e reflexão coletiva. Os encontros ocorrem sempre na primeira quinta-feira do mês, às 16h, no Espaço de Arte & Cultura Renata Rios, no edifício Sede 1 da SJDF.

Em evento da FAO no Itamaraty, cientista lança versão em espanhol de livro sobre o combate à fome

Será lançada hoje a versão em espanhol do livro *Segurança alimentar e nutricional: O papel da ciência brasileira no combate à fome*, durante o 39º Período de Sessões da Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, no Itamaraty. Organizada por Mariangela Hungria, pesquisadora da Embrapa, membro da diretoria da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e ganhadora do World Food Prize 2025, considerado o Nobel da Agricultura, a publicação é dividida em 18 capítulos que reúnem 41 autores de 23 instituições de pesquisa. A obra exhibe as conquistas do Brasil no desenvolvimento do agronegócio com tecnologias inovadoras voltadas para a produção de alimentos e matérias-primas, além das possibilidades de avanço para garantir a segurança alimentar de toda a população.

Agendada

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) marcou a data para a eleição da lista tríplice do quinto constitucional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Será em 17 março.



Coisa de máfia, segundo relator da CPI do Crime Organizado

“O suicídio de uma peça chave na engrenagem criminosa do banco Master, ocorrido horas depois de sua prisão, é mais um episódio característico de máfias e exige apuração rápida e absolutamente transparente”. Palavras do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado, referindo-se a “Sicário”, apontado pela Polícia Federal como integrante da “Turma” de Daniel Vercaro, que teria tirado a própria vida depois de ser preso na manhã de ontem.

Quatro pontas do crime organizado

Segundo a Polícia Federal (PF), o esquema liderado pelo banqueiro Daniel Vercaro apresenta quatro núcleos principais de atuação: financeiro, responsável pela estruturação das fraudes contra o sistema financeiro; de corrupção institucional, voltado à cooptação de servidores públicos do Banco Central; de ocultação patrimonial e lavagem de dinheiro, com utilização de empresas interpostas; e de intimidação e obstrução de justiça, responsável pelo monitoramento ilegal de adversários, jornalistas e autoridades.



Caio Gomez

“Hoje há um trabalho de enfraquecimento da masculinidade, querem acabar com a família. Querem colocar a mulher em confronto com o homem. Não é preciso ser antropólogo, historiador ou sociólogo para entender isso”

Deputado distrital Roosevelt Vilela (PL), ao participar de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs)

“Se Roosevelt precisa de uma arma para reafirmar a masculinidade, eu sugiro que ele faça terapia. É mais barato e seguro”

Deputada federal Érika Kokay (PT-DF)



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PODCAST DO CORREIO

Presidente da Associação Preserva Serrinha, no Paranoá, Lúcia Mendes destaca importância da região — uma das nove áreas na relação de imóveis destinadas a socorrer o BRB — para o equilíbrio hídrico do DF. “A lista precisa ser revista”, afirma

“Nossa água depende da Serrinha”

» MANUELA SÁ*

O Podcast do Correio recebeu Lúcia Mendes, presidente da Associação Preserva Serrinha. Em bate-papo com os jornalistas Roberto Fonseca e Rafaela Gonçalves, a ativista destacou a importância da Serrinha do Paranoá para o abastecimento hídrico do Distrito Federal. A área é um dos nove terrenos públicos destinados a compensar prejuízos relacionados ao Banco de Brasília (BRB), como estabelecido pelo Projeto de Lei (PL) aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na terça-feira.

Lúcia conta que os moradores foram pegos de surpresa com a inclusão da área, que não estava na primeira lista. Somente na terça-feira, quando liberaram um mapa, foi que a ativista teve a confirmação de que parte da Serrinha está entre esses nove terrenos. Ela lembrou

que a região sempre passou por dificuldades para ter sua importância ambiental reconhecida.

Até 2015, a Serrinha era tratada como área de expansão urbana, como era previsto pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 2009. “Quando você fala que é expansão urbana nessa região, que está muito perto do Plano Piloto, a especulação imobiliária se assanha, todo mundo quer botar algum empreendimento ali. É uma área bem localizada”, explicou.

Nascentes vitais

À época, só havia duas nascentes registradas oficialmente no local. No entanto, a comunidade da Serrinha se mobilizou para fazer novo mapeamento, que registrou 97 nascentes. Recentemente, foi feito outro estudo que identificou 119. Assim, foi comprovada a importância da região para o

Benjamin Figueiredo CB/DA Press.



equilíbrio hídrico do DF.

Em 2019, foi promulgada a Lei do Zoneamento Ecológico Econômico, que mapeou todo o território do DF e identificou, na região da Serrinha, quatro grandes riscos: de contaminação, de perda de Cerrado nativo, de erosão e, principalmente, de perda na recarga de aquíferos. Diante desse alerta, Lúcia enfatizou a necessidade da preservação.

“As árvores têm um papel importante no sistema ecológico da cidade, porque elas têm raízes muito profundas. A água toda da chuva desse período infiltra onde tem Cerrado. Onde ela infiltra, vai acumulando água lá embaixo e forma os aquíferos, que vão dar origem aos lençóis freados, onde brotam

as nascentes que viram os córregos, responsáveis por abastecer o Lago Paranoá”, detalhou. “Quando, em 2017, nós tivemos aquela crise de abastecimento em Brasília, foi na boca do Núcleo Rural do Palha que eles puseram uma estação de captação da Caesb, que era para ser emergencial. Ela se tornou permanente e já foi duplicada”, contou Lúcia.

Quando descobriu que a Serrinha foi incluída na lista, o grupo da região fez um manifesto e um abaixo-assinado para chamar a atenção dos deputados. O objetivo era pedir que o PL não fosse votado na correria. “Essa lista precisa ser revista. O patrimônio de Brasília é patrimônio da população”, disse Lúcia.

Preservação

Lúcia demonstrou preocupação com os efeitos de tratar a Serrinha com displicência. “Se você sai tratando esse território como um que você pode fazer e desfazer como você bem quiser, e não considerar sua importância hídrica, você coloca em risco não apenas os moradores, mas também o abastecimento hídrico da cidade”, alertou.

Ela também discutiu os efeitos da aprovação desse PL. “Estamos projetando uma venda para projetos imobiliários urbanos. Se for isso, nós estamos realmente condenando aquela região a morrer, matar todos os

córregos, porque as nascentes vão secar”, falou.

Desde a aprovação do Projeto de Lei (PL), Lúcia avalia que a principal mudança foi a indignação da população. “A gente está muito mais bravo. Semana passada, estávamos buscando os deputados, tentando dialogar. Alguns nos ouviram, e outros ouviram a Terracap, que falou que na Serrinha não mora ninguém”, disse. “Essa área que vocês estão falando que não tem nada, tem Cerrado”, completou.

De acordo com Lúcia, o melhor destino para a região seria transformá-la em uma Área de Preservação Permanente para garantir que a vegetação seja mantida. “Essas árvores que estão lá garantem a produção de água”, afirmou.

A ativista convidou todos para uma roda de conversa neste domingo, no Espaço Comunitário do Urubu. Ela também lembrou que há um abaixo-assinado disponível no Instagram do Fórum de Defesa das Águas do Preserva Serrinha, que, segundo Lúcia, já coletou três mil assinaturas.

*Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti



Aponte a câmera do celular para assistir ao programa

LUTO/Centenas de pessoas lamentam a perda da influenciadora Karla Thaynnara e do pai dela, José Carlos Andrade Nogueira, e lotam o cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul. Especialista comenta sobre o perigo no local onde houve o acidente fatal

Emoção no adeus a pai e filha

» LUIZ FELLIPE ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD

Cerca de 200 pessoas foram ao cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul, ontem, dar adeus à influenciadora Karla Thaynnara, 25 anos, e ao pai dela, o policial militar da reserva José Carlos Andrade Nogueira, 53. Os dois perderam a vida após um sinistro de trânsito na Epia, na última terça-feira.

Matheus Stevam, 31, era colega de trabalho de Karla na empresa 299 Imports, oficina especializada em motocicletas de Brasília. Ele comentou que fazia pouco tempo que a jovem tinha retornado à empresa. “Ela já tinha trabalhado conosco antes. Depois de um tempo fora, conseguimos contratá-la novamente”, disse. Estevam afirma que Karla fazia de tudo para perseguir seus sonhos. “Ela sempre trabalhou para conquistar as próprias coisas. Era muito batalhadora”, acrescentou.

O gerente comercial da loja onde Karla trabalhava disse que a amiga era muito mais do que o que era mostrado nas redes sociais, onde ela tinha mais de 50 mil seguidores. “Às vezes, a pessoa pode ter uma impressão ao ver as fotos dela na moto, mas eu afirmo que ela amava muito as pessoas e era muito esforçada no trabalho”, assegurou.

Ainda sem acreditar na partida da jovem, um amigo, que preferiu não ser identificado, comentou que conheceu Karla durante os passeios de moto que ela adorava tanto fazer. Ele definiu a motociclista como uma pessoa maravilhosa. “Karla era uma pessoa incrível. Muito legal de conviver e de conversar. Andava sempre de bom humor e tratava todo mundo com respeito”, contou.

Karla era mãe de uma menina de sete anos. “Ela foi mãe e pai, na verdade. Nunca deixou faltar nada para a filha nesses quase oito anos. Foi uma honra conviver com ela todo esse tempo”, comentou. Karla tinha acabado de realizar o sonho de comprar um apartamento para ela e para a filha. “Ela sempre falava comigo do apartamento, me mostrava fotos, era realmente o



Ed Alves/CB/DA Press



Ed Alves/CB/DA Press

Enterro foi no Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul

sonho. Infelizmente, não deu tempo de ela desfrutar esse sonho, espero que o apartamento seja um ambiente de acolhimento para a filha e para a mãe dela”, lamentou Matheus Stevam.

Uma amiga da família comentou que José Carlos sempre será lembrado por ser uma boa pessoa. “Ele era muito divertido. Vou sempre lembrar dele com muito carinho”, disse. Um amigo de trabalho do policial comentou que José Carlos sempre foi uma pessoa que zelava pelo bem-estar dos outros. “Ele era muito gentil e sempre pensava na família quando ia trabalhar. Era um pai de ouro”, afirmou.

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, foi ao enterro. Ele lamentou as perdas e conversou rapidamente com a família, na capela.

Como forma de homenagear a paixão que Karla tinha por motocicletas, amigos de estrada acompanharam o cortejo fazendo corta giro, prática comum dos motociclistas de acelerar o motor do veículo. Durante o sepultamento, os presentes cantaram músicas como *Pais e Filhos*, da banda Legião Urbana.

Via perigosa

Karla pilotava a moto quando

Reprodução/Redes Sociais



Karla era apaixonada por motos e tinha 50 mil seguidores

bateu em um carro, caiu e foi atropelada por um caminhão que vinha logo atrás, nas proximidades do viaduto Ayrton Senna. Para a doutora em transportes pela Universidade de Brasília (UnB) Adriana Modesto, o local onde a vítima perdeu a vida precisa passar por intervenções urgentes que previnam mais tragédias. “Aquela é uma região com vários polos atrativos de viagens, como uma rodoviária

Reprodução/ redes sociais



O pai, José Carlos, era policial militar da reserva

interestadual e grandes atacados e feiras. Ou seja, é frequente a circulação de veículos pesados, como ônibus e carretas. E, no entanto, a Epia Sul também é via de acesso para várias regiões administrativas, motivando a circulação diária de muitas pessoas. Trata-se de um trecho bastante perigoso”, avalia. Quando soube da morte da filha, o pai tirou a própria vida. Os danos decorrentes de um

sinistro de trânsito, segundo a especialista, vão desde prejuízos materiais até perdas imensuráveis. “Quando falamos de tragédias nas vias, sempre pensamos em homens jovens, usuários de motocicletas. Se usam esse meio para trabalhar, a situação torna-se ainda mais frágil. Afinal, se esse trabalhador sofre um acidente e fica com sequelas, também deixa de levar renda para casa”, explica Adriana.

Nesse sentido, além dos fatores que garantem mais segurança no trânsito — intervenção na via, campanhas de conscientização, manutenção veicular e comportamento responsável — a eficiência dos serviços pós-sinistro faz toda diferença. “O tempo-resposta da ocorrência até o atendimento é fundamental para evitar mais danos à saúde. Além disso, seria imprescindível ter mais espaços especializados para receber pacientes com traumas”, completa a pesquisadora.

Choque

Perder um familiar ou alguém próximo em um acidente de trânsito é considerado uma das formas mais traumáticas de vivenciar o luto, pois trata-se de uma morte inesperada, abrupta e violenta que rompe

bruscamente a sensação de continuidade da vida. É o que afirma a psicóloga do grupo Mantevinda Kênia Ramos de Souza, especialista em terapia familiar. “Diferente de perdas por doenças, não há tempo para despedidas ou preparo emocional, o que gera choque psicológico intenso, imagens mentais invasivas, desorganização emocional e um risco elevado de evolução para o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)”, detalha.

Segundo a psicóloga, o cérebro interpreta esse evento como uma ameaça extrema à segurança, intensificando a dor e o sofrimento devido ao caráter violento da perda, à sensação de injustiça e ao impacto sistêmico que afeta toda a família simultaneamente. Para tentar superar uma perda dessa magnitude, é fundamental entender que superar não significa esquecer, mas aprender a conviver com a ausência sem paralisia.

“O processo de elaboração exige que a pessoa se permita sentir a dor, chorando e expressando a perda em vez de negá-la, além de manter a memória do ente querido viva de forma saudável para ressignificar o vínculo. É essencial respeitar o tempo singular de cada luto e buscar apoio psicológico para organizar emoções como culpa e raiva”, orienta Kênia.

CRIME

PCC é suspeito de financiar manifestações em Brasília

» DAVI CRUZ
» DARCIANNE DIOGO

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) realizou, ontem, a Operação Janus, para investigar um braço do Primeiro Comando da Capital (PCC) no DF. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, sendo quatro no estado de São Paulo e um no Distrito Federal. A investigação aponta que a facção fazia uso de recursos de origem ilícita para financiar manifestações em Brasília, no início de 2022. A ação integra um esquema de lavagem de dinheiro

e fortalecimento da organização criminosa.

De acordo com o Gaeco, integrantes do Primeiro Comando da Capital coordenavam e financiavam os atos na capital que se apresentavam como movimento de reivindicação social, mas eram custeados com recursos de origem ilícita e serviam para dissimular a movimentação financeira do PCC, além de ampliar sua influência e captar apoio.

A investigação integra o planejamento estratégico do Gaeco que tem como foco desarticular o braço financeiro da facção e interromper mecanismos utilizados para sustentar suas atividades ilícitas e ampliar sua atuação em diferentes

unidades da federação.

A ação também contou com o apoio do Gaeco do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal. “A PCDF acompanha com rigor acontecimentos de repercussão nacional que tenham reflexo no DF, assegurando que a atuação de facções criminosas será enfrentada com a devida resposta estatal”, informou a corporação.

Em nota, a PCDF pontuou, ainda, que a pena aplicável é de três a 10 anos de reclusão e multa, podendo ser aumentada de um a dois terços em razão da prática vinculada à organização criminosa armada.

Receita Federal apreende, em um dia, R\$ 250 mil em mercadorias

Divulgação/ Receita Federal



Duas operações da Receita Federal, na última segunda-feira, resultaram na apreensão de R\$ 250 mil em mercadorias importadas irregularmente. Entre os produtos, estavam, principalmente, eletrônicos, relógios, perfumes, vinhos e medicamentos. Uma das ações, pela manhã, foi realizada em centros de distribuição de marketplaces dos Correios e resultou na apreensão de aproximadamente R\$ 150 mil em objetos. Na madrugada do mesmo dia, durante fiscalização de bagagens de passageiros no Aeroporto Internacional de Brasília, foram apreendidos produtos avaliados em R\$ 106 mil em apenas uma mala, que continha celulares, relógios de luxo e perfumes de grife. Ninguém foi preso.

Obituário

Sepultamentos em 4/3/2026

» Campo da Esperança

André Oliveira dos Santos da Paz, 46 anos
Edgard de Oliveira Reis, 91 anos
Elvescio Ceolin, 90 anos
Expedito Gonçalves Evangelista, 61 anos
João Antonio Ribeiro Resende, 76 anos
João Batista de Oliveira, 75 anos
Joel Moreira dos Santos, 63 anos
Jorge Carlos Farias, 77 anos
José Carlos Andrade Nogueira, 57 anos
José Neife de Alcântara, 78 anos
Karla Thaynnara de Lacerda Nogueira, 25 anos
Liliana Maria Barroso Hreismnou, 58 anos
Luiz Correa da Silva, 83 anos
Maria Aparecida Silveira, 89 anos
Maria de Lourdes Rodrigues, 77 anos
Marília Valle dos Reis, 66 anos
Salustriano Luiz Brandão, 76 anos

» Taguatinga

Antônio Maria de Souza, 64 anos
Antônio Marmo de Siqueira, 75 anos
Belonisia Pereira de Oliveira, 86 anos
Efigênia José da Silva Santos, 59 anos
Itis Ruam Coelho Farias, 40 anos
João Fernandes, 86 anos
José Nunes da Silva, 62 anos
José Samuel Guimarães Barreto, menos de 1 ano
Rosimary da Silva Santos, 54 anos
Thiago Rodovalho Gomes, 21 anos

» Gama

Geraldo Gomes da Silva, 58 anos
José Eliomar da Silva, 47 anos
Maria das Neves Souza de Almeida, 87 anos
Maria Joana de Oliveira Silva, 80 anos
Marlene Alves de Almeida, 86 anos

» Planaltina

Giovanni Cardoso Moraes, menos de 1 ano
Janaina Cristina Alves Brandão, 44 anos

Maria Dulce de Souza Melo, 67 anos
Maria José Cardoso da Silva, 88 anos

» Brazlândia

Kauan Fernandes Gonçalves, 22 anos
Maria Madalena Alves de Elquina, 99 anos

» Sobradinho

Ana Terra Viana de Oliveira, menos de 1 ano
Carlos Roberto Santana da Silva, 38 anos
Cláudia Pereira Leite, menos de 1 ano
Jeremias Vital da Silva, 53 anos
Lara Feitoza de Sousa, menos de 1 ano
Lauriana Pereira Rodrigues, 92 anos
Liam Lonan Valdares Costa, menos de 1 ano
Marcos de Jesus Pereira, 47 anos
Ravi Gomes Nascimento, menos de 1 ano
Ylanna Sousa Marques, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Cleusa Maria dos Santos, 75 anos
Maria Odete Martins de Sá, 72 anos
Demerval Alves Bezerra, 69 anos (cremação)



POLÍCIA FEDERAL - DF

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



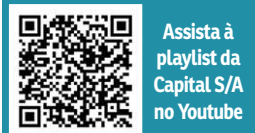
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2026 - PAD 090/2026 SR/PF/RJ (PROCESSO SEI Nº 08200.004223/2026-49)

A Presidente da Nona Comissão Permanente de Disciplina - 9ºCPD-SE/CGDIS/COGER/PF, constituída pela Portaria nº COGER/PF Nº 616, DE 19 DE MARÇO DE 2025, publicada no Boletim de Serviço nº 055, de 21 de março de 2025, a Dra. KAREN CRISTINA DUNDER, Delegada de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula nº 10.743, NOTIFICA o servidor Acusado EDUARDO NANTES BOLSONARO, Escrivão de Polícia Federal, Segunda Classe, Matrícula nº 18.307, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, acerca da sua condição de acusado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD 090/2026 SR/PF/RJ - SEI 08200.004223/2026-49, instaurado pela PORTARIA COR/SR/PF/RJ Nº 139, DE 27 DE JANEIRO DE 2026 (SEI 08200.050001/2025-17), cujo extrato foi publicado no Boletim de Serviço nº 021, de 30 de janeiro de 2026, notificando indícios da prática de abandono de cargo, prevista no art. 15, IX, da Lei nº 15.047/2024. Os trabalhos da Comissão são realizados na Coordenação-Geral de Disciplina da Corregedoria-Geral da Polícia Federal, localizada no endereço: Polícia Federal – Sede / Edifício Multibrasil Corporate / SCN, Quadra 4, Bloco A, Torre D, 6º andar, Brasília/DF, CEP 70.714-000; telefone (61) 2024-8222; e-mail: 9cpd.cgdis.coger@pf.gov.br, para tomar ciência dos fatos em apuração no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, sob pena de revelia, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 15.047/2024. Processo: 08200.004223/2026-49.

Karen Cristina Dunder
Presidente da Nona Comissão Permanente de Disciplina - 9ºCPD-SE/CGDIS/COGER/PF



“O mais importante na comunicação é ouvir o que não foi dito”
Peter Drucker



Mercado de imóveis usados registra maior procura por aluguel do que por compra

O ano foi marcado por juros elevados, crédito imobiliário mais seletivo e maior racionalidade nas decisões de compra de imóveis. O mercado de locação foi o segmento mais pressionado em 2025. Parte da demanda que postergou a compra migrou para o aluguel, elevando os valores principalmente nas regiões mais estruturadas, aponta balaço do Secovi/DF referente a 2025. A alta nos preços de locação tem relação direta com o ambiente macroeconômico. As taxas elevadas de crédito imobiliário dificultaram a compra. Ao mesmo tempo, a Selic proporciona boas rentabilidades no mercado financeiro, levando parte dos compradores a manter recursos aplicados e optar pelo aluguel. No caso dos investidores, muitos preferem aplicações financeiras em vez da aquisição de imóveis para renda. “Ainda assim, o mercado demonstrou, de forma geral, capacidade de adaptação. ”Mesmo em um ambiente de juros elevados, o mercado imobiliário do Distrito Federal demonstrou estabilidade e capacidade de ajuste. Observamos valorização consistente na revenda e forte dinamismo na locação”, afirma Ovídio Maia, presidente do SECOVI-DF.



SECOVI/DF

Mercado de Revenda (imóveis usados)

Apartamentos/regiões que mais se valorizaram em 2025

1º SOBRADINHO	26%
2º ASA SUL	15%
3º RECANTO DAS EMAS	12%
4º SUDOESTE	10%
5º GUARÁ	10%
6º SANTA MARIA	10%
7º ASA NORTE	9%
8º CEILÂNDIA	8%
9º SAMAMBAIA	8%
10º NOROESTE	7%

(Fonte Secovi/DF)



Secovi DF/Divulgação

Movimento fora do eixo tradicional

A valorização foi mais intensa em regiões com menor estoque disponível

e maior liquidez, indicando recomposição de preços em mercados com demanda ativa. “O desempenho de regiões administrativas fora do eixo tradicional demonstra que o mercado está mais distribuído e atento à relação custo-benefício”, destaca Ovídio Maia.

Regiões mais caras para comprar apartamentos no DF

Preço mediano (R\$/m² — Dez/2025)

1º NOROESTE	R\$ 16.407,31
2º PARK SUL	R\$ 15.276,82
3º SUDOESTE	R\$ 14.805,18
4º ASA SUL	R\$ 13.630,20
5º ASA NORTE	R\$ 12.644,13
6º LAGO NORTE	R\$ 11.792,21
7º CRUZEIRO	R\$ 9.239,14
8º ÁGUAS CLARAS	R\$ 8.756,71
9º GUARÁ	R\$ 8.511,62
10º GAMA	R\$ 6.361,54

Áreas mais novas do Plano Piloto

O Setor Noroeste e o Setor Park Sul despontam como as regiões mais caras para se comprar apartamentos de revenda (imóveis usados) por serem as áreas mais jovens do Plano Piloto, com imóveis mais novos e padrão construtivo recente. Além disso, sofrem influência direta dos preços de novos lançamentos, que tradicionalmente puxam os valores do mercado de revenda (imóveis usados) para cima.

Petrobras reforça compromisso com o Pacto Nacional contra o Feminicídio

Durante o seminário “Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres”, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão), no Palácio do Planalto, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reafirmou o compromisso da companhia com o Pacto Nacional contra o Feminicídio. Destacou a urgência de interromper o ciclo de violência que mata quatro mulheres por dia no país.

Petrobras



Segurança no trabalho

Com uma diretoria executiva majoritariamente feminina, a estatal apresenta programas, como o “Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho” e o projeto “Homens Aliados”, enfatizando que a desconstrução da misoginia e o engajamento masculino são partes essenciais da solução para garantir a segurança de sua força de trabalho.

Inclusão nas plataformas offshore

A Petrobras destina 54% das vagas do Programa Autonomia e Renda a mulheres e tem planejamento para que as plataformas offshore tenham ambientes 100% inclusivos a partir de 2028. “A independência financeira e a presença feminina em cargos de liderança são pilares estratégicos para erradicar a violência, consolidando a visão de que o respeito e o cuidado com elas são fundamentais para o futuro da energia no Brasil”, destacou a executiva.

Novo edital de R\$ 900 mil para inovação no agro do DF e Entorno

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF) lançam, hoje, o 2º Edital Agro 4.0 — Edição AgroBrasília 2026. A iniciativa vai destinar R\$ 900 mil para apoiar soluções tecnológicas voltadas à transformação digital do agronegócio na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride-DF). O edital estará disponível no portal da ABDI a partir das 18h desta quinta-feira (5).

Matheus Leocádio/ABDI



Gestão hídrica e bioinsumos

“Serão selecionados seis projetos, com R\$ 150 mil cada, desenvolvidos por startups ou empresas de tecnologia em parceria com produtores rurais. O objetivo é levar ao campo

soluções de agricultura de precisão, drones, gestão hídrica, bioinsumos e tecnologias para pecuária e produção agrícola, ampliando produtividade, sustentabilidade e competitividade”, adiantou à coluna o presidente da ABDI, Ricardo Cappelli.

CEILÂNDIA 55 ANOS

Ceilândia é uma potência cultural, econômica e criativa do Distrito Federal.

Um território que movimenta negócios, revela talentos, dita tendências e transforma realidades todos os dias.

No mês do seu aniversário, em março, a cidade ganha ainda mais visibilidade, engajamento e protagonismo.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.

Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Apoio:



Realização:



Promoção:





Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Perguntas sobre o BRB

A novela do Banco Master teve dobramento, ontem, com a prisão de Daniel Vorcaro e com revelações estardedoras. Ligações extraídas do celular registram ordens do banqueiro para monitorar e agredir jornalistas. Mais tarde, soubemos que um dos seguranças do banqueiro tirou a própria vida na prisão. Os novos lances do Master envolvem o caso das fraudes que envolveram o BRB em um novo patamar de gravidade.

Na terça-feira, a contrapelo das adversidades, agora pela votação apertada de 14 a 10, depois de uma longa e tumultuada sessão, sob forte protesto da oposição, o projeto do governo local para socorrer o BRB foi aprovado. Acionada, a Consultoria da Câmara Legislativa do DF apontou uma série de falhas que recomendavam a rejeição do projeto que autoriza a capitalização do Banco de Brasília pelo governo. Entre os pontos vulneráveis, a consultoria cita riscos fiscais, jurídicos e patrimoniais. Argumenta que inexisteste estimativa de impacto orçamentário-financeiro, comprovação da compatibilidade com a Lei Orçamentária atual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A consultoria prevê que o projeto

ficará vulnerável a ações populares e de improbidade administrativa, pois não foram apresentados laudos. Além disso, o contrato prevê a contratação de R\$ 6,6 bilhões em empréstimos. Esse valor poderia ultrapassar o limite atual fixado pelo Senado Federal para o DF. Ninguém sabe, exatamente, qual é o rombo provocado pelas operações desastrosas. Em entrevista ao *CB.Poder*, o atual presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, afirmou que se não fosse concedido socorro o banco quebraria e seria liquidada. A esta altura, é muito difícil a solução. Não há dúvida de que o BRB é um patrimônio de Brasília que precisa ser defendido, sob o risco de graves consequências para a população do DF.

Mas a Serrinha do Paranoá, gleba de 716 hectares, é um patrimônio ambiental, florestal e hídrico de Brasília. Deveria ser protegida e preservado para o bem de todos. É um absurdo que, precisamente no momento de mudanças climáticas avassaladoras, a Serrinha tenha sido incluída como garantia para eventuais empréstimos bilionários para tapar o buraco de fraudes do BRB. Essa é uma região estratégica para o fornecimento de água do DF, pois abriga mais de 100 nascentes. Em várias situações de crise, só não houve racionamento de água em Brasília graças às fontes da Serrinha. O governo conseguiu convencer a maioria dos parlamentares a votar a favor do projeto

de capitalização do BRB, sob forte cobrança da responsabilidade pelo problema de parte da oposição, mas as dúvidas persistem. O único e pequeno trunfo que o cidadão tem no meio dessa bandalheira é o voto. Qual é o real valor do rombo causado pelas operações fraudulentas com o Banco Master? Quanto vale cada imóvel dado como garantia para a capitalização do BRB? E se o projeto falhar e os imóveis em garantia forem perdidos, quem pagará a conta para Brasília? Qual é o risco para o presente e o futuro de Brasília se a Serrinha do Paranoá for perdida para salvar o BRB? Quem são os responsáveis e quem ganhou com a fraude bilionária?



» Entrevista | GISELLE FERREIRA | SECRETÁRIA DE MULHER DO DF

Ao *CB.Poder*, gestora fala sobre atividades ao longo de março, voltadas a lazer, qualificação, acolhimento, empreendedorismo e prevenção da violência

Mês da mulher tem 170 ações especiais

» VITÓRIA TORRES

A Secretaria da Mulher preparou um calendário com 170 programações gratuitas para marcar o mês dedicado às mulheres. As ações do Março Mais Mulher, programa que começou no fim de fevereiro, reúnem atividades de lazer, capacitações, serviços de acolhimento e iniciativas voltadas ao empreendedorismo e à prevenção da violência. A secretária da Mulher do DF, Giselle Ferreira, falou ontem sobre o assunto no *CB.Poder* — parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília. Às jornalistas Sibeles Negromonte e Mila Ferreira, ela destacou que as políticas para mulheres são permanentes, mas ganham reforço este mês. “Trabalhamos de janeiro a janeiro na pauta da mulher, mas, em março, por causa do Dia Internacional da Mulher, ampliamos as ações e temos boas perspectivas para nós, mulheres”, destacou. A programação completa está disponível no Instagram @secmulherdf. Confira alguns trechos da entrevista.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Criamos, juntamente com a SSP-DF, o 'Diga Não ao Covarde', porque quem deve ter vergonha é quem agride a mulher, não o contrário"

Giselle Ferreira,
secretária da Mulher



Assista ao programa completo

Quais são as atividades do Março Mais Mulher?

Começamos com ações voltadas ao entretenimento, levando mulheres ao cinema. Algumas foram pela primeira vez, comeram pipoca, tomaram refrigerante. Nós, mulheres, pensamos muito na família e deixamos de cuidar de nós mesmas, da saúde mental e emocional. Esses momentos de lazer também são importantes. São 170 programações em várias cidades do DF. Por exemplo, teremos uma corrida gratuita para seis mil mulheres no dia 28 de março. O Zoológico terá entrada gratuita nos dias 7 e 8 de março. São diversas ações ao longo do mês.

Como levar os homens para esse debate?

Estamos promovendo campanhas e rodas de conversa com os homens. Criamos, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), o “Diga Não ao Covarde”, porque quem deve ter vergonha é quem agride a mulher, não o contrário. Também estamos levando conscientização para meninos

nas escolas. Vamos intensificar essas ações e fazer um balanço dos resultados.

Quais são as ações preventivas?

Eu digo que a Secretaria da Mulher é a Lei Maria da Penha na prática. Trabalhamos com seriedade no enfrentamento à violência, mas nossa principal missão é a prevenção. A prevenção passa por rodas de conversa, ações voltadas ao empreendedorismo feminino. Recebemos na capital o Movimento 2026, parceria com o

Sebrae-DF. No ano passado, percorremos 14 regiões administrativas para entender os desafios da mulher empreendedora. Um mundo sem violência passa pela autonomia econômica. A mulher com independência financeira tem mais condições de romper o ciclo de violência.

Além do empreendedorismo, a pasta tem trabalhado na empregabilidade. Quais são as ações?

Criamos o Prepara, para capacitar mulheres que estão há muito tempo fora do mercado de trabalho. Muitas não têm currículo ou não sabem como se portar em uma entrevista. Oferecemos capacitações como cuidador de idosos, design de sobrancelhas e alongamento de cílios. Firmamos 14 acordos de cooperação técnica com órgãos federais, que reservam oito por cento das vagas para mulheres atendidas por nós. Muitas querem trabalhar, mas não têm onde deixar os filhos. O Governo do Distrito Federal, junto à Secretaria de Educação, trabalha para zerar a fila das creches. Isso também é política pública para as mulheres.

Como está a parceria com a iniciativa privada?

Estamos fortalecendo a rede de proteção com diversos órgãos. A pauta da mulher precisa caminhar com todas as pastas e

também com a iniciativa privada. Estamos criando novos equipamentos públicos e novas políticas. Implantamos a “Lei Maria da Penha vai para as escolas” porque é fundamental ensinar crianças a identificarem os diferentes tipos de violência. Violência não é apenas física.

Quando será inaugurada a unidade do Plano Piloto?

Hoje, a Casa da Mulher Brasileira funciona em Ceilândia, 24 horas, com atendimento psicossocial, Defensoria Pública e alojamento de passagem. No ano passado, inauguramos quatro Centros de Referência da Mulher Brasileira em Sobradinho 2, São Sebastião, Sol Nascente e Recanto das Emas. Agora, vamos instalar uma unidade na Asa Sul, ao lado do Parque da Cidade. Será um espaço de acolhimento 24 horas, e queremos entregar até o fim do ano.

Como funciona o acolhimento?

Em caso de violência com risco imediato, é preciso ligar 190, que é a Polícia Militar. O 180 é o canal nacional de atendimento à mulher, para orientação e encaminhamento. Muitas mulheres ainda não sabem identificar os tipos de violência. A Casa da Mulher Brasileira em Ceilândia é para quem não tiver para onde ir, não souber o que fazer. Criamos também o Comitê de Proteção à Mulher.

Thais Mallon / Divulgação



» MÚSICA SAMBA EM CEILÂNDIA

O projeto Rodoviária do Samba forma uma roda especial para homenagear as mulheres sambistas no terminal do Setor O, em Ceilândia. A festa é hoje, a partir das 17h, e terá nomes como Kris Maciel, Yara Alvarenga, Negona, Ane Éoketu, Bruna Tassy e Fê Monteiro. A iniciativa é do Instituto Cultural Black Spin Breaker's, Onã Produções e Produção Criola, com apoio do Boi do Seu Teodoro e em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secec-DF). “As mulheres têm um papel fundamental tanto na história quanto no futuro do samba. Elas criam, sustentam e reinventam esse gênero musical. A roda será um momento de celebração”, destaca a sambista Cris Pereira, que é uma das realizadoras do evento.

Divulgação/Detran-DF



» ESPORTE PASSEIO DE BIKE

O Detran-DF promove no próximo domingo, Dia Internacional da Mulher, o Passeio Bike Especial, no Paranoá. Essa é a 21ª etapa do circuito, uma iniciativa do órgão em parceria com as administrações. Entre os objetivos, está estimular a utilização da bicicleta como meio de transporte. A concentração será no estacionamento da administração regional, a partir das 7h30. Também haverá palestras e manutenção básica de bicicletas no local da concentração, os participantes receberão kits contendo sacochila refletiva e materiais informativos. “Esta será uma edição especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher, destacando o protagonismo feminino na construção de um trânsito mais seguro, humano e consciente”, ressalta o diretor-geral do Detran-DF, Marcu Bellini. As vagas são limitadas. Informações sobre as inscrições no Instagram @detranoficial.

» TAI CHI FESTIVAL BEING TAO

Para celebrar a chegada do ano novo chinês e o Dia Internacional da Mulher, a Associação Being Tao realiza, no próximo domingo, o festival Being Tao. O evento também é uma homenagem ao mestre Moo Shong Woo, que morreu em dezembro de 2025. O festival representa o início do ano do cavalo de fogo e ocorrerá das 8h às 11h30, no Centro de Ensino Fundamental da 104 Norte. As atividades incluem práticas de Tai Chi e Chi Kung e café comunitário. A associação recomenda que os participantes levem seus próprios talheres e canecas reutilizáveis para mitigar ao máximo a produção de lixo no local. O evento é gratuito e sem necessidade de inscrição.

Do Lago Paranoá para Cingapura



Tricampeã no Circuito Brasileiro de Va'a, equipe feminina Kaluanã está focada em Cingapura

Competição em Brasília vai definir os representantes do Brasil no Mundial de Sprint e reunir atletas de todo o país em provas de velocidade em um dos cartões-postais de Brasília, o que requer uma resistência diferenciada

» PAULO GONTIJO

O espelho-d'água do Lago Paranoá prepara-se para refletir a força e o sincronismo das equipes masculina e feminina neste fim de semana. O cenário, ícone da capital federal, transforma-se na arena oficial do Campeonato Brasileiro de Va'a 2026 entre 6 e 8 de março. Muito além das medalhas, a competição define quem serão os remadores e remadoras que carimbarão o passaporte para o Mundial de Sprint em Cingapura, em agosto. Para os atletas de ambas as categorias, o desafio carrega a pressão máxima do alto rendimento: vencer nesta raia significa o privilégio inédito de representar as cores do Brasil em águas asiáticas.

As provas de velocidade, disputadas nas distâncias de 250m, 500m, 1.000m e 1.500m, exigem dos competidores uma combinação de força física, resistência anaeróbica e uma precisão técnica milimétrica. Seja na modalidade individual, na qual o atleta depende exclusivamente da própria performance, seja na coletiva OC6, em que seis remadores precisam operar juntos em sincronia, cada segundo pode fazer a diferença no resultado final. Equipes de diversos estados brasileiros desembarcam no Distrito Federal para enfrentar uma raia que, para os remadores locais, é uma extensão de suas casas, criando um clima de rivalidade saudável e alto nível técnico que eleva Brasília ao centro do va'a nacional.

Em casa

Treinar diariamente em um dos mais famosos cartões-postais da capital, enfrentando a altitude e a baixa umidade, oferece aos atletas de Brasília uma resistência diferenciada. O remador Cristian Martins, de 26 anos, destaca que o conhecimento profundo do Paranoá é uma vantagem, especialmente pela característica da água doce, que é considerada mais “pesada” e oferece maior arrasto do que a água do mar. “A gente conhece a raia, sabe que a água é mais pesada. E também é muito bom ter a família ali botando boas energias e nós celebrando”, afirma o atleta. Esse vínculo emocional, somado ao suporte da torcida local, transforma o esforço físico em uma missão que transcende a competição.

Na dinâmica da categoria em grupo, o mapeamento é essencial para o sucesso do grupo. O primeiro banco dita o ritmo e a intensidade das remadas. O banco 2 é o espelho do voga. Os bancos centrais, conhecidos como os motores da canoa, são responsáveis pelo deslocamento bruto. No quinto banco, o contraleme. E, no sexto, o lemist, que assume a função de cérebro da equipe, realizando a leitura constante das condições da água

Paulo Gontijo // CB



Equipe masculina de canoa havaiana de Brasília chega para a seletiva com o peso da experiência

Carlos Vieira/CB/D.A Press



O treinador Rafael Maia acompanhou a evolução do esporte na capital

e coordenando as estratégias de curva e direção. Em provas de sprint — focadas em altíssimas velocidades em distâncias curtas —, a sincronia precisa ser absoluta, pois qualquer erro na entrada do remo ou uma oscilação na cadência pode comprometer a hidrodinâmica da canoa e custar a vaga para o mundial.

Equipes

As equipes de Brasília carregam um histórico de pódios que as destacam. No feminino, por exemplo, a equipe Kaluanã é um fenômeno de consistência, sendo tricampeã invicta do Circuito Brasileiro de Va'a (2023, 2024 e 2025). O grupo já sentiu o gosto da competição global no Mundial do Havaí, em 2024, e agora foca em Cingapura. Para a integrante da equipe Fernanda Kirov, de 44 anos,

a experiência é visceral: “A canoa movimenta o corpo e a alma. Você é o motor, é a cabeça, é o ritmo. Toda mulher que tiver vontade deve conhecer esse esporte”. Ela ressalta que o maior desafio é o controle interno: “O físico a gente treina bastante. O mental é o mais difícil: você não pode deixar a mente te sabotar. Mas estamos muito confiantes e motivadas.”

Martina Negraes, de 35 anos, contravoga da equipe, acredita que o ambiente controlado do lago é um diferencial para quem busca precisão. “Competir no lago é muito legal para a gente. No mar tem balanço, corrente, maré. Aqui a gente conhece o ambiente. A expectativa está grande”, comenta. Sob a coordenação de Ana Paula Reis, que vê a torcida local como um privilégio único, as mulheres da Kaluanã buscam uma vaga no mundial por meio das raia lisas do Paranoá. “Ter

a torcida aqui dá mais confiança. No lago, ou está muito liso ou o vento é constante. No mar, a leitura é mais complexa, exige outra adaptação. Estamos em casa”, explica a capitã.

Já a equipe masculina Va'a Brasília Monkey Rasta, formada em 2018, consolidou uma trajetória sólida e internacionalmente reconhecida. Com títulos de expressão, como o vice-campeonato mundial na categoria V12 Elite em Londres (2022) e o terceiro lugar mundial no Havaí (2023), o time chega para a seletiva com o peso da experiência. Recentemente, conquistaram o quinto lugar no Pan-Americano na Ilha de Páscoa, em 2025, provando que o nível técnico do Planalto Central não deve nada aos grandes mares. Agora, o foco volta-se para as raia de velocidade de Cingapura, onde a força física do grupo será posta à prova mais uma vez.

Estratégia

À frente do grupo de alta performance feminina está Rafael Maia, treinador e fundador do Clube de Remada Kaluanã. Maia testemunhou a evolução do esporte em Brasília, que partiu de uma cidade curiosa para uma potência. “Brasília tinha apenas uma canoa há alguns anos. Hoje o cenário é completamente diferente, com cerca de 14 bases em plena atividade. Isso mostra não apenas o crescimento quantitativo, mas uma evolução técnica que nos permite competir de igual para igual com qualquer equipe do litoral”, afirma o treinador.

Rafael Maia enfatiza que o sprint exige uma mentalidade distinta das provas de longa distância. “O nível técnico desta edição está elevadíssimo, especialmente por ser sprint, que exige precisão cirúrgica e técnica refinada nas curvas. Não basta ser forte, é preciso ser exato”, explica.



Escaneie o QR Code e assista ao vídeo com atletas de canoagem havaiana

Ele também aponta para o valor social e cultural da modalidade, que vai além do pódio. “É um esporte muito bonito, enraizado na cultura polinésia e que promove um trabalho em equipe genuíno. Embora a falta de status olímpico ainda limite patrocínios e visibilidade, o impacto visual e a união que o va'a proporciona são incomparáveis. Estamos prontos para mostrar que o nível técnico do Planalto Central está pronto para o mundo novamente.”

Destino final

Além da possibilidade de ostentar um título nacional, a seletiva em Brasília funciona como um funil definitivo para a formação da delegação brasileira que cruzará o mundo rumo a Cingapura. A vitória não é apenas uma conquista esportiva, mas o passaporte para o reconhecimento internacional e a chance de elevar a bandeira do Brasil no topo do pódio asiático.

Para o presidente da Federação Brasileira de Va'a do DF, João Marcelo Martins, os resultados recentes comprovam a maturidade técnica alcançada pelos remadores locais, que hoje competem em igualdade de condições frente a atletas de regiões litorâneas. “Brasília não apenas acompanha, mas contribui ativamente para a evolução técnica do esporte no Brasil. O Lago Paranoá oferece condições controladas e segurança, o que contribui para competições de alto nível e consolida a cidade como um polo estratégico para grandes eventos mundiais”, destaca.

As equipes masculina e feminina têm o mesmo objetivo: vencer. Enquanto a equipe feminina Kaluanã busca um resultado positivo para garantir o retorno ao cenário mundial, o time masculino quer consolidar seu histórico de pódios globais. No encontro entre a estratégia técnica, a força e a conexão profunda com os elementos da natureza, o Lago Paranoá reafirma sua vocação como um encontro de talentos de classe mundial. Para os atletas da casa, cada remada dada neste fim de semana carrega o som da torcida e a chance real de transformar Brasília em uma porta de entrada para Cingapura.

CAMPEONATO BRASILEIRO DE VA'A 2026

Parque das Águas/Brasília - DF
6, 7 e 8 de março
Entrada gratuita

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

FUTEBOL CARIOCA Demissão de Filipe Luís, discurso duro no CT e relação distante com jogadores ampliam desgaste interno de José Boto no Flamengo. Ontem, diretor resolveu entraves contratuais para Leonardo Jardim assinar vínculo e ser anunciado

Poço sem fundo

DANILO QUEIROZ

A interminável crise do Flamengo ganha, a cada momento, novos capítulos de tensão nos bastidores. A demissão do técnico Filipe Luís, anunciada de forma inesperada, ampliou a insatisfação interna envolvendo o diretor de futebol José Boto e o elenco rubro-negro. A condução do processo irritou jogadores e funcionários do clube, ampliando o desgaste do dirigente português dentro do Centro de Treinamento Ninho do Urubu. Em meio à chegada de Leonardo Jardim, anunciado ontem, o ambiente passou a ser descrito como pesado.

Apesar da má-fase técnica, o desligamento de Filipe Luís pegou o grupo de surpresa. José Boto foi o responsável por comunicar a decisão ao treinador em uma conversa rápida, com cerca de um minuto de duração. O diretor explicou a determinação do presidente Luiz Eduardo Baptista, o Bap, e afirmou não concordar com a demissão. Apesar da declaração, o dirigente já participava das negociações para a chegada do técnico Leonardo Jardim.

Horas depois da despedida do antigo comandante, Boto reuniu os jogadores no CT para explicar a mudança no comando técnico. O discurso adotado pelo dirigente acabou agravando o clima interno. Durante a conversa, o diretor transferiu parte da responsabilidade pela saída de Filipe Luís ao elenco. O posicionamento não foi bem recebido e aumentou a distância entre direção e jogadores.

O próprio dirigente divulgou, posteriormente, o conteúdo integral do discurso feito ao grupo. No pronunciamento, Boto criticou comportamentos do elenco e afirmou que alguns atletas não souberam lidar com o estilo de liderança adotado pelo treinador demitido. A fala ganhou repercussão imediata dentro e fora do clube.

“Ontem (madrugada da demissão), fiz algo que nunca tinha feito e não o faço porque não acredito que o treinador seja o único

Adriano Fontes/Flamengo



Em crise com o elenco do Flamengo, José Boto finalizou os trâmites para o anúncio e a assinatura de contrato do técnico Leonardo Jardim

culpado do momento mau. Sou eu e a diretoria, e são vocês (jogadores) também, porque alguns de vocês não souberam respeitar a liderança mais liberal do Filipe; quando se dá liberdade, espera-se do outro lado responsabilidade, e alguns de vocês abusaram da liberdade que o Filipe vos dava, foram irresponsáveis”, bradou aos atletas.

O dirigente também mencionou questões salariais e utilizou o meia Giorgian de Arrascaeta como exemplo de postura profissional dentro do elenco. O trecho gerou incômodo adicional no ambiente rubro-negro, principalmente pela exposição pública do tema. “Também para os jogadores que estão p.... porque acham que deviam ter salários mais altos, o

único caminho que têm para isso é o que fez o Arrasca: entregou em campo, mostrou que merecia e, quando quisemos renovar, pediu mais e nós tivemos que dar! Culpados? Somos todos: Presidente, eu e vocês! Agora, virá um treinador novo e só há um caminho: trabalhar e ganhar”.

De acordo com relatos internos, a reação do elenco durante a reunião foi de absoluto silêncio. Nenhum jogador respondeu ao dirigente durante a conversa. O ambiente foi descrito por pessoas presentes como semelhante ao de um velório, refletindo desconforto generalizado após as declarações. A relação entre José Boto e o elenco já apresentava desgaste anterior. Nos bastidores do clube, jogadores

apontam distanciamento do dirigente no cotidiano. O diretor evita contato frequente com os atletas e raramente participa de conversas diretas com o grupo.

O incômodo aumentou após os vice-campeonatos recentes do Flamengo na Supercopa do Brasil e na Recopa Sul-Americana. Na visão de parte do elenco, faltou respaldo da direção durante o período de críticas externas. A soma de episódios contribuiu para o clima de desconfiança atual.

O dia de Jardim

Enquanto isso, o Flamengo concluiu os trâmites para, enfim, anunciar o novo treinador. O técnico Leonardo Jardim passou o dia

Irmãos Miguel têm revés sob aplausos

Pela primeira vez jogando juntos na cidade na qual cresceram, Guto Miguel, de 17 anos, e o irmão Luís Miguel, 22, estrearam no Brasília Tennis Open Challenger 75 de duplas, ontem. As arquibancadas das quadras de tênis do late Clube Lotaram para torcer pelos brothers, porém, os holofotes foram voltados para Pedro Boscardin e João Schiessl ao baterem os goianos radicados no Distrito Federal por 2 sets a 0. As parciais foram de 7/6 e 6/3.



Marcelo Gonçalves/Fluminense

Técnico foi julgado e advertido por expulsão contra o Vasco

TJD-RJ libera e Zubeldía dirige Flu na decisão

Técnico do Fluminense, Luis Zubeldía está liberado para comandar o tricolor, na final do Campeonato Carioca contra o Flamengo, no domingo, às 18h, no Maracanã. Ontem, o Tribunal de Justiça Desportiva do Rio de Janeiro aplicou a pena de advertência pela expulsão no clássico contra o Vasco.

Zubeldía foi pessoalmente ao plenário do TJD, no Centro do Rio, para prestar depoimento. O ex-presidente e atual diretor-geral Mário Bittencourt também testemunhou a favor do treinador argentino.

O julgamento analisou a expulsão do treinador argentino na partida de ida da semifinal do Carioca. Na ocasião, ele recebeu vermelho, aos 23 minutos do primeiro tempo, e invadiu o campo. Em súmula, o árbitro Jodis Nascimento de Souza afirmou que o técnico “partiu para cima de forma agressiva” após marcação de falta para o cruzmaltino.

Com apenas advertência, o treinador está liberado para comandar o time à beira do gramado contra o Flamengo. Ele cumpriu suspensão automática na partida de volta da semi contra o Vasco, no Maracanã.

Renato promete disposição

Renato Gaúcho foi anunciado, ontem, como novo treinador do Vasco e tratou de dar uma sacudida na equipe logo na primeira entrevista no novo cargo. De volta a São Januário após um intervalo de 18 anos, ele diz que chega para trabalhar com muito “tesão”.

“Estou com muita vontade e tesão de trabalhar. Gosto do que faço. Se não, estaria na minha praia jogando futevôlei e tomando chope. Se agora estou aqui, é porque gosto do que faço”, afirmou o técnico, que já colocou a mão na massa e comandou o primeiro treino no CT Moacyr Barbosa.

Na terceira passagem pelo clube após dirigir a equipe entre 2005 e 2006 e depois retornar em 2008, Renato traçou metas para o grupo e colocou o

Brasileiro como prioridade.

“O Vasco tem três competições, mas o Brasileiro é prioridade. Tem a Sul-Americana e a Copa do Brasil e vamos buscando. Vamos tentar andar nas três. Onde o time vai chegar, eu não sei. É difícil para todos”, afirmou.

Com vínculo até o final do ano, o novo treinador disse que o contrato não tem multa rescisória. Aproveitando o contato com os jornalistas, o experiente profissional mandou um recado para torcida e pediu apoio neste novo ciclo.

“O treinador vive de vitórias. Vive de resultados no Brasil. Lá fora muitas vezes os resultados não vêm, mas é mantido. Deus queira que eu permaneça até dezembro e que o clube queira renovar”, comentou Renato,

Matheus Lima/Vasco



Técnico ressaltou alegria de voltar ao clube na coletiva de apresentação

que disse ter cobrado bastante dedicação do elenco.

Na lanterna do Brasileiro com um ponto em quatro rodadas, o time cruz-

maltino volta a campo na próxima semana. Na quinta-feira, os cariocas buscam o primeiro triunfo em duelo com o Palmeiras, em São Januário.



Lívia Villas Boas/Staff Images/CFB

SÃO PAULO

Em reformulação, o São Paulo está negociando os empréstimos do meia Alisson, para o Fluminense, e do zagueiro Ferraresi, para o Botafogo. Em ambos os casos, a diretoria ainda discute os valores. A negociação em estágio mais avançado é a de Alisson. O meia despertou o interesse do Fluminense após a ida para o Corinthians melar.

SANTOS

Anunciado como reforço do Santos para a sequência da temporada, Lucas Veríssimo ainda não tem previsão para desembarcar na Vila Belmiro. Contudo, o motivo foge ao controle do Peixe. O conflito no Oriente Médio interrompeu o tráfego aéreo no Catar, país onde o defensor vive atualmente, atrasando o desembarque ao Brasil.

FINALÍSSIMA

A Finalíssima entre Argentina e Espanha, campeãs da América do Sul e da Europa, está confirmada, mas não será mais disputada no Catar. O conflito no Irã, que elevou a tensão e comprometeu a segurança na região do Golfo Pérsico e em áreas do Mediterrâneo, inviabilizou a realização da partida no Estádio Lusail.

BOTAFOGO

Um ano após ser negociado com o Atlético-MG, o atacante Júnior Santos está muito próximo de voltar ao Botafogo. Ontem, o jogador campeão da Libertadores e do Brasileirão de 2024 desembarcou no Rio de Janeiro para assinar contrato de empréstimo com o alvinegro carioca até o fim de 2026. “Vamos escrever uma nova história.”

CORINTHIANS

Reforço do Corinthians para o restante da temporada 2026, o inglês Jesse Lingard realizou, ontem, a primeira atividade no CT Joaquim Grava. Ele ficou na parte interna realizando exercícios de força. O clube alvinegro aguarda apenas a liberação da documentação para anunciar o atacante oficialmente.

SUB-20

O jovem Paulo Victor, de 38 anos, é o novo técnico das Seleções sub-20 e pré-olímpica, assumindo o cargo vago desde outubro, quando Ramon Menezes foi demitido. O comandante é auxiliar de André Jardine no América do México e dividirá funções até o fim do Campeonato Mexicano. A seu lado, foi confirmado o auxiliar Lucas Andrade.

ESPORTES

PAULISTÃO Palmeiras bate o Novorizontino por 1 x 0 em Barueri e vence jogo de ida de decisão estadual após seis patinadas. No domingo, alviverde pode se tornar o primeiro campeão como visitante em oito anos

Próximo do 27º final feliz

VICTOR PARRINI

Palmeiras entrou para o jogo de ida da final do Campeonato Paulista contra o Novorizontino carregando um fardo: não ter vencido nenhuma das partidas de abertura das últimas seis decisões pelo troféu estadual. Patinou contra Corinthians, Santos, São Paulo e Água Santa, mas corrigiu a rota para bater o astuto adversário do interior por 1 x 0, ontem, na Arena Barueri, com gol de Flaco López, e largar em vantagem para quebrar outro tabu.

O segundo e último ato da decisão do principal campeonato estadual do Brasil será no domingo, às 20h30, no Estádio Doutor Jorge Ismael de Biasi, em Novo Horizonte. A 407km de distância da capital paulista, o Palmeiras busca se tornar o clube a erguer o troféu do Paulistão na casa do adversário depois de oito anos. O último visitante indigesto foi o Corinthians, em 2018, justamente contra o arquirrival alviverde, no Allianz Parque.

O time treinado por Abel Ferreira pode empatar em Novo Horizonte para ser campeão do Paulistão 27ª vez. Derrota por um gol de diferença forçará a decisão por pênaltis. Não haverá vida fácil. No primeiro encontro entre as equipes, na 4ª rodada, a companhia do interior goleou por 4 x 0. Porém, a escalção alviverde tinha poucos jogadores considerados titulares.

O Palmeiras ampliou para oito partidas a invencibilidade nesta temporada, com sete vitórias e um empate. O retrospecto permitiu à equipe entrar leve em campo, jogar com autoridade e até poupar o centroavante Vitor Roque. O Tigrinho não fez falta ao técnico Abel Ferreira no time titular. O esquema 4-2-3-1 na prancheta do português tinha Flaco López isolado no papel de referência, abastecido pela trinca formada por Maurício, Allan e Sosa.

O gol marcado pelo argentino, aos 34 minutos do primeiro tempo, saiu,

inclusive, de uma bela parceria com Sosa. O camisa 19 recebeu lançamento de Marlon Freitas e, mesmo sob pressão da marcação dobrada na entrada, ajeitou para Flaco dominar com o peito e chutar rasteiro de perna canhota. Adiantado, o goleiro Jordi não alcançou.

A vantagem do Palmeiras para o jogo de volta seria maior, se Gustavo Gómez não tivesse sido flagrado em posição de impedimento após rebote. O xerifão alviverde seria herói da noite depois de fletar com a possibilidade de se tornar vilão. Antes dos acréscimos, Andreas Pereira erra na saída de bola, Vinícius Paiva se aproveita para invadir a área, mas é derubado pelo zagueiro. O árbitro Matheus Candanção assinalou o pênalti, desperdiçado por Robson ao chutar no meio, em cima do goleiro Carlos Miguel. Foi o primeiro defendido pelo paredão desde a chegada ao clube.

O camisa 11 do Novorizontino teve a chance de melhorar a participação em gols pelo clube nesta edição do Paulistão: segue na artilharia com sete gols e dividindo o posto de maior garçom com o companheiro Rômulo e Flaco López, todos com três passes para companheiros.

Robson não é o cobrador oficial de pênaltis do Novorizontino. Com dois gols em duas cobranças, Rômulo é o especialista do time treinado por Enderson Moreira. Porém, o meia de 24 anos está emprestado pelo Palmeiras ao time do interior e precisaria de pagamento de multa para entrar em campo.

Na etapa final, o Palmeiras dosou as energias e não poupou substituições. Principal contratação para a temporada, colombiano Jhon Arias entrou em campo pela quarta partida consecutiva, saindo do banco de reservas. Deu dinâmica jogando do meio para a direita, mas faltou o primeiro gol ou assistência com a camisa alviverde. Vitor Roque entrou a 20 minutos do fim atuando pela extrema-esquerda, mas não deu chute algum.

Cesar Greco/Palmeiras/by Canon



Autor do gol da classificação para a final, Flaco López colocou o Palmeiras em vantagem na decisão

PLACAR

ONTEM
Copa do Brasil
Tuna 4 x 1 Tocantinópolis
Nova Iguaçu 1 (4) x (3) 1 Lagarto
Velo Clube 0 (2) x (4) 0 Vila Nova
Capital-TO 1 (4) x (5) 1 Manaus
Avai 3 x 0 Porto Vitória
Betim 0 x 2 Operário-PR
Santa Catarina 1 (5) x (4) 1 Cuiabá
Rio Branco-ES 1 (5) x (6) 1 Athletic

Inglês
Manchester City 2 x 2 Nottingham Forest
Fulham 0 x 1 West Ham
Brighton 0 x 1 Arsenal
Aston Villa 1 x 4 Chelsea
Newcastle 2 x 1 Man. United

Espanhol
Reyo Vallecano 3 x 0 Real Oviedo

Copa do Rei
Real Sociedad 1 x 0 Athletic Bilbao

Alemão
Hamburgo 0 x 1 Bayer Leverkusen

Copa da Itália
Lazio 2 x 2 Atalanta

Copa da França
Lorient 0 (5)x (6) 0 Nice
O. Marselha 2 (3) x (4) 2 Toulouse

HOJE
Copa do Brasil
16h Trem x Fluminense-PI
19h Portuguesa x Maracanã
19h Desportiva x Sport
21h30 Santa Cruz x Sousa
21h30 Juventude x Guaporé

Inglês
17h Tottenham x Crystal Palace

Copa da França
17h10 Lyon x França

Basquete – NBB
19h30 São José x Osasco
19h30 Caxias do Sul x União Corinthians
19h30 Bauru x Fortaleza
20h Mogi das Cruzes x Pinheiros

Vôlei – Superliga Feminina
18h30 Tijuca x Mackenzie
18h30 Sorocaba x Brasília
21h Bauru x Maringá

MARATONA

BRASÍLIA

20

26

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

INSCREVA-SE JÁ!

brasilcorrida.com.br

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Realização:

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Sol e Júpiter em trígono.Se a alegria que eventualmente experimentas é exclusivo produto das circunstâncias ou do que te acontece, muito provavelmente tu não andas muito alegre nos últimos tempos, porque a dinâmica do mundo é preocupante e impera a duvidosa moralidade que justifica as vilezas. Tua alegria há de ser independente das circunstâncias, há de brotar de dentro de ti, se alimentando da inefável certeza de haver uma ordem por trás do aparente caos com que tens de lidar no dia a dia. Se a alegria brotar indômita do centro de teu coração, tu serás a circunstância abençoada que melhorará tudo e todos enquanto andares entre o céu e a terra, na maior parte do tempo de forma anônima, sem que as pessoas saibam que és tu o agente secreto que vieste a este mundo com a difícil missão de animar os desanimados.



ÁRIES
21/03 a 20/04

É difícil saber quais seriam as causas verdadeiras de tudo que lhe acontece na atualidade, mas isso é irrelevante, porque mesmo que sua alma soubesse as causas, isso não agregaria nada ao cenário. Andar a cegas um pouco.



TOURO
21/04 a 20/05

Nem sempre é você que deve dar as cartas, às vezes o cenário é mais propício para outras pessoas determinarem o que deva ser feito, e nesse caso cabe a você aceitar as ordens, mesmo que essa não seja sua preferência.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

É tudo muito complexo, mas é por isso que você nasce com inteligência desenvolvida, a qual seria inútil se você existisse num cenário simplório. Possuir inteligência significa ter de resolver complexidades.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Agora é sua vez de intervir nos acontecimentos puxando a sardinha para seu lado, e mesmo que isso seja visto pelas pessoas como uma atitude egoísta, não é hora de se importar, mas de continuar lutando pelo que é seu.



LEÃO
22/07 a 22/08

Faça tudo que estiver ao seu alcance em relação aos assuntos que considerar mais difíceis, porque nesta parte do caminho haverá um pouco mais de facilidade nesse sentido, ainda que os avanços sejam pequenos. Não importa.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Agora será necessário confiar nas pessoas com que precisa lidar, porque ainda que isso seja difícil para você, se a desconfiança marcar o ritmo tudo vai ser muito mais complicado. Deposite um voto de confiança.



LIBRA
23/09 a 22/10

Procure enfrentar agora tudo que andou evitando, porque nesta parte do caminho se torna oportuno colocar as mãos naquilo que, até agora, parecia impossível de resolver. Tudo pode ser diferente e melhor neste momento.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

O jeito agora é dividir território e autoridade com outras pessoas, mas não com quaisquer umas, só com aquelas com que você conseguir chegar a um entendimento que seja benéfico para todas as partes.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Há questões que são difíceis e dão muito trabalho, por isso a alma se encara com enfado. Porém, seria sábio de sua parte transcender o enfado e se dedicar a elas com atenção e carinho, para se livrar em definitivo.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Para que tudo entre no trilho e sua alma se sinta confortada por viver no cenário atual, é imprescindível que você se aproxime às pessoas que oferecem ajuda, mesmo que a ajuda oferecida não seja desinteressada.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Há etapas que não podem ser deixadas de lado, porque comprometeriam todo o resultado que sua alma procura. Portanto, faça tudo com método, aceitando o tempo envolvido, que não é pouco, até o final.

MÚSICA

Arte de A a Z

Daniela Alvares



Letrux e Thiago Vivas apresentam espetáculo Alfabeto sonoro no Sesi Lab

» ISABELA BERROGAIN

Ao lado do músico Thiago Vivas, Letrux apresenta o espetáculo *Alfabeto sonoro* na primeira edição do ano do Night Lab. No show, voz, violão e piano se unem em uma verdadeira homenagem à palavra, com repertório que vai literalmente de A a Z — nele, cada letra do abecedário é representada por uma música ou poema. A apresentação ocorre hoje, às 22h, no Sesi Lab.

O espetáculo, explica Letrux, surgiu a partir do amor que nutre pelas palavras. “Queria criar um show que seguisse uma ordem que não numérica, mas, sim, alfabética. Então, na letra A, temos uma música que começa com A, na letra B também, mas, de repente, na letra F, temos um poema de alguém cujo nome começa com F”, detalha a artista.

Na estrada desde 2024, o repertório de *Alfabeto sonoro* já contou com releituras de músicas do Nirvana em português, pagodes e Nina Simone. “A graça do alfabeto é essa, há muitas possibilidades”, aponta a carioca. “Eu gosto de brincar, e essa brincadeira me pareceu gostosa de fazer”, acrescenta a cantora.

Desde que foi alfabetizada, a artista se viu “fascinada com as possibilidades de linguagem dentro de um alfabeto”. “Dava pra juntar tanta coisa. Dava para dizer o que eu estava sentindo, mas não conseguia falar. Dava para cantar, mágico demais. Sou devota da palavra, estou sempre a seguindo. Se ela está na música, vou estar lá. Se ela estiver na literatura, também vou querer aparecer por ali. E por aí vai”, afirma.

Auto declarada apaixonada pela

linguagem, “seja ela qual for”, Letrux acredita que o ser humano é feito para se comunicar. “Há quem brinque que preferiria morar isolado nas montanhas, eu mesma já devo ter brincado depois de ver tantos horrores, mas não é verdade. Agente é feito para trocar, perguntar e responder”, opina a carioca.

E em meio à música, onde a poesia entra no show? “A literatura e a música sempre foram amantes”, destaca a cantora. “Há muitas pessoas que tentam o separatismo, dizendo, por exemplo, que letra de música não é poesia. Acho que existem muitas regras, procurei mais o desvio e celebro o fato delas serem amigas, parcerias”, pondera Letrux.

Segundo a carioca, os anos na estrada com *Alfabeto sonoro* serviram de confirmação do amor que sente por esse universo. “Há muitas pessoas que criticam muito a poesia. Dizem que é cafona, sei lá. Há coisas boas e coisas ruins, mas colocá-la em uma gaveta de coisas ruins é muito baixo. A poesia pode mudar vidas. Pode te fazer se apaixonar e se desapaixonar. É muito poderoso”, finaliza a cantora.

LETRUX APRESENTA ALFABETO SONORO

Hoje, às 22h, no Sesi Lab (Setor Cultural Sul, lote 1). Lote extra de ingressos estará à venda a partir das 17h, na bilheteria do local. Os valores variam entre R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)

Não recomendado para menores de 18 anos.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

O MUNDO É GRANDE

O mundo é grande e cabe nesta janela sobre o mar.
O mar é grande e cabe na cama e no colchão de amar.
O amor é grande e cabe no breve espaço de beijar.

Carlos Drummond de Andrade

SUDOKU

					7	4		3
	9			6			2	
		1					6	
								7
8						6	1	
				1	6			9
3	4		6					
		9		5		3		
2			7				5	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Evento anual da capital paulista	↙	Duas armas de guerreiros medievais	↘	Autarquia ligada ao registro de patentes	Unidade de (?): quilograma (Fis.)	↗
		Saudação em um ambiente informal	↘		Significado da abreviação "metrô"	
	↗					
Cidade atingida por bomba atômica		Os descartáveis são usados em festas	↗			
Estado do Museu da Borracha (sigla)	↗		Símbolos desenhados em mapas	Pontos (abrev.)	↗	
Ato do indivíduo insano	↗			Édith Piaf, cantora		
	↗				Macaco, em inglês	Mal-estar típico do "workaholic"
PC portátil útil para palestrantes			Sucesso do cantor Fábio Jr.	Isaac Asimov, autor de "Eu, Robô"	↗	
	↗					
"Os (?)", filme com Hugh Jackman		Coxinha da (?): drumete (Cul.)	↗		Capitão- (?), título do Brasil colonial	
Empresa de aviação extinta em 2013	↗			Joan (?), piloto	↗	
				Sem valor (fem.)		
Falta de severidade (pl.)		Documento que comprova reuniões	↗			
	↗		Registre em papel			
			O popular cangote			
	↗					
Caráter da notícia televisada ao vivo	↗				Nivea Stelmann, atriz fluminense	↗
Resina aplicada em móveis	↗		Planta usada em cremes de barbear	↗		

BANCO 3/ape — mtr. 4/trfp. 6/laptop. 14/vtrada cultural.

16

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIREITAS DE ONTEM

	C	I		G				
D	O	M	P	E	D	R	O	I
	B	E	S	T	A	L	O	
	A	S	P	E	L	E	N	
D	I	A	D	E	R	E	I	S
	A	B	E	C	E	R		
	S	I	I		M	O	L	
C	H	A	C	A	R	I	T	A
	U	A	L	O		I	M	
	M	O	L	I	N	E	T	E
	L	A	D	O	S	R	U	
	N	O	T	R	E	L	A	
M	A	N	H	A	T	T	A	N
	S	T	E	S		O	R	A

SUDOKU DE ONTEM	9	3	5	1	2	8	6	7	4
	4	6	1	5	3	7	9	2	8
	2	7	8	4	6	9	5	3	1
	5	4	9	8	1	2	7	6	3
	3	8	6	7	9	4	2	1	5
	7	1	2	3	5	6	8	4	9
	1	9	7	2	4	5	3	8	6
	6	2	4	9	8	3	1	5	7
	8	5	3	6	7	1	4	9	2

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

Assine conosco aqui!

COQUETEL

PARA LÔ BORGES

PAISAGEM DA JANELA
LÔ BORGES

Da janela lateral
Do quarto de dormir
Vejo uma igreja, um sinal de glória
Vejo um muro branco e um voo pássaro
Vejo uma grade, um velho sinal

Mensageiro natural
De coisas naturais
Quando eu falava dessas cores móbidas
Quando eu falava desses homens sórdidos
Quando eu falava desse temporal
Você não escutou

Você não quer acreditar
Mas isso é tão normal
Você não quer acreditar
E eu apenas era

Cavaleiro marginal
Lavado em ribeirão
Cavaleiro negro que viveu mistérios
Cavaleiro e senhor de casa e árvores
Sem querer descanso nem dominical

Cavaleiro marginal
Banhado em ribeirão
Conheci as torres e os cemitérios
Conheci os homens e os seus velórios
Quando olhava da janela lateral
Do quarto de dormir

Você não quer acreditar
Mas isso é tão normal
Você não quer acreditar
Mas isso é tão normal

Um cavaleiro marginal
Banhado em ribeirão
Você não quer acreditar



Lô Borges sempre me incentivou.
Ele segue vivo, não só na memória, mas
nas coisas que fez que são maravilhosas.
E que as pessoas conheçam trabalhos mais
recentes dele, que procurem viajar na obra dele"

Rodrigo Borges, músico e sobrinho de Lô Borges

RODRIGO BORGES, SOBRINHO DO COMPOSITOR
MINEIRO, APRESENTA SHOW HOJE NO CLUBE DO
CHORO, COM UM PASSEIO PELO REPERTÓRIO E
VÁRIAS HISTÓRIAS DE BASTIDORES

» JÚLIA COSTA*

Lô Borges era um compositor compulsivo. Acordava cedo, ia caminhar na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, voltava para casa e sentava para escrever. Dizia que a música precisava vir em 40 minutos e, se não ficasse pronta nesse período, passava para a seguinte. Ganhou destaque na música brasileira em 1972, com o primeiro álbum do Clube da Esquina, mesmo ano que lançou o projeto solo que viria a ficar conhecido como *Disco do tênis*, aos 20

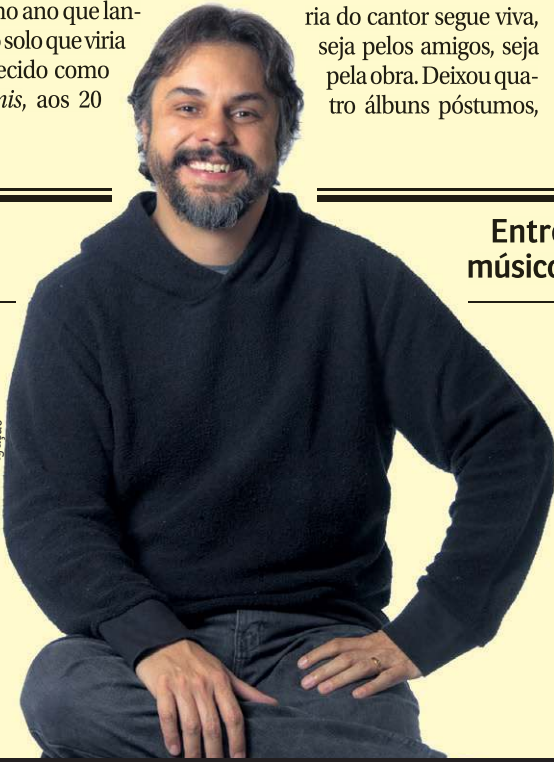
anos. Em 2019, passou a lançar um disco por ano e, na carreira, acumula mais de 15 álbuns de estúdio. Um girassol da cor do seu cabelo, O trem azul, Paisagem da janela e Tudo que você podia ser são algumas das músicas mais marcantes de sua trajetória musical.

Em novembro de 2025, morreu aos 73 anos depois de um período de internação para tratar de um quadro de intoxicação medicamentosa. Mas a memória do cantor segue viva, seja pelos amigos, seja pela obra. Deixou quatro álbuns póstumos,

dos quais dois já estão mixados. A família, recheada de músicos, também segue o legado do cantor. Hoje, Rodrigo Borges, artista e sobrinho do cantor, faz apresentação no Clube do Choro com o show *Coisas que a gente se esquece de dizer*, uma homenagem a Lô. A apresentação tem início às 20h, e o ingresso custa a partir de R\$40, à venda no site Bilheteria Digital.

Nesta entrevista, Rodrigo fala sobre os bastidores do Clube da Esquina, a dedicação de Lô à profissão de compositor e como o show de homenagem ao tio foi concebida.

Divulgação



Entrevista / **Rodrigo Borges**, músico e sobrinho de Lô Borges



Eu, para além de parente, também tenho Lô na condição de ídolo, sempre foi uma inspiração muito grande"

Como é a homenagem foi pensada?

Eu pensei em estruturar a apresentação em alguns dos álbuns mais representativos, sobretudo na origem do *Clube da Esquina* de 1972 e no *Disco do tênis*, assim como canções como *Faça seu jogo*, *O caçador* e *Canção postal*, que são embrionárias da carreira do Lô, mas já com muita qualidade. Passo também pelos álbuns que consolidaram a carreira, como *A Via-Láctea*, de 1979, *Nuvem Cigana* e *Sonho real*.

A ideia é fazer o show a partir dos álbuns mais representativos e também pegando canções do álbum clássico do Clube da Esquina, para fazer esse passeio pelo repertório mais emblemático, mas também com canções que podem surpreender o público, como do *Disco do tênis*. É uma reverência e homenagem ao Lô.

Como você decidiu as músicas do show?

Eu acho que tem essa representatividade do álbum do *tênis*, que não foi reconhecido imediatamente quando lançado, mas com o passar dos anos, teve reconhecida a qualidade e ganhou status de cult, cultural, e muito influente, não só no Brasil, mas fora também. Até o vocalista do Arctic Monkeys, Alex Turner, descobriu *Os barões*. Nacionalmente, é um disco que as novas gerações têm descoberto. Falo até como professor de música, vejo alunos interessados no disco.

Ao mesmo tempo, pego canções que têm a ver com a minha memória afetiva. Tive o prazer de acompanhar o Lô e cantar com ele, participei de um show dele em São Paulo e ele participou do meu DVD. No fim dos anos 1980, virada para

1990, lançou, com meu pai, Marilton Borges, um disco de piano, guitarra e violão e que teve participação do Milton. Viajei em uma turnê desse álbum no interior de Minas e do Rio de Janeiro, e construí uma ligação afetiva com o repertório que eles tocavam.

Algumas do *Tênis*, como *Faça seu jogo*, com uma letra que fala da questão da vida um pouco cigana do músico, de abrir o coração para pessoas, a música e a arte. Então, me lembro da adolescência. O repertório tem, para mim, essa carga afetiva muito grande, de memórias da adolescência, convivência com o Lô e saudades que eu senti e as pessoas sentem. É um show com uma carga emocional muito grande.

Você sabe os bastidores de algumas dessas composições?

No *Clube da Esquina I*, Marcinho, Lô e Milton estavam compondo na casa dos meus avós em Santa Tereza e, quando estavam para acabar, a luz acabou. Minha avó, Maricota, pegou uma vela e acendeu, para iluminar não só a ideia do Marcinho, mas também o papel com a com a composição e que leva o nome do movimento.

O Marcinho nem considera o Clube como um movimento planejado, como foi a Tropicália. Foi algo mais espontâneo, a minha que cunhou o nome. Quando perguntavam para ela onde eles estavam, ela fala 'no clube da esquina', onde se reuniam para tocar violão e compor, bem na esquina casa dos meus avós. Então, ela cunhou o nome e teve essa participação especial quando estavam compondo.

Como era o Clube da Esquina por dentro?

O que eu percebo do Clube é que é um encontro de amigos e pessoas que tinham a música de uma forma muito natural na vida. A música era uma parte importante do dia.

O próprio Lô, que é um criador

compulsivo, falava isso, que a música e a criação faziam parte da rotina dele, como quem toma banho ou almoça. Eu percebo isso dentro da família Borges, de ter a música no dia a dia de forma natural e presente.

Esse ambiente, dessa forma, facilita muito o processo criativo, a forma de encarar a profissão de compositor com seriedade, leveza e naturalidade. Percebo isso para além das histórias e desse pacto de amizade que tinham, existia um pacto de fazer a melhor música possível, de qualidade e originalidade.

Milton e Márcio fizeram uma sessão do filme *Jules e Jim - Uma Mulher para Dois*, de François Truffaut, viram o filme a tarde inteira e saíram só à noite, inspirados pela relação de amizade que o filme mostra e pela arte, para compor. Foram para a casa dos meus avós, pegaram um violão e compuseram as três primeiras músicas. Fizeram um pacto de serem originais independentemente de qualquer coisa, que é algo que está no DNA do Clube e levaram para a vida inteira.

Como o Lô te influencia?

Eu, para além de parente, também tenho Lô na condição de ídolo, sempre foi uma inspiração muito grande. Na verdade, as pessoas que o conhecem percebem essa genialidade dele para compor, a cabeça extremamente musical e a facilidade que tinha para criar. Como disse, esse comprometimento que tinha com a profissão. E não guardava também porque, quando ficava pronta, ia para o estúdio gravar.

Ele deixou quatro discos e meio póstumos, dois já mixados, por encarar a música como forma de vida. Ensinou para as novas gerações e para mim a encarar o ofício da música com dedicação, onde se vai colocar com sensibilidade, lapidar o trabalho e ter cuidado com as coisas que cria. Sempre me incentivou. Ele segue vivo, não só na memória, mas nas coisas que fez que são maravilhosas. E que as pessoas conheçam trabalhos mais recentes dele, que procurem viajar na obra dele.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco



Patentes em debate

Maria Eduarda Lavocat

O debate sobre patentes voltou ao centro das discussões públicas no último mês. Com a crescente procura pelas chamadas “canetas emagrecedoras”, cujos preços ainda são inacessíveis para grande parte da população, a patente do medicamento Mounjaro (tirzepatida), da farmacêutica Eli Lilly, passou a ser questionada.

Em fevereiro de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 68/2026, de autoria dos deputados Antonio Brito e Mário Heringer, que propõe a concessão de licença compulsória — mecanismo popularmente conhecido como “quebra de patente” — com o objetivo de reduzir preços e ampliar o acesso ao tratamento da obesidade no Brasil.

O projeto de lei tem como escopo o reconhecimento da Doença Crônica Baseada em Adiposidade como um dos principais fatores de risco contemporâneos para enfermidades como doenças cardiovasculares, dislipidemias, resistência à insulina, entre outras condições associadas a elevada morbimortalidade. Segundo a justificativa da proposta, “os dados são incontestes ao demonstrar que o conjunto populacional de adultos com obesidade ou sobrepeso no Brasil subiu de 42,6% em 2006 para 61,4% em 2023, mantendo a tendência de crescimento nos anos posteriores”.

Diante desse cenário, o PL afirma que, se um fator de risco de tamanha relevância já atinge mais da metade da população brasileira, é evidente que se trata de um grave problema de saúde pública. O documento segue afirmando que antigamente a medicina não dispunha de medicamentos eficazes para o tratamento da obesidade, porém, esse panorama começou a se modificar com a introdução de fármacos como a liraglutida, a semaglutida e a tirzepatida, que demonstraram resultados clínicos significativos na redução do peso corporal e na melhora de parâmetros metabólicos.

Contudo, de acordo com o PL, o preço comercial desses medicamentos é incompatível com os objetivos de uma política de saúde pública de larga escala. “Nem o Sistema Único de Saúde (SUS) consegue comportar a incorporação desses medicamentos em virtude do elevado custo”, afirma o documento.

Sweet Life/Unsplash



Divulgação



“A ideia por trás das patentes é de que o direito, por meio de leis, deve incentivar essa atividade criativa, garantindo a possibilidade de exploração econômica exclusiva pelo criador por um determinado período”

Guillermo Glassman

Dessa forma, o projeto sustenta a necessidade de declarar os medicamentos agonistas de GLP-1 como de interesse público, a fim de viabilizar, nos termos da legislação vigente, a eventual decretação de licença compulsória (quebra de patente), como instrumento para ampliar o acesso e reduzir os custos no âmbito do sistema público de saúde.

No mesmo mês, passou a circular nas redes sociais a informação de que a pesquisadora brasileira Tatiana Sampaio (foto) teria perdido a patente internacional da polilaminina em razão de cortes orçamentários na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição onde a substância vinha sendo desenvolvida.

A polilaminina é uma forma polimerizada da proteína laminina que tem sido estudada por Tatiana como agente terapêutico voltado à regeneração neural e à recuperação de funções motoras após lesões na medula espinhal. O composto integra uma linha de pesquisa dedicada à medicina regenerativa, com foco na reparação de danos no sistema nervoso central.

Com quase três décadas de desenvolvimento, o estudo ganhou ampla repercussão por apresentar resultados experimentais promissores, incluindo recuperação parcial ou, em alguns casos, mais significativa de movimentos em modelos de paraplegia e tetraplegia.

O trabalho liderado por Tatiana Sampaio passou a ser apontado, no meio científico, como uma das frentes mais promissoras da medicina regenerativa no Brasil. A pesquisa também avançou no campo regulatório, com autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a realização de estudos clínicos em humanos, sinalizando a transição da fase experimental para etapas clínicas controladas.

O que é Patente

De acordo com o advogado Guillermo Glassman, sócio do L.O. Baptista Advogados, para compreender o debate é necessário, antes, contextualizar o que são patentes. Ele explica que elas integram um ramo maior do direito, a propriedade intelectual. “Em termos simples, quando alguém cria algo novo ou original, a propriedade intelectual é o conjunto de regras que permite proteger essa criação contra cópias indevidas e viabiliza sua exploração econômica, seja por venda, licenciamento ou autorização de uso”, afirma.

As patentes, por sua vez, são uma das espécies da propriedade industrial. Trata-se de um título de proteção concedido pelo Estado, que assegura ao titular, por prazo determinado, o direito de impedir terceiros de fabricar, usar, vender ou importar determinada invenção sem autorização.

No Brasil, o tema é regulado principalmente pela Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), e as patentes são concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Em linhas gerais, quem primeiro deposita o pedido e cumpre os requisitos legais pode obter o direito temporário de exclusividade para explorar comercialmente a invenção. Em contrapartida, deve tornar pública a tecnologia, já que o pedido passa a integrar o banco de informações técnicas após sua publicação. A exclusividade, como regra, dura 20 anos contados da data do depósito.

“A lógica por trás do sistema é incentivar a atividade criativa e a inovação. O ordenamento jurídico oferece ao inventor a possibilidade de exploração econômica exclusiva por um período determinado, como forma de compensar o investimento e estimular o desenvolvimento tecnológico”, conclui Glassman.

Leia mais na página 2

Licença é medida excepcional

Atualmente a empresa responsável por desenvolver o Mounjaro, a Eli Lilly, é titular de patente concedida no Brasil relacionada ao princípio ativo tirzepatida, com vigência até 5 de janeiro de 2036. No entanto, o Projeto de Lei 68/2026, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe um mecanismo que, na prática, busca antecipar a quebra dessa proteção por meio da concessão de licença compulsória com base em interesse público.

De acordo com a advogada Gabriela Neves Salerno, sócia do escritório Montaurry Pimenta, Machado & Vieira de Mello, a Lei de Propriedade Industrial (LPI) já prevê hipóteses específicas para a concessão de licença compulsória. Entre elas estão: abuso de poder econômico (art. 68); ausência de exploração do objeto da patente no Brasil após três anos da concessão (art. 68, §1º, I); comercialização que não atenda às necessidades do mercado (art. 68, §1º, II); e emergência nacional ou interesse público (art. 71) — sendo esta última a base invocada pelo projeto.

Na avaliação da especialista, a adoção da licença compulsória nos moldes propostos pelo PL pode gerar insegurança jurídica. “Empresas tendem a reduzir investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) se perceberem que sua propriedade intelectual não está devidamente protegida”, afirma.

Reprodução/BBC News Brasil



Para Gabriela Salerno, mudança nas patentes gera insegurança jurídica

Gabriela ressalta que o argumento da ampliação do acesso não pode servir para afastar o rito legal estabelecido na LPI sem comprometer a previsibilidade regulatória. Segundo ela, o licenciamento compulsório deve ser medida excepcional, utilizada como último recurso.

No cenário atual, a advogada sustenta que o equilíbrio entre acesso e proteção à inovação pode ser alcançado por três pilares. Primeiro, a licença compulsória só se

justificaria diante de um vazio terapêutico. Com a expiração iminente da patente da semaglutida, comercializada como Ozempic, a entrada de genéricos tende a ampliar o acesso e suprir a demanda em larga escala, o que reduziria o caráter de urgência para intervenção na patente da tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro.

Em segundo lugar, o equilíbrio exige a observância do artigo 73 da LPI, assegurando ao titular da patente o direito ao

contraditório e à ampla defesa, bem como o pagamento de royalties adequados, em vez de uma intervenção legislativa direta.

Por fim, a advogada defende que o acesso sustentável a medicamentos deve decorrer da expiração regular de patentes de gerações anteriores e da negociação de preços com o Sistema Único de Saúde (SUS), e não de medidas que possam desestimular a introdução de novas tecnologias no país.

Ela acrescenta que, caso o licenciamento compulsório seja instituído por meio de lei aprovada pelo Legislativo — e não por decisão técnica e fundamentada do Executivo ou do INPI —, pode haver desincentivo à internalização de tecnologia, à transferência de know-how e à instalação de centros de pesquisa no Brasil. O impacto, segundo a avaliação, não se limitaria ao setor farmacêutico, podendo alcançar áreas como tecnologia e agronegócio, cujos investidores poderiam temer intervenções semelhantes no futuro.

“Em resumo, o debate não é apenas sobre o medicamento, mas sobre como o Brasil quer ser visto globalmente: como um país que prioriza o acesso imediato via intervenção na propriedade intelectual ou como um mercado que respeita patentes para atrair inovação a longo prazo”.

Proteção territorial

Após relatos de recuperação funcional de pacientes que utilizaram o fármaco em caráter experimental, a pesquisadora Tatiana Sampaio passou a ser reconhecida nacionalmente e o tema ganhou ampla repercussão pública, especialmente em meio a debates sobre financiamento à pesquisa e proteção de patentes no Brasil.

Em entrevistas anteriores, Tatiana Sampaio afirmou que a primeira patente internacional relacionada à polilaminina teria sido perdida por falta de pagamento das taxas necessárias para sua manutenção, o que teria ocorrido em meio aos cortes orçamentários enfrentados pela UFRJ, especialmente nos anos de 2015 e 2016.

No entanto, em entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, exibido em 23 de fevereiro, a pesquisadora contextualizou a situação e afirmou que sua explicação anterior não havia sido precisa.

Segundo Tatiana, em 2014 a universidade realizou uma avaliação técnica sobre o potencial de concessão da patente no exterior. O entendimento institucional foi de que o pedido dificilmente seria aprovado nos Estados Unidos ou na Europa e que os custos para

manutenção do processo seriam elevados.

Com isso, a perda da patente internacional não decorreu exclusivamente da falta de recursos, mas de uma decisão administrativa baseada em análise técnica e financeira sobre a viabilidade do pedido.

Segundo o advogado Guillermo Glassman, é preciso esclarecer, antes de tudo, que não existe uma patente única com validade automática em todo o mundo. A proteção patentária é territorial: para obter exclusividade em outros países, é necessário depositar pedidos específicos em cada jurisdição ou utilizar o sistema do PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes), que funciona como uma via simplificada para requerer proteção simultaneamente em diversos países. Ainda assim, após o depósito, é indispensável cumprir as exigências locais e pagar as taxas e anuidades para manter o pedido ativo.

No caso em questão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou depósitos de proteção tanto no Brasil quanto no exterior no início do desenvolvimento da tecnologia. No entanto, a manutenção dos pedidos internacionais não foi levada adiante. De acordo com Glassman, essa decisão partiu da

Divulgação



“Um pedido internacional é abandonado por falta de pagamento das taxas de manutenção, contudo, isso não impede que novos pedidos de patente sejam apresentados”

Guillermo Glassman

própria universidade e não decorreu exclusivamente de falta de recursos, como chegou a ser divulgado inicialmente.

Segundo ele, a instituição avaliou que, naquele momento, a probabilidade de concessão da patente em outros países era reduzida e, por isso, optou por não investir na continuidade do processo internacional. Trata-se, afirma o advogado, de uma análise que pode ser tecnicamente justificável, já que a concessão de patentes depende do cumprimento de requisitos rigorosos — como novidade, atividade inventiva e aplicação industrial — e não há garantia de deferimento. É possível, por

exemplo, que a tecnologia ainda não estivesse suficientemente madura para atender aos critérios exigidos por escritórios estrangeiros.

Glassman ressalta que, quando um pedido internacional é abandonado por falta de pagamento das taxas de manutenção, a exclusividade fora do país é perdida e, em regra, não pode ser restaurada nos mesmos termos posteriormente. Contudo, isso não impede que novos pedidos de patente sejam apresentados com base em aperfeiçoamentos ou desdobramentos da pesquisa. Conforme noticiado, foi esse o caminho adotado posteriormente no caso da polilaminina.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Delação sem colaboração do MP

Divulgação

A nova prisão preventiva de Daniel Vorcaro, decretada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), acendeu o rumor de que o banqueiro possa fazer uma delação premiada para evitar uma longa temporada no xadrez. Na letra da lei, um acordo de colaboração precisa passar pelo Ministério Público. Mas a Polícia Federal assumiu há tempos o protagonismo da investigação do caso Master. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi atropelado no momento da prisão e criticado pela demora em emitir uma manifestação sobre a representação da PF. Mendonça decidiu sem parecer do MP. O mesmo ocorreu quando o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, entregou ao presidente do STF, Edson Fachin, um relatório com informações sobre a relação do ministro Dias Toffoli com Vorcaro. Na delação de Mauro Cid, a PF também assumiu a dianteira e o ministro Alexandre de Moraes homologou.



Pedro França/Agência Senado



Arquivo Pessoal

Advocacia na campanha

Aldo Rebelo, candidato à presidência da República, pela Democracia Cristã, escolheu o escritório Alcoforado Advogados Associados para atuar na campanha eleitoral de 2026. Assim, todas as questões legais estarão sob a responsabilidade do escritório, sediado em Brasília. O trabalho consiste, ainda, em assessoria estratégica.



Ficha limpa para casar

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou o PL 1973/23, que exige certidões de antecedentes criminais e cíveis para a habilitação ao casamento, alterando o Código Civil. A exigência visa proteger mulheres ao permitir o conhecimento de eventuais históricos de violência.

Habitué

O ministro Dias Toffoli é habituê do Trattoria da Rosario, no Lago Sul. O restaurante do chef Rosario Tessier é uma espécie de Piantella de outros tempos, ambiente frequentado por políticos e autoridades públicas. Em meio à crise com o caso Master, Toffoli foi visto várias vezes jantando tranquilamente no salão principal.



Imagem cedida ao Correio

Penas mais duras para corrupção no Judiciário

Tramita na Câmara dos Deputados projeto que aumenta a pena para os crimes de concussão e corrupção passiva quando praticados por magistrados. Atualmente, a pena para ambos os crimes é de dois a 12 anos de reclusão e multa. Texto aprovado pela CCJ da Câmara amplia a pena de 1/3 até a metade.



FLOUFFY/Unsplash



Novo crime em discussão: furto de pets

Projeto em discussão no Congresso que prevê aumento da pena para furtos, roubos e receptação tipifica o crime de furto de animais domésticos. A pena é de dois a seis anos de reclusão mais multa. O projeto foi aprovado pelo Senado e retorna para a Câmara.

Tese do ano

O advogado Guilherme Veiga apresentou a tese de doutorado no Ceub com uma banca de peso. Participaram o ministro Edson Fachin (orientador), o ex-presidente Michel Temer, o ministro aposentado Carlos Ayres Britto e os professores Luiz Rodrigues Wambier e Bruno Buonicore. O tema: abertura dialógica e produção de conhecimento no Supremo Tribunal Federal: mediações, audiências de contextualização e novos modelos procedimentais. Após a arguição, houve aprovação com distinção e indicação como tese do ano.



Arquivo pessoal

"Se as medidas requeridas pela Polícia Federal não forem acolhidas, em caráter de urgência, pode-se colocar em risco a segurança e a própria vida de pessoas que se tornaram vítimas dos ilícitos apontados nestes autos, bem como dificultar, sobremaneira, a recuperação de ativos bilionários que foram desviados dos cofres públicos e de particulares atingidos pelos variados crimes contra o sistema financeiro nacional apurados nestes autos"



Divulgação

Ministro André Mendonça, do STF, na decisão que respaldou as medidas da terceira fase da Operação Compliance Zero, com a prisão do banqueiro Daniel Vorcaro

ENTREVISTA — SILVIA CORREIA

Advogada trabalhista, vice-presidente da Comissão de Justiça do Trabalho da OAB/RJ

Os direitos das mulheres no mercado de trabalho

Ana Maria Campos

No mês dedicado às mulheres, o debate sobre os direitos delas no mercado de trabalho ganha ainda mais importância. Apesar dos avanços legislativos conquistados nas últimas décadas, a busca por igualdade de oportunidades, proteção contra discriminação e garantia de condições dignas de trabalho continua sendo um desafio no Brasil.

A legislação trabalhista brasileira estabelece uma série de garantias voltadas à proteção da maternidade, à igualdade salarial, ao combate ao assédio e à promoção de um ambiente profissional mais justo e inclusivo. Mas é fundamental compreender quais são esses direitos e como são aplicados na prática.

Nesta entrevista, Silvia Correia, advogada trabalhista, vice-presidente da Comissão de Justiça do Trabalho da OAB/RJ, apresenta um panorama sobre os direitos assegurados às mulheres.

Quais são os principais direitos trabalhistas garantidos às mulheres gestantes e às mães adotantes no Brasil, incluindo licença-maternidade, estabilidade no emprego e intervalos para amamentação?

A legislação brasileira assegura licença maternidade de 120 dias, podendo ser prorrogada para 180 dias em empresas que aderem ao programa de ampliação. Esse direito também se aplica às mães adotantes, com prazos que variam conforme a idade da criança. Além disso, a trabalhadora gestante tem estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Após o retorno ao trabalho, a mãe tem direito a dois intervalos diários para amamentação até que o bebê complete seis meses, podendo esse prazo ser ampliado conforme orientação médica.

Como funciona a proteção contra a demissão arbitrária de uma trabalhadora durante a gravidez e após o retorno da licença-maternidade? Existem exceções ou requisitos específicos?

A empregada gestante não pode ser

Divulgação



dispensada sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, mesmo que o empregador não soubesse da gestação no momento da demissão. Caso isso ocorra, ela pode buscar a reintegração ao emprego ou indenização correspondente ao período de estabilidade. A exceção ocorre em casos de dispensa por justa causa, desde que devidamente comprovada. Fora essa hipótese, qualquer demissão nesse período tende a ser considerada irregular pela Justiça do Trabalho.

De que forma a legislação trabalhista brasileira garante a igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham a mesma função, e que desafios ainda existem na prática para que essa igualdade seja efetivamente cumprida?

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que homens e mulheres que exerçam a mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica, devem receber o mesmo salário. A legislação mais recente também reforçou mecanismos de transparência salarial e fiscalização para reduzir desigualdades. Apesar disso, ainda existem diferenças salariais decorrentes de fatores estruturais, como barreiras na progressão de

carreira e menor presença feminina em cargos de liderança. O desafio está em garantir fiscalização efetiva e mudança cultural nas organizações.

Quais são os principais instrumentos legais contra a discriminação de gênero no ambiente de trabalho, seja no momento da contratação, seja na promoção de carreira, ou na alocação de tarefas, e como uma empregada pode comprová-la?

A legislação proíbe qualquer prática discriminatória por motivo de sexo, estado civil ou gravidez, tanto na contratação quanto durante o contrato de trabalho. Exigir teste de gravidez ou negar promoção por motivo de gênero, por exemplo, são condutas ilícitas. Para comprovar a discriminação, a trabalhadora pode utilizar documentos, mensagens, testemunhas e outros elementos que indiquem tratamento desigual. Em muitos casos, a Justiça admite a inversão do ônus da prova quando há indícios consistentes de discriminação.

Como a legislação trabalhista brasileira trata o assédio moral e o assédio sexual no trabalho? Quais são os procedimentos recomendados para que uma

mulher denuncie e quais garantias ela tem durante o processo?

O assédio moral e o assédio sexual são condutas ilícitas que podem gerar responsabilização trabalhista e até criminal. O empregador tem o dever de manter um ambiente de trabalho saudável e adotar medidas preventivas e corretivas. A vítima pode denunciar internamente, procurar o sindicato ou ingressar com ação judicial. Durante o processo, ela tem direito à proteção contra retaliações e pode pleitear indenização por danos morais, caso o assédio seja comprovado.

Quais são os direitos relacionados à conciliação entre trabalho e cuidado familiar, como creche, reembolso creche ou flexibilização de horários? A legislação brasileira prevê algum tipo de apoio formal? Empresas com número mínimo de empregadas podem ser obrigadas a oferecer local apropriado para guarda dos filhos durante o período de amamentação ou firmar convênios com creches. Também é possível a adoção do reembolso creche por meio de acordo ou convenção coletiva. Além disso, há previsão de flexibilização em algumas situações específicas, como acompanhamento de filho em consulta médica. A ampliação dessas medidas depende, muitas vezes, de negociação coletiva ou de políticas internas das empresas.

No contexto do Dia Internacional da Mulher e das constantes discussões sobre igualdade de gênero, que outras garantias ou avanços legislativos você considera essenciais para a proteção das mulheres no mercado de trabalho, e quais lacunas ainda precisam ser preenchidas?

Avanços importantes incluem o fortalecimento da fiscalização da igualdade salarial e a ampliação de políticas de combate ao assédio e à discriminação. Também é relevante discutir a ampliação da licença paternidade como forma de dividir responsabilidades familiares. Ainda há lacunas relacionadas à presença feminina em cargos de liderança e à proteção de mulheres em situações de vulnerabilidade, como vítimas de violência doméstica. O caminho envolve não apenas novas leis, mas também a efetiva aplicação das normas já existentes e mudanças culturais nas organizações.

Visão do Direito



Laura Brito

Advogada especialista em direito de família e das sucessões. Possui doutorado e mestrado pela USP e atua como professora em cursos de pós-graduação, além de ser palestrante e autora de livros

A quem serve uma mulher sem previdência?

Ao longo dos quase vinte anos de minha atuação na área de família e sucessões, fui colecionando temas que me causavam incômodo e sobre os quais sentia necessidade de alertar as pessoas. Temas que só marcam a memória de quem já ouviu sobre a vida privada de mais de mil famílias. Entre os temas mais espinhosos está o destino da mulher que não contribuiu para a previdência. E é sobre isso que quero falar nesse oito de março.

As décadas se passaram, os discursos mudaram e a realidade é que uma parte considerável de nós, mulheres, em várias classes sociais, ainda para de trabalhar para cuidar dos familiares mais vulneráveis. Normalmente as crianças pequenas, mas também podem ser os idosos fragilizados ou as pessoas com deficiência. Quando isso acontece, temos uma equação financeira bastante complexa que, em regra, vai permitir que ela viva com uma renda compartilhada – ou o salário do marido, ou a aposentadoria do pai ou o benefício da prestação continuada do filho. Essa composição monetária é muito frágil e, normalmente, vai colocar essas mulheres em situação muito desprotegida no futuro. Explico.

No caso das mulheres que cuidam de seus filhos, ela normalmente vai ter um

suporte do marido, companheiro e pai dessas crianças. É um arranjo errado? De jeito nenhum. Mas vamos refletir mais sobre isso. Muitos casais me dizem: ao fazer a conta da babá, da creche, de tudo, dava quase a mesma coisa do salário que ela recebia. Então, era melhor ela ficar em casa. Acontece que essa conta deixa de fora um custo essencial: essa mulher está contribuindo para a previdência? O que está garantindo o seu presente vai garantir o seu futuro?

Quando a conta não existir mais, a babá não for mais necessária, quanto tempo ela deixou de pagar o INSS? Alguém fez o cálculo de como isso vai impactar na sua possibilidade de se aposentar?

A realidade é que, no Brasil, uma parte considerável das mulheres tem como perspectiva de renda na velhice a pensão por morte do marido. Perdoem a minha sinceridade, mas é verdade. Ocorre que, para viver de pensão de marido falecido, a pessoa tem que ficar até ele morrer, independentemente de novos desejos, de novos contextos e, claro, da violência que vier. Que tipo de projeto de futuro é esse?

Veja bem. Desejo que, se assim quiserem, que os casamentos durem eternamente. E que durem por amor, companheirismo e alegrias. Mas, se a mulher tiver vontade e

necessidade, que ela possa ir embora sem medo do futuro. Para onde vai essa liberdade se não há perspectiva de seguridade social?

Você pode me dizer: ah, mas tem patrimônio. Mas tem mesmo? Porque patrimônio partilhado que dê segurança na velhice tem que ser muito patrimônio. Tem quem me fale que não se preocupa, porque o marido fez uma previdência privada em seu nome. Que papel você tem no plano? Porque, se você é beneficiária, ele pode trocar amanhã. Importa saber se vão fazer uma previdência privada na qual você seja a dona do valor aportado e quem define eventual beneficiário. E não se pode contar também com pensão alimentícia como garantia na velhice. Não dá. Se a renda do alimentante estiver baixa, não tem como repartir.

Isso vale, também, para uma filha que cuida do pai idoso que tem uma boa aposentadoria. As coisas se assentam, e o benefício sustenta pai e filha que se dedica integralmente aos cuidados dele por décadas. Mas no dia em que esse pai falece, a renda dele desaparece. Quem vai socorrer essa filha?

O que vai acontecer com uma de nós que se dedicou uma vida a uma pessoa com deficiência que, ao fazer sua passagem, faz desaparecer o BPC? Quem assegura essa mulher?

A mulher sem previdência serve a

qualquer pessoa, porque ela dependerá da generosidade alheia quando envelhecer. E servir vai ser o seu destino.

Você pode estar achando que estou trazendo aqui uma posição crítica às mulheres que decidiram exercer os papéis sociais esperados e se dedicar ao trabalho do cuidado. Não estou, não. Eu acredito, no dia 8 de março e em todos os outros dias do ano, na liberdade feminina. Façam como quiserem.

Só estou pedindo que, ao renunciarem ao mercado formal de trabalho, que exijam de quem vai ser responsável pelo seu sustento que garanta a sua contribuição à previdência. Se essa pessoa achar que isso é exigência demais, repense a rota. Se ele disser que investimentos são muito melhores que previdência social, peça que metade das aplicações ou ações sejam em seu nome. Vamos ver até onde esse combinado estica.

Se você deseja uma família tradicional, minha amiga, vá em frente. Mas lembre-se de que nada é mais tradicional que a previdência social.

A fonte de renda que vai garantir a sua velhice, mulher, tem que estar sob sua gerência e decisão. Ela não pode depender da concessão alheia. Ainda que seja de uma pessoa que você ama e que hoje te ame também.

Nosso futuro é nosso, e de mais ninguém.



Daniel Santos Garroux

Advogado especialista em direito do consumidor e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Econômico e Políticas Sociais (IBDEPS)

Consultório Jurídico

O STF suspende julgamento sobre venda de imóveis sem escritura pública. O que significa?

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux pediu vista e suspendeu o julgamento virtual na 2ª Turma sobre as regras para negociações imobiliárias. A Corte decide se a escritura pública é obrigatória em contratos de compra e venda de imóveis com alienação fiduciária, especificamente em negócios realizados fora do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O debate central discute a aplicação do artigo 38 da Lei nº 9.514/1997 e a validade dos Provimentos nº 172 e nº 174 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na prática, o julgamento opõe o interesse das construtoras

e incorporadoras, que usam o argumento de desburocratização do processo, aos interesses dos consumidores, que ficam mais protegidos pela intervenção notarial. A interrupção do julgamento permite uma análise mais criteriosa e atenta à proteção dos consumidores, visto que o cenário se desenhava desfavorável a eles. O relator da matéria, ministro Gilmar Mendes, votou para permitir que essas negociações aconteçam por meio de simples contratos particulares, como defendem construtoras e incorporadoras. O ministro Dias Toffoli votou no mesmo sentido. Ainda faltam os votos de Luiz Fux, Nunes Marques e André Mendonça.

O julgamento contrapõe o interesse do mercado imobiliário à defesa dos consumidores. É um erro negligenciar o papel da supervisão estatal na celebração desse tipo de contrato assimétrico, no qual uma das partes detém muito mais informação e capacidade técnica do que a outra. Fraudes como a do Banco Master mostram que a relação do

consumidor com o mercado deve ser protegida pelo Estado. Os notários agem nas escrituras públicas como longa manus do poder estatal com o objetivo de tornar as negociações comerciais mais equilibradas. A obrigatoriedade da intervenção do sistema notarial protege as famílias e mantém a segurança jurídica nacional. Por meio da escritura, o tabelião exerce um controle preventivo de legalidade que protege o cidadão contra fraudes e vícios do negócio jurídico. Essa intervenção reduz custos de transação ao evitar que problemas simples se tornem litígios judiciais complexos e onerosos. Por isso mesmo, a adoção de instrumentos particulares em larga escala não assegura economia ao consumidor final. Veja exemplos concretos de riscos ao consumidor:

Ocultação dos riscos da alienação fiduciária: A linguagem excessivamente técnica muitas vezes impede que o consumidor entenda as reais consequências do acordo. Contratos particulares podem não destacar

de modo claro que, no regime de alienação fiduciária, o atraso de poucas parcelas permite a consolidação da propriedade do imóvel pela entidade financiadora.

Falta de clareza nos reajustes e juros: A redação obscura das cláusulas financeiras permite manobras prejudiciais ao comprador, como a possibilidade de cobrança de juros sobre juros (anatocismo).

Cláusulas compulsórias de arbitragem: Pode haver inserção de dispositivos que obrigam a resolução de qualquer conflito por meio de câmaras de arbitragem privadas, o que é prática considerada abusiva em contratos de consumo, pois afasta o cidadão do Poder Judiciário e torna a defesa de seus direitos muito mais onerosa e restrita.

Omissão de vícios e pendências da matrícula do imóvel: Sem a checagem rigorosa e imparcial de um tabelião, o contrato particular pode ocultar dívidas ou comprometimentos do imóvel, além de pendências ambientais.

Visão do Direito



Ricardo Martins Motta

Sócio responsável pela área do Consumidor no Viseu Advogados. Advogado especialista em direito do consumidor; membro do Comitê de Relações de Consumo do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC)

Banco Master: como a supervisão falhou antes da crise

A crise do Banco Master, que resultou em liquidação extrajudicial, prisão de seu controlador e perdas bilionárias, não é apenas um caso de má gestão ou possível fraude. É, sobretudo, um retrato de como a supervisão financeira falhou em transformar sinais claros de risco em ações concretas e tempestivas.

Desde 2023, o Master chamava atenção pela combinação de captação agressiva, juros muito acima da média em CDBs, crescimento acelerado de passivos e discurso comercial ancorado no Fundo Garantidor de Créditos. Em linguagem de mercado, era um caso clássico de retorno alto demais para ser ignorado, mas arriscado demais para ser considerado normal. Bancos concorrentes, gestores e analistas passaram a tratar os títulos do Master com cautela ou simplesmente a evitá-los. O regulador, contudo, não escalou sua atuação na mesma velocidade.

Por longo período, o Banco Central limitou-se a enviar cartas e recomendações. Faltou o passo seguinte: transformar advertências em medidas vinculantes, com prazos e consequências claras. A instituição continuou a crescer em captação junto a investidores de varejo e plataformas, ampliando a exposição do sistema a um risco já percebido como assimétrico.

Quando a liquidez desabou e as reservas

se mostraram irrisórias diante dos compromissos, a única saída foi a liquidação, em contexto de corrida contra o tempo. Alerta sem consequência não é regulação.

Do ponto de vista prudencial, o caso expõe uma fragilidade estrutural. Atuação prudencial não é apenas conferir se números batem em relatórios, é testar a consistência das premissas por trás deles.

No Master, projeções de liquidez foram depois consideradas irreais; parte relevante dos ativos não tinha liquidez compatível com a agressividade da captação; e a dependência de funding caro era tratada como modelo sustentável. Esses elementos deveriam ter acionado restrição à expansão, limitação de produtos e, em cenário extremo, intervenção precoce.

Outro ponto sensível é a falta de integração entre o monitoramento prudencial e o controle de conduta. Enquanto o BC olhava para balanços e liquidez, a CVM e outros atores lidavam com um volume crescente de produtos do Master sendo distribuídos em massa a investidores de varejo, muitas vezes como opção supostamente segura por estar coberta pelo FGC. Faltou visão consolidada: quem comprava, por qual canal, com que grau de concentração e com que tipo de informação.

Nesse cenário, o FGC foi usado, na prática, como selo de tranquilidade. A

mensagem que chegava ao investidor era simples: é garantido, paga mais e, se algo acontecer, o fundo cobre. Os limites da garantia, o tempo de ressarcimento, o risco de perder valores acima do teto e, sobretudo, a fragilidade do emissor ficaram em segundo plano. Distribuidores e plataformas nem sempre ajustaram recomendações ao risco real do cliente e do produto. A cadeia de incentivos premiou retorno de curto prazo e empurrou a análise de risco para o fundo da fila.

A atuação do BC poderia ter sido diferente em três frentes: converter sinais recorrentes de desequilíbrio em planos formais de saneamento, com fiscalização intensa e limites à expansão da captação; acionar mais cedo instrumentos de intervenção para proteger depositantes e a confiança no sistema; e liderar coordenação mais estreita com outros órgãos, tratando a distribuição dos produtos do Master como risco sistêmico, e não apenas escolha de portfólio.

Nada disso elimina a responsabilidade primária dos controladores e administradores do Master. Mas o sistema financeiro moderno opera sob um pressuposto claro: quando a supervisão é contínua e baseada em risco, não basta que o regulador tenha poder, é preciso que exerça esse poder com firmeza e antecedência, sobretudo diante de modelos que fogem ao padrão e se

financiam com captação pulverizada de alta rentabilidade.

Para os bancos que atuam com seriedade, o episódio traz uma preocupação adicional. Quando o controle falha, o custo reputacional e sistêmico recai sobre todos: aumenta o ceticismo em relação a produtos bancários, cresce a pressão por regulações mais pesadas e se aprofunda o risco de judicialização em cadeia, atingindo inclusive instituições que nada tiveram a ver com o caso.

Para o ambiente empresarial e de compliance, a mensagem é direta. Não basta que uma instituição esteja autorizada a operar, é preciso avaliar seu modelo de negócios, a qualidade da governança, a dependência de funding caro, a recorrência de alertas públicos e o comportamento dos demais players. Em um cenário em que informações circulam rápido e crises se espalham em horas, antecipar se a esse tipo de risco deixou de ser diferencial e passou a ser requisito de sobrevivência.

O colapso do Banco Master não é um acidente isolado. É um lembrete de que, quando o mercado enxerga o risco antes do regulador, o sistema inteiro fica mais vulnerável. E de que regulação eficiente se mede, em última análise, pela capacidade de evitar que riscos conhecidos se transformem em crises anunciadas.



Thais Riedel

Advogada doutora em direito constitucional, mestre em direito previdenciário, professora de direito previdenciário e direito do trabalho no Ceub e IDP, presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

Consultório Jurídico

O INSS tem prazo para analisar um pedido de aposentadoria por tempo de contribuição? O que acontece se houver uma demora longa, acima de 120 dias? Quais são os direitos dos trabalhadores?

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) possui prazo para analisar pedidos de benefícios previdenciários, inclusive aposentadoria por tempo de contribuição. Em regra, o processo administrativo deve ser decidido em até 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias mediante justificativa, conforme o art. 49 da Lei nº 9.784/1999. Além disso, o acordo firmado entre o INSS e o Ministério Público Federal

no Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário 1.171.152 estabeleceu prazos máximos para análise de benefícios, fixando 90 dias para pedidos de aposentadoria, que começam a ser contados a partir do requerimento para a concessão inicial.

Quando o pedido permanece sem análise por período superior a 120 dias, a demora passa a ser considerada excessiva e ilegal,

configurando mora administrativa. Nesses casos, o segurado pode registrar reclamação na ouvidoria do INSS ou recorrer ao Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança na Justiça Federal, para que o Instituto seja obrigado a concluir a análise do requerimento. Caso o benefício seja concedido posteriormente, o trabalhador mantém o direito de receber os valores retroativos desde a data do pedido administrativo.

Visão do Direito



Rafael Oliveira Beber Peroto

Especialista em gestão empresarial e gerenciamento de projetos. Sócio da Oliveira e Olivi Advogados Associados



Raphaela Conte

Pós-graduada em direito tributário. Advogada na Oliveira e Olivi Advogados Associados

Um código de sanções ao contribuinte

O cenário tributário brasileiro se reinventa quase diariamente: novas normas, interpretações controversas e mudanças estruturais surgem em ritmo acelerado, ampliando a sensação de insegurança jurídica. Para as empresas, esse ambiente instável representa um desafio permanente de planejamento, investimento e sobrevivência.

É nesse contexto que entra em vigor a Lei Complementar 225/2026, apresentada como um “Código de Defesa do Contribuinte”. O nome sugere proteção e equilíbrio na relação entre Fisco e contribuinte; na prática, porém, o texto legal caminha em sentido oposto, revelando um viés notadamente sancionatório.

A LC 225/2026 concentra-se menos na consolidação de direitos e garantias e mais na criação de deveres, procedimentos e restrições, ampliando o poder repressivo do Estado para além de parâmetros constitucionais já consolidados.

O resultado é um reforço do caráter

punitivo, justamente em um momento em que o ambiente de negócios demanda (ainda mais) previsibilidade e segurança, considerando os desafios trazidos pela reforma tributária.

Um dos pontos mais sensíveis da nova lei é a definição do devedor contumaz, caracterizado pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos.

Os critérios adotados são vagos e abertos, gerando mais dúvidas do que certezas. Embora a lei fixe o valor de R\$ 15 milhões como referência para a inadimplência substancial, autoriza que estados, Distrito Federal e municípios estabeleçam valores distintos e criem cadastros próprios de devedores contumazes, com ampla divulgação nos sites das administrações tributárias.

As consequências desse enquadramento são severas: perda de benefícios fiscais, impedimento de participar de licitações, declaração de inaptidão do CNPJ e submissão a procedimentos mais rigorosos no contencioso federal.

Há, ainda, uma consequência extrema que

merece atenção especial: o impedimento de propositura ou prosseguimento da recuperação judicial, com a possibilidade de convalidação em falência.

Para empresas já fragilizadas financeiramente, isso pode representar uma verdadeira “sentença de morte”, com impactos que ultrapassam o contribuinte e atingem fornecedores, trabalhadores, investidores e toda a cadeia econômica.

Como se não bastasse, a lei condiciona o não enquadramento como devedor contumaz à existência de patrimônio suficiente para cobrir o débito ou à prestação de garantias, ignorando a pendência de defesas ou recursos administrativos e mencionando apenas a adoção de “medida judicial”, o que contraria o próprio Código Tributário Nacional, que reconhece expressamente esta como uma hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

O legislador parece ter desconsiderado o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, que veda a utilização de sanções

políticas – medidas desproporcionais que restringem direitos fundamentais, como a livre iniciativa e a liberdade econômica – como forma indireta de cobrança de tributos.

A experiência brasileira mostra que a aceleração do processo legislativo frequentemente resulta em normas com fragilidades constitucionais evidentes – que não se esgotam com o presente texto –, transferindo o debate técnico para o Judiciário e ampliando, ainda mais, o já sobrecarregado contencioso tributário.

O impacto sobre a segurança jurídica e o ambiente de negócios é inevitável, em um país que historicamente convive com instabilidade normativa e jurisprudencial.

Embora haja uma tentativa declarada de assegurar direitos e garantias fundamentais, a LC 225/2026 acaba empurrando empresas para um cenário já conhecido: complexo, oneroso e ineficiente. No Brasil, ao que tudo indica, o sistema tributário ainda insiste em andar para trás – mesmo quando promete avançar.

Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos

Promotora de Justiça em último grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo. Doutora em direito civil, pela Universidade de São Paulo (USP)

Criança de 12 anos “casada” com homem de 35: a normalização da pedofilia num Brasil que não protege suas vítimas

Brasil voltou a se confrontar com uma sensação coletiva de ruptura quando se difundiu, nas plataformas digitais e na imprensa, há poucos dias, a notícia de absolvição de um homem acusado de estupro de vulnerável num processo envolvendo uma criança de 12 anos, em Indianópolis, cidade do estado de Minas Gerais. Sem reconstituir o caso — o que só seria responsável fazer por meio de acesso direto ao acórdão e às provas —, a reação social revela ponto jurídico importante: ainda há decisões e narrativas que, explícita ou implicitamente, deslocam a lente do comportamento do adulto para a conduta da vítima, como se a criança devesse “explicar” a violência.

E, aqui, a discussão sobre a aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil ganha densidade. O país já reconhece, na Constituição Federal e em leis esparsas, direitos e garantias de vítimas e de testemunhas. Porém, ainda carece de um marco unitário, pedagógico e vinculante, capaz de

consolidar deveres estatais, informação, acolhimento, proteção, participação e prevenção à revitimização ao longo de toda a persecução penal.

No plano normativo, a proteção sexual de crianças em solo nacional é inequívoca. Como exemplo, temos o artigo 217-A do Código Penal, que tipifica o estupro de vulnerável, ao estabelecer que, abaixo de 14 anos, há suscetibilidade que impede o reconhecimento de consentimento válido. Tal escolha legislativa é técnica e constitucionalmente orientada; é parte da assimetria de poder, do desenvolvimento biopsicossocial, e do risco estrutural de exploração.

A fratura aparece ainda mais flagrantemente em casos desta natureza quando palavras como “iniciativa”, “maturidade”, “vivência” ou “sexualização precoce” — expressões que circulam no senso comum e, por vezes, contaminam a linguagem institucional — passam a operar como chave interpretativa em peças legais. Ora, o risco jurídico é duplo. Primeiro, porque reintroduz, por

via oblíqua, um consentimento infantil que a legislação em vigência deliberadamente afasta. Segundo, porque reativa estereótipos culpabilizantes que transferem para a criança o peso da justificativa e, indiretamente, da responsabilidade pelo o que aconteceu ou acontece – criminalmente.

No âmbito penal, a Justiça não pode operar como máquina de desgaste da vítima, sobretudo quando ela é criança. Disputar um Estatuto da Vítima em nosso país, portanto, não é endurecer o ordenamento jurídico, nem enfraquecer garantias do acusado. É reconhecer que a qualidade democrática do processo também se mede pela capacidade de proteger a dignidade de quem sofreu violência, de evitar perguntas e enquadramentos que culpabilizam e constroem, e de garantir que a prova seja produzida com técnica, humanidade e rastreabilidade.

Em crimes sexuais contra crianças, isso significa investigação especializada, perícias, redes de proteção acionadas

desde o primeiro atendimento e linguagem judicial que não flerte com a normalização do abuso.

Se o caso da garota de 12 anos “casada” com homem de 35 servir para alguma virada de chave em nossa nação, que seja a de reafirmar, com a Carta Magna, o Código Penal e tratados afins, que a vulnerabilidade infantil é um limite jurídico e um compromisso civilizatório, e que a vítima — especialmente quando é criança — não pode ser tratada como ré da própria história. Graças ao controle social, houve, há poucas horas, alteração do acórdão que absolvía o acusado e a mãe da vítima — que foi omissa.

A aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em nações desenvolvidas, desde que bem desenhado e integrado às salvaguardas já existentes, é um passo decisivo para transformar indignação em política pública, com mais proteção, menos revitimização e mais confiança social no sistema de Justiça.

Visão do Direito



Máira Konrad de Brito

Sócia da unidade de Brasília do Azevedo Sette Advogados, onde coordena as áreas tributária, de processos estratégicos e de direito digital desde 2014

Impacto da Reforma Tributária nas operações com bens imóveis

A promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, seguida pela regulamentação por meio da Lei Complementar 214/2025, representa um dos mais significativos marcos na história do sistema fiscal brasileiro, inaugurando uma era de profundas transformações na tributação sobre o consumo.

Nesse cenário de reconfiguração sistêmica, o setor imobiliário, por suas características intrínsecas, mereceu uma atenção especial do legislador, originando o Regime Específico para Operações com Bens Imóveis.

Uma inovação de grande relevância reside na possibilidade de pessoas físicas serem consideradas contribuintes do IBS e da CBS. Para as operações de locação, a pessoa física será considerada contribuinte no ano-calendário subsequente se, no ano anterior, sua receita total com essas operações exceder R\$ 240.000 e tiver por objeto mais de três imóveis distintos. A tributação poderá ocorrer no mesmo ano-calendário caso a receita supere R\$ 288.000,00.

No que tange à alienação de imóveis, a pessoa física será enquadrada como contribuinte se realizar, no mesmo ano, operações com mais de três imóveis, sendo que mais de um deles seja imóvel construído e detido por menos de 5 anos.

Vale destacar a definição do momento de ocorrência do fato gerador, que, para a maioria das operações, foi alinhado ao regime de caixa. Assim, o fato gerador ocorre, e o tributo é devido no momento do pagamento da respectiva parcela. Essa regra alinha o desembolso tributário ao fluxo de caixa das empresas.

Insta registrar, ainda, que a base de cálculo do IBS e da CBS é, em regra, o valor da operação. No entanto, a grande inovação reside na possibilidade de dedução de valores específicos, denominados “redutores”: o valor da operação é subtraído pelos redutores aplicáveis (Redutor Social e/ou Redutor de Ajuste), resultando na base de cálculo ajustada. Sobre esta, aplica-se a alíquota da operação para se encontrar o débito de IBS e CBS. Deste valor, são finalmente descontados os créditos de insumos acumulados na cadeia,

“A promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, seguida pela regulamentação por meio da Lei Complementar 214/2025, representa um dos mais significativos marcos na história do sistema fiscal brasileiro, inaugurando uma era de profundas transformações na tributação sobre o consumo”

chegando-se ao valor final a ser recolhido.

O Redutor Social é um valor fixo a ser subtraído da base de cálculo do IBS e da CBS em operações específicas, visando desonerar a aquisição e a locação de moradias. Na alienação de um bem imóvel residencial novo, a base de cálculo pode ser reduzida em R\$ 100.000. Para a venda de um lote residencial, a redução é de R\$ 30.000. Já nas operações de locação residencial, aplica-se um redutor mensal de R\$ 600 por imóvel.

Por outro lado, o Redutor de Ajuste foi concebido para endereçar a questão do “resíduo tributário” embutido no valor de imóveis adquiridos antes da vigência plena do novo sistema. Como esses imóveis foram adquiridos sob a égide de um sistema cumulativo, sua venda no novo sistema, sem um mecanismo de ajuste, resultaria em uma dupla tributação.

O Redutor de Ajuste, portanto, representa o estoque de tributos antigos contido no ativo e será utilizado para abater a base de cálculo do IBS e da CBS na primeira alienação do imóvel sob o novo regime.

“A legislação estabeleceu redutores sobre a alíquota padrão do IBS e da CBS. Para a maioria das operações com bens imóveis, como alienação e construção, as alíquotas serão reduzidas em 50%. Para as operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, a redução é ainda mais expressiva, chegando a 70% da alíquota padrão”

Cumprе salientar que, para imóveis de propriedade do contribuinte em 31 de dezembro de 2026, o valor inicial corresponde ao seu custo de aquisição ou, por opção, a um valor de referência.

Para imóveis em construção nessa mesma data, o valor inicial será a soma do valor de aquisição do terreno com os custos de produção incorridos até 1º de janeiro de 2027. Para imóveis adquiridos a partir desta data, o valor inicial é o próprio valor de aquisição.

A estes valores somam-se outros dispêndios, como o ITBI, laudêmios, além das contrapartidas de ordem urbanística e ambiental exigidas pelos entes públicos, como a outorga onerosa do direito de construir, o que representa um importante reconhecimento dos custos reais para a viabilização de empreendimentos.

Igualmente relevante, a legislação estabeleceu redutores sobre a alíquota padrão do IBS e da CBS. Para a maioria das operações com bens imóveis, como alienação e construção, as alíquotas serão reduzidas em

50%. Para as operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, a redução é ainda mais expressiva, chegando a 70% da alíquota padrão.

Em linha com o princípio da não cumulatividade plena, os contribuintes terão direito a se creditar do IBS e da CBS incidentes sobre a aquisição de bens e serviços utilizados como insumos em suas operações, permitindo-lhes recuperar tributos pagos na cadeia de fornecedores, eliminando o custo tributário oculto.

Para as incorporadoras optantes pelo RET, a transição foi estruturada em três fases. As vendas realizadas até 31.12.2026 continuarão sendo tributadas integralmente pelo sistema atual do RET, mesmo que os recebimentos ocorram em datas posteriores.

Para adesões ao RET entre 1.1.2027 e 31.12.2028, a lei faculta a opção por um regime de transição simplificado, no qual a CBS incidirá de forma cumulativa com alíquotas de 2,08% ou 0,53% (correspondentes às parcelas do PIS/Cofins no RET atual).

Finalmente, a partir de 1.1.2029, todas as novas operações de incorporação passarão a se sujeitar às novas regras, com a incidência de IBS e CBS, direito a créditos e aplicação dos redutores.

No tocante aos contratos de locação, cessão onerosa ou arrendamento celebrados por prazo determinado e firmados até a data de publicação da Lei Complementar 214/2025 (desde que formalmente comprovados), a lei permite a opção por um recolhimento simplificado de IBS e CBS à alíquota de 3,65% sobre a receita bruta.

A duração dessa opção varia conforme a finalidade do contrato: para os residenciais, valerá até 31 de dezembro de 2028 ou até o término do prazo original do contrato, o que ocorrer primeiro; para os não residenciais, a opção se estende por todo o prazo do contrato.

O sucesso desta transição, entretanto, dependerá não apenas da capacidade de adaptação dos contribuintes, mas também de uma regulamentação infralegal clara e objetiva por parte do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 5 de março de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! Lugar Certo.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

2 QUARTOS

VENDE-SE APTO NA
412 NORTE Reformado 2qtos DCE banh social. Tr c/prop. 98122-0466

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99842-6366 c3594

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

711 ELEVADOR vazio reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

2 QUARTOS

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br :

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS



J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qtos 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 TAGUATINGA



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. » tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duas salas juntas reforma-das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19399

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

TAGUATINGA



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos. Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.500 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.500 991577766 c9495

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

415 SUL 80 m², arms, 3qtos, 2 banhs. blindex, DCE, cortinas. R\$ 3.950. Tratar: 99926-9766 - Saback

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m \$ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc \$900 99157-7766 c9495

GAMA

ALUGO prédio comercial, de 6 pavtos com elevador Tr. 99976-4334

ALUGO loja comercial, Setor Oeste. Gama DF. Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma**
- 4.2 Moda, Vestuário e Beleza**
- 4.3 Saúde**
- 4.2 Comemorações, e Eventos**
- 4.5 Serviços Profissionais**
- 4.6 Som e Imagem**
- 4.7 Diversos**

4.7 DIVERSOS

DECORAÇÃO E ANTIGUIDADES

LEILOO ON-LINE de numismática . Dias 4 e 5/ 03. As 14h. No site: www.delanasleiloes.com.br . Leiloeiro: Fernando Pelloni JCDF N 083

LEILÃO ON-LINE de numismática . Dias 4 e 5/ 03. As 14h. No site: www.delanasleiloes.com.br . Leiloeiro: Fernando Pelloni JCDF N 083

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
- 5.2 Comunicados, Mensagens e Editais**
- 5.3 Infomática**
- 5.4 Oportunidades**
- 5.5 Pontos Comerciais**
- 5.6 Telecomunicações**
- 5.7 Turismo e Lazer**

COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO
A EMPRESA VC Petiscaria Ltda CNPJ: 34.824.832/0001-44, convoca o Sr. João Marcos Domingos CPF: 717.878.381-88 venho convocar o empregado acima a retornar ao emprego no prazo de 48h., sob pena de caracterização de abandono de emprego, nos termos de lei, conforme art 482 Letra I da CLT.

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobra consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CACAU SOLTERINHA
20 ANOS seios furando a blusa! Faço oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

MELISSA MEL

18 ANOS seios furando a blusa! 1.48 alt, 53kg, branquinha como a neve!! 61 99852-9937

MELISSA MEL

18 ANOS seios furando a blusa! 1.48 alt, 53kg, branquinha como a neve!! 61 99852-9937

MASSAGEM RELAX

MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSAO DE papéis s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)98225-6648

MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSAO DE papéis s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
- 6.2 Procura por Emprego**
- 6.3 Ensino e Treinamento**

OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASA DA MERENDA CONTRATA
AUXILIAR DE COZINHA/ Serviços Gerais/ Copeiro/ Atendente. Enviar CV p/ rhondurica@gmail.com

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR DE PRODUÇÃO Contrata-se para trabalhar em indústria de alimentos na Samambaia. Com experiência comprovada em CTPS. Currículo para: rh@germana.com.br

PROCURA-SE
CASEIRO PARA CHÁ-CARA próximo à Santa Maria. Tr: 98248-0007

CASEIRO/ TRABALHADOR Rural p/ Chácara em Brazlândia, c/ experiência. Tr: 99982-5568

COZINHEIRA, Sushiman, Chapeiro, Atendente e Sub-Gerente. Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata. Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

ESCOVISTA Salão de beleza Ofereço VT Asa Sul. Zap 99367-0220

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)98225-6648

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSOTERAPEUTA PAGO fixo, com MEI. Urgência! c/ experiência e referência. Tr: 98270-3234

OPERADOR DE CAIXA e Repositor - horário: 14h-22h. Enviar CV via Wpp: 99624-0555

DETRAN DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026
Aviso de reabertura do pregão eletrônico SRP nº 90002/2026, publicado no DODF nº 41, no dia 04 de março de 2026, p. 73, ONDE SE LE: "O Detran/DF torna pública a reabertura do Pregão Eletrônico 90002/2026, no dia 10/03/2026, às 14h". LEIA-SE: "O Detran/DF torna pública a reabertura do Pregão Eletrônico 90002/2026, no dia 17/03/2026, às 14h." Brasília/DF, 04 de março de 2026.
ALLANN ALVES VIEIRA DE ANDRADE
Pregoeiro

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE 1 VAQUEIRO

(Casado) p/ Fazenda c/ experiência. Tr: (61) 99939-4445

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE
Sub-Gerente, Chapeiro, Cozinheira e sushimam, Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata. Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

URGENTE!!!
CONTRATA-SE
ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa. Salário comercial. Segunda a segunda, um domingo por mês, folga na segunda-feira. Enviar CV: rhfulodoacai@gmail.com

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIA CONTRATA Auxiliar de Escritório para atuar com rotinas administrativas, atendimento ao cliente, organização de documentos e cadastro de imóveis e clientes no sistema. Requisitos obrigatórios: atuação anterior em imobiliária, experiência com Sicadi Windows, conhecimento de informática e boa organização. Diferencial: experiência com Sicadi Web. Interessados enviar currículo para: rhselecao596@gmail.com

PET SHOP NO COND SOLAR DA SERRA
JD BOTÂNICO PRECISA
BANHISTA COM EXPERIÊNCIA pontual e gostar de animais, 44 hs semanais, R\$2.100 + VL Transporte e 2 folgas/mês, além dos domingos. Currículo p/ Zap 61 99606-6235.

BOLOS DO FLÁVIO CONTRATA

BOLEIROS, PADEIROS Ou Confeiteiros; Analista De Delivery com Experiência em IFOOD; Atendentes com experiência em Padaria e Vendas. Enviar CV (61) 99333-9968

CONTRATA-SE
MANICURES E AUXILIAR Administrativo Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISO DOMÉSTICA

BOA NA ARRUMACÃO cozinha e serviços gerais Qua/Qui pode sair no fim do dia ou ficar Sexta/Sáb/Dom dorme. Sai Segunda cedo. Folga seg/ter. Com Refer., s/vícios. Sal. R\$ 2.500 - Lago Sul, QL 14 WhatsApp (61) 98122-8159

GERENTE/ VENDEDORA CASA DE FESTAS INFANTIS

EMPRESA DO SEGMENTO de festas infantis contrata profissional para atuar como Gerente/ Vendedora (o) em casa de festas e loja de decorações. Requisitos: Ensino médio completo, experiência comprovada em vendas, disponibilidade para aos finais de semana. Trabalhar no Park Way. Interessadas (os) devem entrar em contato pelo WhatsApp: (61) 99116-9202.

PRECISA-SE
MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturna. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem experiência. Altos ganhos. 3326-7752 /99200-4541

CONTRATO IMEDIATO
MASSAGISTAS COM OU SEM experiência. p/ trabalhar em hotel de luxo em Brasília. Exige-se Ensino Médio e disponibilidade de horário. Interessados procurar Thiago Whats 61 99653-5661 ou thiagosinergia@gmail.com

CONTRATA-SE
MOTORISTA CNH "D" Para Políguadaste, segunda a sábado. Com experiência em CTPS. (Dispensar freelance e diária.) Salário R\$1.940,00 +passagem, +almoço. Enviar currículo para: 61 98361-4453

RENDA EXTRA - No bolso e na saúde. https://lnkd.in/d_6hAVyK
RENDA EXTRA - no bolso e na saúde do corpo. Cadastre-se. Aparelho de ozônio OZOXXI. (61) 98442-2246

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

VENDEDOR(A)/ INSTALADOR e Ajudante De Inst.c/exper.p/vidrotemperados. Enviar CV: (61) 99658-7445

VISTORIADOR DE IMÓVEIS IMOBILIÁRIA CONTRATA Vistoriador de Imóveis para realizar vistorias de entrada e saída, registro fotográfico e elaboração de relatórios no sistema. Requisitos obrigatórios: atuação anterior na função, experiência com Sicadi Windows, CNH válida e conhecimento de informática. Diferencial: experiência com Sicadi Web. Interessados enviar currículo para: rhselecao596@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR

CONTADORA (O) parceria/sociedade escritório Tag Centro 98661-0130

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretaria do Lar, Arrumadeira, Dianista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

CURSOS

AULAS DE ITALIANO, GREGO, INGLÊS E RUSSO.

MATRÍCULAS abertas no X-L-N-T Course. 2 horas semanais, com material didático grátis. Possibilidade de bolsa de estudo e desconto. Deixar mensagem de WhatsApp: (61)99965.7425 ou (61)99670.2009 (Prof. Raquel).

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE